



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

NATHÁLIA CARDOSO DE SOUZA

**A CORPORALIDADE PRECARIZADA:**  
o trabalho e as trabalhadoras terceirizadas nas universidades públicas  
brasileiras

GOIÂNIA  
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## **TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES**

### **E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### **1. Identificação do material bibliográfico**

☒ Dissertação      ☐ Tese      ☐ Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

**Exemplos:** Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### **2. Nome completo do autor**

Nathália Cardoso de Souza

#### **3. Título do trabalho**

A CORPORALIDADE PRECARIZADA: O TRABALHO E AS TRABALHADORAS  
TERCEIRIZADAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

#### **4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)**

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM      ☐ NÃO<sup>1</sup>

**[1]** Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;

- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Valéria Limonta Rosa, Professor do Magistério Superior**, em 17/11/2022, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **NATHÁLIA CARDOSO DE SOUZA, Discente**, em 27/11/2022, às 21:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3337935** e o código CRC **9E739C27**.

**Referência:** Processo nº 23070.034575/2022-11

SEI nº 3337935



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

NATHÁLIA CARDOSO DE SOUZA

**A CORPORALIDADE PRECARIZADA:**  
o trabalho e as trabalhadoras terceirizadas nas universidades públicas  
brasileiras

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.

**Área de concentração:** Educação.

**Linha de pesquisa:** Formação, Profissionalização Docente e trabalho educativo.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Valéria Limonta Rosa.

**Coorientador:** Prof. Dr. Hugo Leonardo Fonseca da Silva.

GOIÂNIA  
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do  
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Souza, Nathália Cardoso de  
A CORPORALIDADE PRECARIZADA [manuscrito] : o trabalho e  
as trabalhadoras terceirizadas nas universidades públicas brasileiras  
/ Nathália Cardoso de Souza. - 2022.  
158 f.

Orientador: Profa. Dra. Sandra Valéria Limonta Rosa; co  
orientador Dr. Hugo Leonardo Fonseca da Silva.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação,  
Goiânia, 2022.

Anexos.

Inclui siglas, gráfico, tabelas, lista de tabelas.

1. Trabalho Terceirizado. 2. Universidade Pública. 3. Serviço de  
Limpeza. 4. Pedagogia do Corpo. I. Rosa, Sandra Valéria Limonta,  
orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata Nº 159 da sessão de Defesa de Dissertação de **Nathália Cardoso de Souza** que confere o título de **Mestra em Educação** pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-PPGE/FE/UFG, na área de concentração em **Educação**.

Aos **dez dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois (10/10/2022)**, a partir das **14h**, em plataforma virtual no link público <http://meet.google.com/wzi-jvcg-wob>, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **"A CORPORALIDADE PRECARIZADA: O TRABALHO E AS TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS"**. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora Profª. Drª. **Sandra Valéria Limonta Rosa (PPGE/FE/UFG)**, doutora em **Educação** pela **UFG** e pelo Coorientador Prof. Dr. **Hugo Leonardo Fonseca da Silva (PPGP/FE/FEFD/UFG)**, doutor em **Ciências Sociais na Educação** pela **Unicamp**, com a participação dos demais integrantes da Banca Examinadora: Profª. Drª. **Amone Inacia Alves (PPGE/FE/UFG)**, doutora em **Educação** pela **UFG** - integrante titular interna e Prof. Dr. **Edson Marcelo Hungaro (PPG Faculdade de Educação Física/UNB)**, doutor em **Educação Física** pela **UNICAMP** - integrante titular externo.. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus integrantes. Proclamados os resultados pela Profª. Drª. Sandra Valéria Limonta Rosa, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Integrantes da Banca Examinadora, aos dez dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois.

Banca Examinadora:

Profª. Drª. Sandra Valéria Limonta Rosa

Prof. Dr. Hugo Leonardo Fonseca da Silva

Profª. Drª. Amone Inacia Alves

Prof. Dr. Edson Marcelo Hungaro

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Valéria Limonta Rosa, Professor do Magistério Superior**, em 10/10/2022, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amone Inacia Alves, Professora do Magistério Superior**, em 13/10/2022, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edson Marcelo Hungaro, Usuário Externo**, em 17/10/2022, às 08:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Leonardo Fonseca Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 16/11/2022, às 09:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3248627** e o código CRC **2832D025**.

Referência: Processo nº 23070.034575/2022-11

SEI nº 3248627

## **DEDICATÓRIA**

*Dedicado as trabalhadoras e trabalhadores,  
sobretudo às trabalhadoras terceirizadas atuantes no serviço de limpeza  
nas universidades brasileiras.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente eu gostaria de agradecer a minha professora orientadora Sandra Limonta, por ter me acolhido e colaborado significativamente com a construção e desenvolvimento dessa pesquisa, sempre com muita prontidão e gentileza. Obrigada, por todas as contribuições acadêmicas, e, sobretudo pela paciência.

Estendo os agradecimentos ao professor Hugo Leonardo Silva, por ter aceitado coorientar essa pesquisa. Mas, que já é uma referência de longa data na minha formação, tendo me orientado e contribuindo com os meus estudos desde o período da graduação, até aqui. Obrigada por todas as contribuições intelectuais e pela amizade.

Aos professores membros da banca, Marcelo Húngaro e Amone Inácia, obrigada por aceitarem dialogar e contribuir com essa pesquisa.

Agradeço também aos amigos e colegas integrantes do Núcleo de Estudos Educação Sociedade de Subjetividade (NES/FE/UFG). Em especial à Angela Mascarenhas, que além de ser uma referência acadêmica e profissional, é uma querida amiga que sempre me contagia com tamanha animação. E aos camaradas: Sherry Max, Renata Linhares, Marcos Jerônimo e Renato Borges, pelas trocas realizadas nas reuniões de estudos, e sobretudo pelos bons momentos de lazer, cultura e afetos compartilhados.

Não poderia deixar de agradecer às amigades que estabeleci nesse período do mestrado, todas foram, e são, muito queridas: Kaline Cunha, pelas várias vídeos-chamadas regadas à desespero acadêmico e álcool, obrigada pelo carinho. À Kiara Karizy, pelo companheirismo, sinceridade e por todo o carinho, desejo vida longa a nossa amizade. E, ao Denis Moraes, pelos momentos de parceria e implicância recíproca.

Agradeço também às minhas amigades de longa data, como os meus queridíssimos e inesquecíveis amigos do teatro, em especial: Geovanna Neves, amiga de rolês aleatórios e de várias conversas sobre tudo e sobre nada. Márcio Queiroz, parceiro de teatro e de boteco. Nathália Barros, que mesmo estando longe me diverte horrores pelo twitter. Adoro vocês, seres teatrais.

Ao Pedro Paulo Galdino, amigo e companheiro de todas as horas, por todos esses anos de uma amizade de altíssima qualidade, cheia de aventuras artísticas, cumplicidade, cuidado, carinho e muita reciprocidade. Obrigada, por tudo... amo você.

Agradeço ao meu grande amigo Daniel Monteiro, pela parceria que estabelecemos desde início da graduação, até os dias atuais, compartilhando as alegrias/aflições de jovens professores. Obrigada pelo apoio, incentivo e por essa amizade sincera e divertida.

Estendo ainda os agradecimentos às amigadas que fiz no DEI/CEPAE-UFG, das quais resguardo um grande carinho: Rosimeire Diniz, pela leveza de sua amizade reconfortante, e por ser essa amiga sensível & debochada. Renata Curado, por sempre me fazer rir com a sua personalidade única, e ser uma grande amiga, parceira de muitas lamentações. Amanda Guedes, obrigada por ser essa amiga maravilhosa e companheira, com quem compartilho meus dramas e muitas palhaçadas. Agradeço também ao caríssimo Lucas Costa, pelas inúmeras conversas sobre a vida, o universo e tudo mais, bem como pelas aventuras vividas e pelas que virão. E ainda, agradeço às minhas amigadas mais recentes, que compartilharam o cotidiano do labor precarizado: Ana Clara Prazeres, Rahaby Carvalho e Wendy Caldeira, obrigada pelos momentos de diversão e de desabafos.

Agradeço ao amiguinho, também conhecido como Lucas Passos, obrigada pela amizade sensível e acolhedora, bem como pela constante escuta sincera, e, pelos diversos diálogos e trocas realizadas até aqui.

Agradeço aos meus pais, Elaine e D. César, por me apoiarem e me suportarem. Estendo os agradecimentos às minhas irmãs, Maria Eduarda, pelos momentos de compreensão, diversão e parceria que temos. Sophia, por ser minha criança preferida no mundo, caçulinha, companheira e totalmente dona do meu coração. Amo vocês, família tradicional opressora brasileira.

Agradeço a Capes pelo fornecimento da bolsa.

[...] para fazer o mesmo trabalho, e  
para quem cada dia era o mesmo  
de ontem e de amanhã.  
- Charles Dickens.

## RESUMO

O presente estudo tem como objeto de investigação a questão da pedagogia do corpo no trabalho expressa no trabalho terceirizado do serviço de limpeza no âmbito das universidades públicas. Assim, partimos da seguinte problematização: como o trabalho terceirizado da limpeza em uma Universidade Pública forma/conforma/deforma a corporalidade das trabalhadoras que sobrevivem em tais condições de trabalho? O objetivo é identificar e analisar quais as formas e conteúdo da educação do corpo determinada pelas condições, relações e processos do/no trabalho terceirizado e o que elas produzem no processo de formação da corporalidade das trabalhadoras terceirizadas da limpeza nas universidades públicas. Os objetivos específicos são: a) compreender e explicar as mudanças recentes no mundo do trabalho, focalizando as formas de flexibilização implicadas na chamada terceirização do trabalho; b) verificar as implicações da terceirização do trabalho nas relações e processos de trabalho das trabalhadoras que atuam no serviço terceirizado da limpeza nas Universidades Públicas; c) identificar o conteúdo e as formas da pedagogia do corpo presentes nas formas de organização e gestão do processo de trabalho de limpeza nas Universidades Públicas; d) explicar os reflexos da natureza do trabalho de limpeza e da sua terceirização sobre a corporalidade das trabalhadoras. Para tal, realizamos uma Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS), escolhendo como fonte de investigação a produção científica nacional disponibilizadas nas bibliotecas digitais: 1) BDTD; 2) BTD Capes; 3) Google Scholar. E para a análise e interpretação dos dados tomamos como procedimento analítico a análise de conteúdo temática segundo Bardin (2011). Os resultados da pesquisa apontaram que: I) a terceirização do trabalho é sinônimo de precarização do trabalho e da classe trabalhadora; II) que a força de trabalho predominante do serviço de limpeza terceirizado dentro das universidades públicas é composta pela força de trabalho feminina; III) o trabalho terceirizado do serviço de limpeza imprime sobre as trabalhadoras e trabalhadores, determinadas dinâmicas de educação do corpo e assujeitamento da corporalidade da pessoa submetida a tais condições de produção e reprodução da vida.

**Palavras-chave:** Trabalho Terceirizado; Universidade Pública; Serviço de Limpeza; Pedagogia do Corpo.

## **ABSTRACT**

The present study has as object of investigation the issue of the pedagogy of the body at work expressed in the outsourced work of the cleaning service at public universities. Thus, we start from the following problematization: how outsourced cleaning work in a Public University forms/conforms/deforms the corporality of workers who survive in such working conditions? The objective is to identify and analyze which forms and content of body education determined by the conditions, relationships and processes of/in outsourced work and what they produce in the process of training the corporality of outsourced cleaning workers in public universities. The specific objectives are: a) understand and explain recent changes in the world of work, focusing on the forms of flexibility involved in the so-called outsourcing of work; b) to verify the implications of outsourcing work in the relationships and work processes of workers working in the outsourced cleaning service at the Public University; c) identify the content and forms of body pedagogy present in the forms of organization and cleaning work process management in public universities; d) explain the reflections of the nature of the cleaning work and its outsourcing on the corporality of workers. To this end, we carried out a Systematic Bibliographic Review choosing as a source of research the national scientific production available in digital libraries: 1) BDTD; 2) BTD Capes; 3) Google Scholar and for the analysis and interpretation of the data we took as analytical procedure the thematic content analysis according to Bardin (2011). The results of the survey pointed out that: I) the outsourcing of work is synonymous with the precarisation of work and the working class; II) that the predominant workforce of the outsourced cleaning service within public universities is composed of the female workforce; III) outsourced cleaning service work imposes on male and female workers certain dynamics of body education and subjection of the corporality of the person subjected to such conditions of production and reproduction of life.

**Keywords:** Outsourced work; Public University; Cleaning Service; Pedagogy of the body.

## **SIGLAS**

AET - Análise Ergonômica do Trabalho

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ICT - Índice de Capacidade para o Trabalho

IES - Instituição de Ensino Superior

MTE - Ministério Público do Trabalho e do Emprego

MPT - Ministério Público do Trabalho

OIT - Organização Internacional do Trabalho

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

TST - Tribunal Superior do Trabalho

QVT – Qualidade de Vida no Trabalho

## QUADROS

|                                                                                        |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 - Configurações de busca.....                                                 | 90  |
| Quadro 2 - Identificação e descrição dos objetivos centrais dos estudos selecionados.. | 100 |
| Quadro 3 - Eixos e códigos .....                                                       | 119 |

## **GRÁFICOS**

|                                                                                                                          |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1 - Produções científicas selecionadas.....                                                                      | 92  |
| Gráfico 2 - Distribuição das produções científicas por tipo e por região de publicação.....                              | 94  |
| Gráfico 3 - Instrumentos de coleta de dados.....                                                                         | 99  |
| Gráfico 4 - Distribuição etária dos trabalhadores terceirizados no mercado de trabalho formal no Brasil, 2006-2018 ..... | 123 |

## **LISTA DE TABELAS**

|                                                                                     |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1 - Ano das publicações .....                                                | 97  |
| Tabela 2 - Quantidade de publicações por IES.....                                   | 99  |
| Tabela 3 - Quantitativo de produções científicas por Programa de Pós-Graduação..... | 100 |
| Tabela 4 - Tipos de pesquisa.....                                                   | 102 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                     |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                                             | <b>15</b>  |
| <b>CAPÍTULO I</b>                                                                                                                                                   |            |
| <b>Do caráter ontológico à precarização do trabalho: desdobramentos sobre a formação do trabalhador.....</b>                                                        | <b>20</b>  |
| 1.1 O duplo caráter do trabalho e o duplo caráter da formação dos trabalhadores.....                                                                                | 21         |
| 1.2 Formação e deformação da corporalidade dos trabalhadores nas condições da organização da produção e do trabalho taylorista-fordista.....                        | 36         |
| 1.3 Reestruturação produtiva, modelos flexíveis de produção e a flexibilização dos trabalhadores .....                                                              | 46         |
| <b>CAPÍTULO II</b>                                                                                                                                                  |            |
| <b>Terceirização e precarização do trabalho no Brasil: elementos para compreender o trabalho terceirizado de limpeza em universidades públicas.....</b>             | <b>60</b>  |
| 2.1 O processo de legalização da terceirização no Brasil: do serviço público à iniciativa privada .....                                                             | 61         |
| 2.2 A ampliação da terceirização do trabalho no Brasil: do neodesenvolvimentismo ao golpe de 2016 .....                                                             | 71         |
| 2.3 A precarização e os seus impactos nas condições e relações de trabalho.....                                                                                     | 83         |
| <b>CAPÍTULO III</b>                                                                                                                                                 |            |
| <b>A terceirização do trabalho de limpeza nas universidades públicas brasileiras .....</b>                                                                          | <b>90</b>  |
| 3.1 Um panorama do trabalho e das trabalhadoras terceirizadas do serviço de limpeza em Universidades Públicas brasileiras: as condições e relações de trabalho..... | 91         |
| 3.1.1 Perfil social das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da limpeza.....                                                                                 | 124        |
| 3.1.2 Condições e relações de trabalho terceirizado da limpeza nas universidades públicas .....                                                                     | 132        |
| 3.1.3 Inventário de adoecimento psicofísico: notas sobre a corporalidade .....                                                                                      | 141        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                                                                   | <b>148</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                                                            | <b>150</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>                                                                                                                                                 | <b>154</b> |

## INTRODUÇÃO

O trabalho é a protoforma de toda a práxis social, é atividade criadora e componente essencial da sociabilidade humana. Trata-se, o trabalho, da mediação fundamental pela qual os homens e mulheres se humanizam, se objetivando e subjetivando na relação metabólica entre humanos-natureza e humanos-humanos. É a partir desse metabolismo que os seres humanos desenvolvem novas formas de ser, estar e criar, a si e ao mundo que os circunda. Portanto, o trabalho é a categoria central na ontologia social, elemento constitutivo de todas as sociedades que existem ou existiram.

Deste modo, a sociedade é a ação recíproca de autoprodução dos seres humanos, em que a espécie humana se torna um ser social através do trabalho e, assim, desenvolve todo o seu processo de humanização, sua socialidade: valores, éticas, moral e todo o conjunto de signos, símbolos, sentidos e significados que norteiam e compõe a organização da vida em sociedade (ROSA; DIAS JÚNIOR, 2017). Isto posto, é o trabalho a categoria fundamental na constituição e desenvolvimento da genericidade e individualidade humana; o modo como os seres humanos realizam a atividade de trabalho interfere diretamente em sua formação, objetiva e subjetivamente. Ou seja, nos corpos e nas consciências dos indivíduos e, conseqüentemente, em toda a esfera social.

Sob o viés do capital, o trabalho é reduzido à condição de mercadoria força de trabalho, caracterizando-se de acordo com um duplo caráter. Pois, esta que é fundamentalmente a categoria que da forma a genericidade humana, ao ser transformado em mercadoria, se torna subsumido, então, à forma mercadoria do capital e se converte apenas em um meio de sobrevivência, simplificando a atividade vital consciente humana à condição de serviço, emprego e/ou apenas uma função no mercado de trabalho (FRIGOTTO, 2012). Deste modo, compromete-se a razão primordial de ser do trabalho, qual seja, vida gerando vida (MARX, 2015) tornando este apenas mais uma mercadoria a ser intercambiada por outra.

Herold Júnior (2006) aponta que em meados à década de 1950, o corpo começa a perder a centralidade nos processos de trabalho a partir do avanço da ciência e tecnologia investidas na base física da produção. O corpo então estaria sendo colocado à margem do processo produtivo, pois o moderno maquinário o substituiria nas tarefas antes implicadas ao corpo. Essa análise da ausência da necessidade do corpo nas formas atuais de organização do trabalho e da produção, é pautada pelo imenso avanço da ciência e tecnologia em que são predominantemente valorizadas as “atividades intelectuais”. Entretanto, essa é uma análise

bastante limitada. Apesar do avanço da ciência e da tecnologia o corpo não deixa de ter centralidade nos processos de trabalho, pois não há como dissociar a corporalidade do sujeito que trabalha. Visto que a separação entre atividade manual e intelectual não se restringe à divisão técnica do trabalho, mas sim, se refere aos processos e estruturas sociais que se manifestam na forma de dominação de uma classe sobre a outra.

Portanto, as transformações na organização do modo de produção da vida material alteram a forma como a corporalidade humana é formada, sobretudo, àquela daqueles e daquelas que sobrevivem à custa da venda de sua força de trabalho – a classe trabalhadora. Sob o modo de produção capitalista o trabalho acaba por assumir uma condição deformadora, a medida em que desencadeia processos de alienação, reificação e a literal degradação (física e psíquica) dos trabalhadores e trabalhadoras que são subsumidas às circunstâncias impostas pelo capital às forças produtivas.

Dito isto, ao identificarmos empiricamente no trabalho terceirizado uma forma acentuada de exploração e precarização das pessoas trabalhadoras submetidas às tais condições de produção/reprodução da vida imediata, notamos o ocultamento que os trabalhadores e trabalhadoras da limpeza sofrem no ambiente universitário por conta da natureza do serviço prestado – a limpeza. Percebemos também uma significativa diferença entre a presença de trabalhadoras do sexo feminino, em relação aos trabalhadores do sexo masculino, assim, detectando uma notável relação desse tipo de trabalho com a divisão sexual do trabalho estabelecida socialmente.

Todas essas questões foram observadas e vivenciadas ainda no período da graduação. A partir daquelas circunstâncias iniciamos um processo de problematização dessa realidade, o que nos levou a investigar as condições do trabalho terceirizado, especificamente no serviço de limpeza na universidade pública. Deste modo, ainda no período da graduação no curso de Educação Física, realizamos uma monografia como trabalho de conclusão de curso, em que foi investigada a problemática da corporalidade dessas trabalhadoras terceirizadas da limpeza face a esse tipo de trabalho. Tratou-se de uma pesquisa do tipo exploratório, com base em fontes bibliográficas, em que se analisou artigos de periódicos que expressassem investigações empíricas sobre o trabalho terceirizado no setor de limpeza em universidades brasileiras.

Os resultados apresentaram a relação da terceirização com a precarização do trabalho e da classe trabalhadora. E ainda, que esse tipo de trabalho precário atinge especialmente as

camadas mais vulneráveis da classe trabalhadora, e, no que tange ao serviço de limpeza a força de trabalho predominante é a feminina. Sendo assim, essa investigação exploratória trouxe a necessidade de conhecer e analisar a realidade concreta desse tipo de trabalho. Portanto, este atual estudo discute a pedagogia do corpo dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas do serviço de limpeza em universidades públicas, partindo da compreensão do trabalho como uma categoria determinante na formação da corporalidade e individualidade daqueles/daquelas que trabalham em dadas condições.

Assim, partimos da seguinte problematização: como o trabalho terceirizado da limpeza em uma Universidade Pública forma/conforma/deforma a corporalidade das trabalhadoras que sobrevivem em tais condições de trabalho? Nosso objetivo geral é identificar e analisar as formas e conteúdo da educação do corpo determinadas pelas condições, relações e processos do/no trabalho terceirizado produzidas no processo de formação da corporalidade das trabalhadoras terceirizadas da limpeza das universidades públicas brasileiras.

Os objetivos específicos são: a) compreender e explicar as mudanças recentes no mundo do trabalho, focalizando as formas de flexibilização implicadas na chamada terceirização do trabalho; b) verificar as implicações da terceirização do trabalho nas relações e processos de trabalho das trabalhadoras que atuam no serviço terceirizado da limpeza na Universidade Pública; c) identificar o conteúdo e as formas da pedagogia do corpo presentes nas formas de organização e gestão do processo de trabalho de limpeza nas Universidades Públicas; d) explicar os reflexos da natureza do trabalho de limpeza e da sua terceirização sobre a corporalidade das trabalhadoras.

A pesquisa aqui apresentada tem como fundamento teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético, em que toma “[...] o ponto de partida do conhecimento, enquanto esforço reflexivo de analisar criticamente os fenômenos da realidade e a categoria básica do processo de conscientização, é a atividade prática social dos sujeitos históricos concretos” (FRIGOTTO, 2000, p. 82). Constitui-se um tipo de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estrutura, o desenvolvimento e as transformações dos fenômenos sociais, de modo que o conhecimento e a crítica são tomados como o princípio para uma práxis transformadora da realidade existente.

Sendo este um método de investigação que busca ir além da aparência, indo à raiz da questão como uma práxis – unidade entre teoria e prática – que tenha como finalidade a transformação da realidade (FRIGOTTO, 2000). Portanto, para a compreensão do objeto é

elementar a apropriação do seu caráter histórico, a partir de categorias fundamentais que não são dadas a priori, mas que são construídas historicamente a partir da realidade e do fenômeno investigado.

Assim,

A busca consciente de uma postura materialista histórica na construção do conhecimento não se limita à compreensão de um conjunto de categorias e conceitos. [...] É preciso superar a abstratividade inicial dando-lhe concretude. Esse é um movimento prático, empírico. Há, pois, a exigência necessária de uma concepção de realidade, o método capaz de desvendar as “leis” fundamentais que estruturam um problema que se investiga, da exposição orgânica dos avanços do conhecimento e de novas sínteses no plano da realidade histórica (FRIGOTTO, 2000, p. 86).

Nessa perspectiva a teoria é subordinada a práxis, de modo que o ponto de partida são os fenômenos empíricos que são apresentados pela realidade concreta, em seguida, busca-se a superação dessa aparência inicial, alcançando a essência do fenômeno e as suas leis, dinâmicas e processos fundamentais.

[...] a totalidade concreta, como totalidade de pensamento, como uma concreção de pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da intuição e da representação, mas é elaboração da intuição e da representação em conceitos. O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo mental, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo da única maneira em que o pode fazer, maneira que difere do modo artístico, religioso e prático de se apropriar dele (MARX, 2008, p. 259-260).

Para Marx (2017), o ideal não é mais que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado. Deste modo, o pesquisador busca apreender o seu objeto de pesquisa nas suas diversas dimensões, singularidades, particularidades, contradições, e leis fundamentais que estruturam a realidade pesquisada e os seus nexos com a totalidade; Assim, chegando ao concreto pensado.

Desta forma, o processo de pesquisa abarcará cinco momentos fundamentais:

- a) O recorte que vai fazer parte da pesquisa se situa dentro de uma totalidade mais ampla;
- b) O primeiro esforço é o resgate crítico da produção teórica e/ou do conhecimento já produzido pela problemática em questão [...] estabelecer o inventário crítico desta postura em face do objeto que se está investigando, e não abstratamente;
- c) Feito o levantamento do material da realidade que se está investigando, necessita-se definir um método de organização para a análise e exposição;
- d) A análise dos dados representa o esforço do investigador de

estabelecer as conexões, mediações e contradições dos fatos que constituem a problemática pesquisada;

e) Finalmente, busca-se a síntese da investigação. A síntese resulta de uma elaboração. (FRIGOTTO, 2000, p. 87-89).

Tomaremos como procedimento investigativo a pesquisa bibliográfica, recorrendo a produção científica nacional como fonte de pesquisa. Segundo Gil (2002, p.45) “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Portanto, a escolha pela pesquisa bibliográfica justifica-se pela possibilidade de apreender o objeto investigado de forma ampliada, ao identificarmos e analisarmos a forma como os autores das diferentes regiões do Brasil tem problematizado essa temática em suas pesquisas.

A partir dos dados apresentados pelas fontes bibliográficas destacadas para essa pesquisa, neste caso – a produção científica nacional –, será realizada a nossa investigação, através da sistematização e análise dos estudos selecionados. Em que, será exposta a forma como o levantamento e a sistematização da produção científica encontrada foi feita, através da Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS), identificando os aspectos quantitativos e qualitativos dos estudos selecionados, e posteriormente será realizada a exposição da análise de conteúdo temática e categorial (BARDIN, 2011) da produção científica selecionada pela revisão bibliográfica sistemática.

O presente estudo está organizado em três capítulos, em que no primeiro capítulo apresentaremos o caráter ontológico do trabalho e a sua precarização sob o modo de produção capitalista e os respectivos desdobramentos sobre a formação dos trabalhadores, os padrões de acumulação taylorista-fordista, e por fim discutindo a reestruturação produtiva do capital.

No segundo capítulo será desenvolvida a discussão sobre a terceirização e precarização do trabalho no Brasil: elementos para a compreensão da dinâmica do trabalho terceirizado de limpeza em instituições públicas de ensino superior e os processos de legalização e ampliação da terceirização, na iniciativa privada e no serviço público.

No terceiro capítulo será desenvolvida a nossa Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS), tomando como fonte de investigação a produção científica nacional e traçando um panorama do trabalho terceirizado do serviço de limpeza nas universidades públicas brasileiras e os seus desdobramentos sobre a corporalidade dos trabalhadores e trabalhadoras.

## **CAPÍTULO 1**

### **DO CARÁTER ONTOLÓGICO À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: DESDOBRAMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES**

A acumulação flexível<sup>1</sup> tem se constituído como o padrão de acumulação predominante no atual momento do capital, promovendo novas formas de gestão e organização do trabalho. As suas características exigem um novo tipo de trabalhador/a, que se adeque às demandas atuais do capital mundializado e marcado por uma crise estrutural. Sendo uma das principais respostas do capital à sua crise as profundas transformações provocadas no mundo do trabalho e na classe trabalhadora, desde que se iniciou um amplo e contínuo processo de reestruturação produtiva do capital, a partir da década de 1970. Um dos seus resultados mais evidentes é a ampliação da superexploração do capital sobre o trabalho, por meio do aprofundamento da precarização das condições e relações de trabalho.

Deste modo, para compreender o atual mundo do trabalho e as suas constantes metamorfoses, faz-se necessário contextualizar as transformações na relação entre capital e trabalho desenvolvidas do século vinte até os dias atuais. Sendo assim, no primeiro momento, apresentaremos a concepção de trabalho na qual nossa pesquisa está embasada e, ainda, a relação ontológica que existe entre trabalho, formação humana e corporalidade. Em seguida, demonstraremos a forma que a categoria trabalho se apresenta sob o domínio do capital. Adiante, explanaremos sinteticamente sobre os processos de racionalização da produção realizados por Frederick W. Taylor e Henry Ford, no século passado, apontando como as formas de gestão e organização da produção impactam diretamente na formação/deformação de uma determinada corporalidade.

Em seguida, trataremos da reordenação da esfera da produção a partir da crise dos anos de 1970, percorrendo sobre o caráter estrutural da crise, o neoliberalismo e a ascensão dos modelos flexíveis na produção capitalista mundializada, destacando os efeitos sobre o trabalho e sobre o conjunto da classe trabalhadora.

---

<sup>1</sup> HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

### 1.1 O duplo caráter do trabalho e o duplo caráter da formação dos trabalhadores

Partindo de uma perspectiva marxiana, o trabalho se constitui como condição *sine qua non* para a produção e reprodução da vida humana, em que os homens e mulheres transformam a natureza para satisfazerem suas necessidades; e, ao transformarem a natureza, estes também se transformam. Ao longo do processo de constituição da humanidade como esfera do ser social, a satisfação das necessidades por intermédio do trabalho produziu formas cada vez mais complexas, e sucessivamente originando novas de necessidades, exigindo uma ampliação e complexificação das formas sóciometabólicas de satisfação daquelas. Portanto, o constante metabolismo entre os seres humanos e a natureza, se materializa como uma transformação recíproca e qualitativa de ambos.

O trabalho é uma atividade exclusiva da humanidade, pois somente os seres humanos realizam a ação consciente de transformação da natureza. Por isto, é o trabalho que distingue o ser orgânico do ser social. É certo que, assim como os animais, a vida genérica humana, em primeiro lugar, se constitui fisicamente, ou seja, vive-se da natureza inorgânica, “e quanto mais universal do que o animal *a humanidade* é, tanto mais universal é o domínio da natureza inorgânica em que *ela* vive” (MARX, 2015, p.310, grifo nosso). Deste modo, os seres humanos se apropriam da natureza inorgânica, precisam dos produtos da natureza, assim como os animais. Entretanto, a humanidade, através do trabalho, domina a natureza e seus produtos, transformando-os qualitativamente de maneira intencional, de acordo com a necessidade e a vontade humana.

Só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O *ser humano*, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre os *seres humanos* e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho (ENGELS, 1876, p.7, grifo nosso).

Dessa maneira, os animais não realizam a atividade trabalho tal qual os seres humanos, apenas cumprem as tarefas necessárias à sua reprodução na esfera orgânica de modo instintivo e não como resultado de uma atividade consciente. Nas palavras de Marx (2015), o animal é imediatamente um com sua atividade vital, não se distingue dela. Portanto, a atividade vital consciente, o trabalho, é a categoria fundante do gênero humano. Destarte, claro que há outras categorias fundamentalmente importantes na formação humana; entretanto, o trabalho assume esse lugar privilegiado no processo e no salto ontológico que caracteriza a gênese do ser

social, devido ao fato de que essas outras categorias (linguagem, divisão do trabalho, sociabilidade etc.) já possuem em si um caráter puramente social (LUKÁCS, 2013).

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, interrelação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 2013, p.46)

Como bem coloca Marx (2015) para o ser humano, a sua atividade vital é, também, um objeto da sua vontade e consciência, ou seja, a sua própria vida lhe é objeto, o que o caracteriza como um ser ativo na sua própria gênese. Por isto, sua atividade é livre, porque é fruto de sua consciência e não do seu instinto. Conforme aponta Lukács (2013), é através do trabalho que se realiza no âmbito material um pôr teleológico, uma nova objetividade, um processo que, pela relação entre consciência e finalidade, a consciência ultrapassa a simples adaptação ao ambiente e executa, inclusive na própria natureza, modificações que para os animais seriam inconcebíveis.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existia idealmente (MARX, 2017, p. 255- 256).

Na passagem supracitada, Marx ilustrou claramente a distinção da atividade vital humana, para a atividade vital dos animais. Pois, diferente dos animais, os seres humanos transformam a natureza para atender não só as suas carências fisiológicas, mas também e, principalmente, efetuam a atividade de trabalho para suprir as necessidades que são frutos da sua consciência e vontade que, por sua vez, são desenvolvidas, constituídas e complexificadas no decurso sócio-histórico da humanidade. Portanto, há uma relação dialética entre trabalho e consciência. Por meio do trabalho, a consciência se expressa, ao passo que o modo como este se realiza interfere na constituição/formação da consciência.

Assim, o trabalho - atividade livre e criadora - é a categoria originária do ser social, a capacidade humana de criar e recriar a si e o mundo. Nesse sentido, é importante destacar que

Marx e Engels (2007) apontam como a primeira condição para a existência e o desenvolvimento da história humana, a necessidade dos homens e mulheres estarem em condições de viverem, “o primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza.”. Portanto, todo o processo histórico “deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história” (2007, p. 87).

Deste modo, o pressuposto fundamental para a humanidade estabelecer o intercâmbio com a natureza, produzir seus meios de vida e se reproduzirem socialmente, é a existência física e corpórea dos indivíduos humanos. A existência física e corpórea como pressuposto, se torna também resultado do conjunto da práxis humana, configurando o corpo físico como corporalidade, isto é, a existência corpórea elevada à condição de atividade humana corporal e conscientemente orientada a fins, uma síntese de numerosas relações sociais que se expressam na atividade humana.

É através da ação corporal dos seres humanos que o trabalho é realizado como uma atividade consciente e intencional, voltada para o atendimento de suas necessidades, sejam elas as mais primárias: comer, beber, vestir, se abrigar etc., bem como, as necessidades que foram desenvolvidas e complexificadas ao longo da história, ligadas as capacidades de objetivação e subjetivação próprias da condição humana. Trata-se da livre criação, fruição, imaginação, entre outras, que são de igual importância para a existência dos seres sociais, enquanto espécie com capacidades físicas e psíquicas superiores aos outros seres vivos dispostos na natureza.

Portanto, essa atividade corporal e consciente, promove uma transformação: 1) na natureza e nos seus produtos; 2) na própria atividade; 3) na corporalidade humana. “[...], os seres humanos, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar” (MARX e ENGELS, 2007, p. 94, grifo nosso). Sendo assim, ao realizarem a atividade de trabalho os homens e mulheres transformam a natureza objetivamente, e simultaneamente, transformam as suas faculdades físicas (corporais) e intelectuais (psíquicas). Deste modo, a produção de ideias, representações, a consciência e os demais aspectos pertencentes a corporalidade dos indivíduos singulares, estão vinculados diretamente à produção da vida material efetivada coletivamente.

A corporalidade pode ser compreendida como o que Gramsci (2001) denomina de *nexo psicofísico*, a unidade indissociável entre físico e o psíquico, corpo e consciência, ou seja, as faculdades físicas e intelectuais – Inter determinantes e indissociáveis – pertencentes unicamente ao gênero humano. É a partir da corporalidade em ação que a humanidade realiza a atividade de trabalho. Como bem aponta Silva (2020, p.16), “a corporalidade se constitui como pressuposto e, ao mesmo tempo, como resultado da atividade do trabalho”, ou seja, é síntese da práxis humana.

A corporalidade se configura como elemento constitutivo da individualidade social (MARX, 2008), pois, os seres humanos não são espectros que vagam pelo mundo, a existência humana implica na sua materialidade carnal, física, corporal, entretanto, não é um corpo meramente biológico. Pois, somente os seres humanos, enquanto seres que também pertencem a natureza, desenvolveram funções psíquicas superiores que os distingue das outras formas de vida. A unidade psicofísica que se expressa nas faculdades humanas resultam do conjunto multifacetado de determinações sócio-históricas materializadas na riqueza humanamente produzida e apropriada pelos indivíduos singulares no interior do intercâmbio sóciometabólico com a natureza.

Isto posto, o aparecimento e desenvolvimento do trabalho como processo histórico e universal é a condição de existência do ser social, portanto, este nunca deixou de ser realizado independentemente da organização societal. Pois, é a partir dele que as potencialidades da genericidade humana são objetivadas dentro das relações de produção e reprodução da vida. Todavia, mesmo tendo como finalidade a transformação da natureza com a finalidade de satisfazer os carecimentos humanos, o trabalho não foi sempre realizado da mesma forma, cada sociedade, em seu tempo e espaço, teve o seu modo de organizar a sua autoprodução.

Como bem destaca Marx (2011b), a humanidade faz a sua própria história, contudo, não a faz de livre e espontânea vontade, pois não pode escolher as circunstâncias sob as quais ela é realizada. Dito isto, o advento e desenvolvimento do sistema capitalista como modo hegemônico de produção e reprodução da vida (sendo este, resultado de um processo historicamente constituído), transformou-se o modo como os homens e mulheres realizam o seu intercâmbio com a natureza. Isto é, modificou-se o metabolismo social entre humanidade, natureza e os produtos do trabalho, ao instaurar uma divisão social hierárquica que subordina o trabalho ao capital.

Nas condições históricas do modo de produção capitalista, a burguesia tomou para si a propriedade privada dos meios de produção e reprodução da vida. No longo processo de formação da sociedade burguesa, o aprofundamento da alienação do trabalho e da propriedade privada, bem como seus complexos desdobramentos sociais, tais como, a divisão social e técnica hierárquica do trabalho, o desenvolvimento das forças produtivas, o aprofundamento dos conflitos presentes em função das relações sociais de produção fundadas na propriedade privada dos meios de produção da vida, fez avançar a luta de classes e delimitar as classes sociais em presença, sobretudo, mas não só, aquelas fundamentais: a burguesia e o proletariado (MARX e ENGELS, 2017).

Portanto, ao destituir da classe trabalhadora os seus meios de vida, o capital estabeleceu uma hegemonia de classe. Demarcando o seu percurso sócio-histórico, pela dominação e exploração sistemática da classe trabalhadora e dos meios de produção, através de uma divisão social hierárquica do trabalho específica da morfologia do capital. Assim, aos homens e mulheres pertencentes à classe trabalhadora, expropriados do seu *corpo inorgânico* - a natureza-, restam-lhes apenas a capacidade de trabalhar, ou seja, a sua força de trabalho. Esta só se materializa através da objetivação dos produtos do trabalho. Deste modo, a atividade vital humana que é meio de vida e criação do ser social, foi reduzida à condição de mercadoria e submetida às leis do capital.

Nesse sentido, a separação entre trabalho, capital e a propriedade privada é a raiz dos processos de alienação da classe trabalhadora. Visto que, “na medida em que o trabalho alienado *aliena aos homens e mulheres*, 1) a natureza, 2) *eles/elas* próprios, a sua própria função ativa, a sua atividade vital, assim ele aliena da humanidade o gênero” (MARX, 2015, p. 311, grifo nosso).

Precisamente por isso, só na elaboração do mundo objetivo os *seres humanos* se provam realmente como seres genéricos. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Por ela, a natureza aparece como obra de sua realidade. O objeto de trabalho é, portanto, a objetivação da vida genérica humana, na medida em que está se duplica não só intelectualmente, como consciência, mas também operativamente (*wrktaitig*), realmente, e contempla-se por isso num mundo criado por ele. Por isso, na medida em que arranca aos humanos o objeto da sua produção, o trabalho alienado arranca-lhe a sua vida genérica, a sua real objetividade genérica, e transforma sua vantagem sobre o animal na desvantagem de lhe ser retirado o seu corpo inorgânico, a natureza (MARX, 2015, p. 313).

As condições societárias do capital a forma do trabalho assalariado, isto é, a força de trabalho submetida ao intercâmbio mercantil, reconfigura a atividade vital consciente humana em apenas um meio de garantir a existência corpórea dos homens e mulheres, reduz mediocrementemente as potências que a genericidade dos seres sociais pode alcançar. Subjugada ao capital, a humanidade que vive do seu próprio trabalho precisa vender a sua força de trabalho, de modo que só os permitem acessar – e ainda, de maneira precária –, os produtos que satisfação minimante as suas carências biológicas (comer, beber, procriar).

Dessa forma, ao se apropriar privadamente dos meios de produção e separá-los da classe trabalhadora, as relações sociais determinadas pelo capital esvaziam o sentido genérico da atividade vital. Portanto, o modo de intercâmbio com a natureza mediado pelas condições e contradições do trabalho alienado do capital, empobrece a formação dos indivíduos singulares como seres pertencentes ao gênero humano. Visto que, os trabalhadores e trabalhadoras não se reconhecem nos produtos do seu trabalho. A riqueza humana, produto da atividade produtiva humana não pertence aos produtores diretos, ao contrário surgem diante dos trabalhadores como um poder externo.

O trabalho alienado põe homens e mulheres na situação de estranhamento face sua própria condição humana, o humano da humanidade, da natureza, dos produtos do seu trabalho e da sua genericidade. Assim, os homens e as mulheres estão alienados de si e alienados uns dos outros (MARX, 2015). A alienação do processo de trabalho ocorre no ato produtivo, em sua própria atividade de trabalho, no estranhamento com os objetos do próprio trabalho, no estranhamento de si e do outro enquanto seres pertencentes ao gênero humano.

A realização do trabalho alienado, se torna a desrealização da humanidade que trabalha, “com a *valorização* do mundo das coisas, cresce a *desvalorização* do mundo humano em proporção direta” (MARX, 2015, p.304). No modo de produção capitalista a riqueza aparece na forma de uma imensa coleção de mercadorias, estas são objetos externos que satisfazem necessidades humanas, sejam necessidades do estômago ou da imaginação, bem como, são produtos do trabalho (MARX, 2017). E assim como o trabalho produz as mercadorias, produz-se a si e o trabalhador como mercadoria.

Conforme expõe Marx (2017) as coisas úteis podem ser avaliadas sob os aspectos da qualidade e da quantidade. Isto posto, a sociedade capitalista é baseada nas relações de trocas das mercadorias, estas se apresentam com um duplo valor: valor de uso e valor de troca. O valor de uso reside na utilidade à vida humana e seu caráter útil só se efetiva no próprio uso

ou consumo. Assim, o valor de uso apresenta-se a partir desse aspecto qualitativo, ao mesmo tempo possuindo em si, também, os suportes materiais do valor de troca. O valor de troca, inicialmente, se apresenta sob o aspecto quantitativo, em que um *quantum* de valores de uso de determinado tipo, é trocado por valores de uso de um outro tipo.

Como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diferente qualidade; como valores de troca, elas podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum átomo de valor de uso. Abstraindo do valor de uso dos corpos-mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho. [...] Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos produtos dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato (MARX, 2017, p. 116)

Portanto, somente a atividade vital de trabalho que produz valores de uso, transformando a natureza para atender as necessidades humanas. Sendo assim, nos marcos do capital, a substância do valor é o dispêndio de força de trabalho humana no trabalho abstrato, ou seja, “[...] o elemento comum que se apresenta na relação de troca – ou no valor de troca – das mercadorias, é, portanto, seu valor. [...] Assim, um valor de uso ou um bem só possui valor porque nele está objetificado ou materializado trabalho humano abstrato” (MARX, 2017, p. 116).

O trabalho humano abstrato como condição da produção de valor e mais-valia, se constitui como trabalho esvaziado de conteúdo e qualidade humanas, uma vez que seu momento predominante está localizado no fato de ser quantidade de tempo de trabalho despendido no processo de produção de mercadoria. Nesse sentido, o momento predominante da relação de valor na sociedade capitalista não é a do valor de uso das coisas, mas de seu valor de troca.

A medida ou a grandeza de um valor de troca não é mensurada pela capacidade do produto do trabalho satisfazer uma necessidade humana, mas, ao contrário, pelo fato de que ela expressa um quantum de tempo de trabalho socialmente acumulado naquela forma de mercadoria. Portanto, a grandeza do valor de uma mercadoria, nestas relações, é expressa pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. O trabalho é a condição de existência da humanidade, bem como é a fonte de toda a sua riqueza material, pois só os seres humanos ao se defrontarem com a matéria natural existente na natureza, podem transformá-la em produtos qualitativamente distintos da forma presente no meio natural.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência *da humanidade*, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana (MARX, 2017, p.120, grifo nosso).

Nas condições sociais do capital, as mercadorias que resultam do trabalho subsumido à exploração capitalista tem um duplo caráter: valor de uso e valor de troca. A atividade, nessas mesmas condições, também expressa esse duplo caráter: trabalho concreto, que objetiva valores de uso capaz de satisfazer necessidades humanas; trabalho abstrato, isto é, dispêndio de força de trabalho cuja função é fazer acumular valor de troca na mercadoria.

Marx (2017) destaca que os produtos do trabalho em qualquer organização societal, são objetos de uso, sendo que estes, só são transformados em mercadoria em uma época historicamente determinada de desenvolvimento. Assim, as relações capitalistas são fundamentadas no intercâmbio de suas mercadorias, de modo que, para estas se relacionarem umas com as outras, os seus possuidores precisam “se reconhecerem mutuamente como proprietários privados” (MARX, 2017, p. 159), e estabelecer relações uns com os outros, partindo da premissa de que ambos anseiam estabelecer a troca de suas mercadorias.

É sob essa condição que os seres humanos irão adquirir os bens necessários à sua sobrevivência, pela troca de mercadorias. Nas relações capitalistas de produção, as mercadorias possuem como valor de troca a forma dinheiro, sendo este um equivalente universal, assim “a forma de equivalente universal é uma forma do valor em geral e pode, portanto, expressar-se em qualquer mercadoria” (MARX, 2017, p.144). Desta maneira, o dinheiro é a forma equivalente de todas as mercadorias, síntese das múltiplas determinações e relações estabelecidas socialmente pelos modos de ser do capital, em que a produção humana e a própria vida humana são tornadas uma mercadoria vendável.

Portanto, sob o viés do capital, toda a riqueza produzida como resultado do trabalho útil é transformada em mercadoria e intercambiada de acordo com o seu valor de troca. Sendo assim, os homens e mulheres para adquirirem produtos necessários à vida, valores de uso ou não, precisam estabelecer essas trocas de mercadorias. Visto que, toda produção humana está submetida à tais relações de trocas do capital. “[...] os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio de relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores” (MARX, 2017,

p.148). Desta forma, as mercadorias são os produtos de trabalhos privados que, em conjunto, constituem o trabalho social total.

A igualdade *toto coelo* [plena] dos diferentes trabalhos só pode consistir numa abstração de sua desigualdade real, na redução desses trabalhos ao seu caráter comum com dispêndio de força humana de trabalho, como trabalho humano abstrato. O cérebro dos produtores privados reflete esse duplo caráter social de seus trabalhos privados apenas nas formas em que este se manifesta no intercâmbio prático, na troca dos produtos: de um lado, o caráter socialmente útil de seus trabalhos privados na forma de que o produto do trabalho tem de ser útil, e precisamente para outrem; de outro, o caráter social dos diferentes tipos na forma do caráter de valor comum a essas coisas materialmente distintas, os produtos do trabalho (MARX, 2017, p. 149).

Essas relações sociais entre trabalhos privados não aparecem tal como relações sociais entre pessoas e produtos do trabalho humano, mas sim como uma relação reificada entre pessoas e relações sociais entre coisas, dado o fetichismo das mercadorias. Em que, as mercadorias adquirem a qualidade daquilo que é humano e o ser humano assume a qualidade de coisa. Desse modo, a realidade se apresenta de maneira invertida nas relações sociais no modo de produção do capital. O caráter fetichizado das relações de troca nivelam, ao menos no nível da aparência, trabalhadores e capitalistas, como se ambos partissem das mesmas condições para efetivarem as suas trocas/aquisições de mercadorias.

Entretanto, a estrutura social capitalista opera a subsunção do trabalho ao *modus operandi* do capital, sendo assim, trabalhadores e capitalistas partem de classes distintas e, fundamentalmente, opostas. O capital, ao deter para si a propriedade privada dos meios de produção, deixa como única opção para os trabalhadores a venda da sua capacidade de efetivar trabalho, pois, como estes não possuem o domínio e controle dos meios de produção, restam-lhe apenas a condição em trocar, do ponto de vista da produção, a sua única mercadoria disponível, sua força de trabalho. A força de trabalho é trocada por outra mercadoria que permita ao trabalhador acessar os produtos do trabalho úteis e necessários à sua existência. Neste caso, a força de trabalho é trocada pelo equivalente universal de troca, o dinheiro, que para o trabalhador se apresenta na forma de salário.

Sendo assim, o trabalhador ao vender a sua força de trabalho, realiza a troca pela mercadoria dinheiro na forma de salário. “O salário é determinado pela luta hostil entre capitalista e trabalhador” (MARX, 2015, p. 243), sendo este o *quantum* de dinheiro mínimo para a mera existência do trabalhador como trabalhador. O próprio trabalhador, em sua

jornada extenuante de trabalho, produz o valor do seu salário, assim, o restante do tempo em que ele continua a produzir trabalho, é mais trabalho, ou seja, mais valia para o capitalista.

Marx (2017) aponta que durante um primeiro momento do processo de trabalho, o trabalhador produz o valor de sua força de trabalho, ou seja, apenas os valores necessários à sua sobrevivência enquanto trabalhador – seu salário. Essa primeira etapa do processo de trabalho é denominada como tempo de trabalho necessário, em que se efetiva a produção do valor necessário à reprodução do trabalhador. Mas, em um segundo momento do processo de trabalho, quando o tempo de trabalho necessário já foi realizado e ainda sim o trabalhador continua a trabalhar, o dispêndio de força de trabalho não criará para o trabalhador nenhum valor. Mas, sim mais-valia para o capitalista. Portanto, esse período da jornada de trabalho em que o trabalhador não produz para si, e sim, para o capital é denominado como tempo de trabalho excedente.

A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago. Portanto, as condições de sua venda, sejam elas favoráveis ao trabalhador em maior ou menor medida, incluem a necessidade de sua contínua revenda e a constante reprodução ampliada da riqueza como capital (MARX, 2017, p.695).

É na produção e na apropriação da mais-valia que o capital promove uma das formas mais significativas da alienação e expropriação da classe trabalhadora, ao sujeitar o trabalho à condição de mercadoria e, conseqüentemente, aos próprios trabalhadores e trabalhadoras, se apropriando dos produtos do trabalho alheio. Conforme nos aponta Marx (2017), a produção capitalista é fundamentalmente a produção de mais-valia. Dessa forma, para o capital, trabalho produtivo, é trabalho que gera mais-valia. Sendo assim, o conceito de trabalho produtivo em nada tem a ver com o caráter útil dos produtos do trabalho, mas, sim com a autovalorização de capital. Deste modo, ao promover a separação do valor de uso e valor de troca, subordinando o primeiro ao segundo, torna a produção de riquezas na forma mercadoria a finalidade de toda humanidade.

Portanto, no sistema capitalista os seres humanos estão submetidos a relações reificadas, em que os próprios homens e mulheres são transformados em *coisas*, meros fatores de produção e reprodução de capital. Enquanto, os produtos do trabalho na forma mercadoria, assumem inversamente o lugar de sujeitos. Isto posto, Marx (2017) aponta que os seres

humanos em suas relações sociais ao longo da história nas diversas formas de desenvolvimento do trabalho e das forças produtivas, estabeleceram distintas configurações da divisão e organização social do trabalho. Corroborando com este mesmo pensamento, Leontiev (2017) demonstra que nas sociedades primitivas já ocorria um certo tipo de relação de cooperação e divisão do trabalho, mesmo que ainda de forma muito elementar.

O trabalho humano é em contrapartida, uma atividade originariamente social, assente na cooperação entre indivíduos que supõe uma divisão técnica, embrionária que seja, das funções do trabalho; assim, o trabalho é uma ação sobre a natureza, ligando entre si os participantes, mediatizando a sua comunicação. [...] Logo no início do desenvolvimento da sociedade humana surge inevitavelmente a partilha, entre os diversos participantes da produção, do processo de atividade anteriormente único. Inicialmente, esta divisão é verossimilmente fortuita e instável. No decurso do desenvolvimento ela toma já a forma primitiva da divisão técnica do trabalho (LEONTIEV, 2004, p. 81).

Como supracitado, o trabalho é uma atividade essencialmente social que se origina na relação dos indivíduos com a natureza, bem como, na relação de cooperação entre os próprios indivíduos, o que supõe uma divisão social do trabalho. Dessa forma, ao menos inicialmente, a divisão do trabalho aparece como resultado da complexificação e desenvolvimento da estrutura da atividade de trabalho. Entretanto, no decorrer das transformações sócio-históricas, o modo como o trabalho é dividido e organizado se modifica, de acordo com as condições de produção estabelecidas socialmente.

No modo de produção capitalista a forma da divisão sociotécnica do trabalho é efetivada de maneira bastante peculiar. Os sentidos do trabalho, bem como a sua organização e divisão social, é totalmente subordinada a produção de mercadorias, logo, o valor de troca predomina sobre os valores de uso do trabalho e seus produtos. Pois assim, o capital promove a expropriação: 1) dos meios de produção; 2) dos produtos do trabalho; 3) e ainda dos conhecimentos e saberes, portanto, o domínio que os trabalhadores e trabalhadoras possuem sobre os processos de trabalho. A partir da divisão social hierárquica do trabalho, o capital aumenta o seu poder de governo sobre o trabalho e os produtos do trabalho, articulando uma maior dominação sobre a classe trabalhadora por meio da sua constante desqualificação.

A divisão social e técnica do trabalho estabelecida pelo capital determina, no âmbito da sociedade civil e do Estado, a configuração entre governantes e governados e, no âmbito imediato da produção, a separação entre *trabalho manual* e *trabalho intelectual*. Ambas as

divisões se apresentam, no processo de reprodução, como forma de obstaculizar o conhecimento a classe trabalhadora sobre o seu trabalho, através da dissociação entre concepção e execução.

Deste modo, a divisão manufatureira do trabalho é uma forma de trabalho específica do modo de produção capitalista, que submete os trabalhadores e trabalhadoras aos comandos e a disciplinarização do capital. Ao distribuir de modo altamente parcelado as funções e operações do processo de trabalho, divide não só o processo de trabalho, mas também os próprios indivíduos que são transformados em “motor automático de um trabalho parcial” (MARX, 2017, p.434). Assim,

As potências intelectuais da produção, ampliando sua escala por um lado, desaparecem por muitos outros lados. O que os trabalhadores parciais perdem concentra-se diante deles no capital. Constitui um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes potências intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e como poder que os domina. Esse processo de cisão [...], em que o capitalista representa diante dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho, desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, fazendo dele um trabalhador parcial, e se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma e a obriga a servir o capital (MARX, 2017, p. 435).

Portanto, a divisão social do trabalho que se originou junto com a complexificação e desenvolvimento das forças produtivas no decorrer da história, se transformou sob o modo de produção capitalista. Em que, a estruturação dos mecanismos e processos de trabalho são determinados não mais pelos trabalhadores, e sim, pelo capital. A divisão manufatureira do trabalho consiste na fragmentação dos processos implicados na realização de determinado produto do trabalho em numerosas operações executadas por distintos trabalhadores, de modo a simplificar o processo de trabalho e consequentemente baratear o custo com a força de trabalho. Além de impedir o trabalhador de acompanhar qualquer processo de produção do início ao fim, de modo que este não consegue obter a compreensão do todo de seu trabalho.

Nas palavras de Braverman [...] "a subdivisão do trabalho capitalista, se torna a subdivisão do indivíduo, quando efetuada com menosprezo das capacidades e necessidades humanas, é um crime contra a pessoa e contra a humanidade" (2015, p.72). Assim, o capital se torna o grande gestor das forças produtivas sociais, em que, a divisão manufatureira do trabalho surge como um método eficaz para aumentar a valorização de capital. Ao hierarquizar o trabalhador coletivo, subdividir e fragmentar os processos de trabalho em

operações cada vez mais simplificadas, o capital simplifica não só o trabalho, como também empobrece a força produtiva do trabalhador à nível individual.

O conjunto das forças sociais de produção é formada pela combinação e integração da força produtiva individual de muitos trabalhadores parciais, que estão submetidos às condições de execução do trabalho prescritas e estabelecidas pelo capitalista. O capital se apropria não só dos meios de produção, como se apodera dos saberes e conhecimentos que são desenvolvidos no processo de trabalho pertencentes aos trabalhadores que os executam. Assim, ao se apropriar dos conhecimentos dos trabalhadores e, tomar para si, cria camadas de trabalhadores mais ou menos qualificados, implicando na desvalorização da força de trabalho individualmente e coletivamente.

Dessa maneira, a decomposição do processo de trabalho, provoca a fragmentação da corporalidade dos trabalhadores. “O parcelamento do trabalho que ata o trabalhador a uma única operação durante a vida inteira transforma o seu corpo em órgão especializado dessa operação” (KUENZER, 2002, p.40). Assim, a divisão manufatureira do trabalho, fragmenta não só o processo de trabalho, mas também, ao trabalhador, ao prendê-lo em uma atividade parcial, mecanizada e simplificada, que mutila o seu corpo, de modo que a força de trabalho é manipulada de acordo com às necessidades da produção capitalista.

Esse tipo de divisão sociotécnica do trabalho, baseada na hierarquização, heterogestão e na fragmentação dos processos de produção, se apresenta como um modo eficaz de formação e conformação da classe trabalhadora. Visto que, a heterogestão promovida pelo modo de produção capitalista transformou as formas de educação para o trabalho, substituindo o aprendizado de um longo processo de trabalho completo, por um aprendizado parcial e fragmentado (KUENZER, 2002), assim, o trabalhador perde o domínio sobre o seu trabalho e sobre si. Por isto, o processo de trabalho constitui, portanto, um momento fundamental na dinâmica de reprodução das relações de poder e dominação do sistema societário do capital, no sentido de operar e manter a sua condição de hegemonia.

A hegemonia se forma como um instrumento de direção e dominação, se constituindo e sendo expressa por meio de toda esfera societal, através das relações sociais de produção e reprodução da vida. Seja pela coerção, objetivamente, recorrendo ao poderio físico e/ou militar e/ou, pelo consenso, por meio do convencimento, através de ideias e pensamentos que acabam sendo internalizadas pelo imaginário social, formando assim um consenso ativo das massas. Sendo assim, o conceito de hegemonia carrega em si um caráter político e filosófico,

por estar relacionado diretamente a formação da consciência dos sujeitos dispostos na sociedade.

Segundo Gramsci,

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. (GRAMSCI, 1999, p. 103).

Assim, o grupo que detém a hegemonia em determinado espaço e momento histórico, forma e conforma, ainda que de maneira mediata, as demais consciências. Visto que, o pensamento hegemônico e as suas ideologias, se constituem como o pensamento predominante no ideário social. Dito isto, é fundamental para o capital se constituir e se manter enquanto uma força hegemônica, para assim efetivar e manter o seu projeto de expansão e acumulação, através da exploração da classe trabalhadora.

Sendo assim,

Para desempenhar suas funções produtivas, com a consciência exigida pelo processo de produção como tal – sem o que deixaria de existir o próprio capital –, o trabalho é forçado a aceitar um outro sujeito acima de si, mesmo que na realidade este seja apenas um pseudo-sujeito. Para isto, o capital precisa de personificações que façam a mediação (e a imposição) de seus imperativos objetivos como ordens conscientemente exequíveis sobre o sujeito real, potencialmente o mais recalcitrante, do processo de produção (MÉSZÁROS, 2002, p. 126).

Dessa maneira, o capital como força hegemônica dispõe de um conjunto de estruturas, dispositivos, mecanismos e aparatos ideológicos para mediar e impor a execução do seu modo de produção e reprodução. Ou seja, para o capital extrair trabalho excedente – explorar os trabalhadores e trabalhadoras, é necessário estabelecer uma relação pedagógica, educando, disciplinando e docilizando a classe explorada de acordo com as necessidades do sistema. Como bem aponta Gramsci (1999, p.399), “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”, sendo assim, a formação humana sob a hegemonia do capital vai se dar sob o viés do trabalho alienado.

É nesse quadro que a pedagogia do trabalho desempenha papel fundamental, na medida em novas formas de organização do trabalho implicam nova concepção do trabalho, que, a partir das condições concretas do desenvolvimento, tem que ser elaborada e veiculada; ou seja, o fenômeno educativo faz a mediação entre a mudança estrutural e sua manifestação no campo político e ideológico. Visto dessa forma, a pedagogia do trabalho

inscreve-se no quadro da hegemonia a partir do momento em que, tendo em vista os interesses hegemônicos de determinada classe social, contribui para o estabelecimento de novos modos de pensar, sentir e conhecer (KUENZER, 2002, p. 55)

O locus primário e fundamental para que essa relação pedagógica se efetive e se espalhe por todas as relações sociais, é o trabalho. Nas relações sociais de/na produção, os homens e mulheres serão educados, estabelecendo o âmbito da produção como momento predominante da efetivação da hegemonia do capital. O trabalho é o princípio educativo por excelência e a relação social fundamental na qual toda a humanidade se estrutura, portanto, é a categoria básica de criação e desenvolvimento de todo o conhecimento construído e desenvolvido historicamente. É fundamentalmente através de uma pedagogia capitalista do trabalho, por meio dos seus processos de gestão, organização e de execução do trabalho que os homens e mulheres serão formados e conformados.

Assim, os processos pedagógicos que se instalam no interior do aparelho produtivo, buscam a formatação de um determinado tipo de trabalhador adequado às demandas do modo de produção. A pedagogia capitalista do trabalho, é materializada por meio de um conjunto de mecanismos técnicos e administrativos, de controle e divisão dos saberes, de caráter de assistência social, saúde do trabalhador e ainda aparatos de gestão de recursos humanos, (KUENZER, 2002); realizadas no conjunto das relações sociais de produção, mas que se expandem em todas as camadas da esfera social. Como forma de operar e manter a hegemonia do capital, obscurecendo as contradições que permeiam as relações do modo de produção capitalista e garantido as suas condições técnicas e ideológicas na complexa e contraditória realidade concreta.

Portanto, as formas de divisão e organização do trabalho possuem um determinado projeto de caráter político e pedagógico, que em grande parte não se apresenta de maneira explícita, mas, que contém em si a função fundamental de operacionalizar a hegemonia do capital. Expropriando os saberes e conhecimentos dos trabalhadores, subordinando-os e desqualificando-os, e usando os conhecimentos e produtos produzidos pela classe trabalhadora contra si mesma. De modo que os produtos do trabalho se tornam objetos estranhos e “poderosos” diante o trabalhador, devido à essa condição da alienação do trabalho.

Entretanto, é nessa mesma relação de exploração do trabalho pelo capital que é produzido o seu caráter contraditório de superação do trabalho alienado. Visto que, o capital

ao produzir mecanismos de educação e conformação dos trabalhadores, ao mesmo tempo, gesta as possibilidades de a classe trabalhadora construir os meios de superação dessa relação de dominação. E assim, se desenvolve avanços e recuos na luta de classes, através da imposição da relação de dominação do capital e nas ações de resistência e tentativas de superação da condição de subordinação da classe trabalhadora.

## **1.2 Formação e deformação da corporalidade dos trabalhadores nas condições da organização taylorista-fordista da produção e do trabalho**

O sociometabolismo do capital, de tempos em tempos, precisa se reorganizar para atender as novas etapas de seu próprio desenvolvimento e, assim, manter seu projeto de expansão, acumulação e hegemonia. Deste modo, assim como está ocorrendo na contemporaneidade rápidas mudanças na produção e consequentemente em toda a esfera da vida, no século passado não foi diferente. Na transição do final século dezenove e início do século vinte, o capitalismo entrava na Segunda Revolução Industrial e assumira um novo padrão tecnológico que levava à concentração técnica e financeira, necessitando desenvolver novas formas de gestão e organização do trabalho. Portanto, era preciso intensificar os ritmos da produção, visto que, a concentração de mercados permitia a produção em série e, consequentemente, a elevação das taxas de lucros (HELOANI, 2018).

Naquele contexto de emergência do denominado capital monopolista, que segundo Braverman (2015, p.216) consiste na concentração e centralização do capital, “na internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, o mercado mundial e o movimento mundial do capital, bem como mudanças na estrutura do poder estatal”. Foi desenvolvido o primeiro ciclo de racionalização do trabalho especialmente direcionado para os processos de trabalho, para atender tais demandas do capital (BRAVERMAN, 2015). Esse ciclo de racionalização tem sido reconhecido pelo conjunto das análises históricas e sociais a partir das expressões de organização e gestão do processo de trabalho e de produção denominado de taylorismo-fordismo.

O taylorismo-fordismo constituiu-se como o modelo de produção predominante durante o século vinte – possuindo uma maior popularidade no período pós 1945 – transformando toda a produção capitalista industrial e se estendendo até setor de serviços. Inicialmente, com os métodos e técnicas popularizados por Taylor, que fora o nome mais

emblemático da chamada gerência científica com a sua *organização científica do trabalho* comumente conhecida como taylorismo.

A gerência científica, como é chamada, significa um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão. Faltam-lhe as características de uma verdadeira ciência porque suas pressuposições refletem nada mais que a perspectiva do capitalismo com respeito às condições da produção [...] investiga não o trabalho em geral, mas a adaptação do trabalho às necessidades do capital (BRAVERMAN, 2015, p.82-83).

Os métodos e técnicas popularizados por Taylor e desenvolvidos na linha de produção de Ford, tratava-se de reorganizar de maneira racionalizada os processos de trabalho e de controle sobre este, em que cada ato elementar do trabalhador poderia ser reduzido a uma “ciência”. No taylorismo a concepção de controle assumiu um nível de rigor e intensidade sem precedentes, de modo que cada gesto e/ou ação física realizada pelo operário deveria ser prescrita pela gerência, além de ter que ser executada seguindo o tempo estabelecido pelos cronometristas – a justificativa de tais medidas, eram a de que a economia de gestos e movimentos resultavam em maior produtividade. Na perspectiva taylor-fordista era necessário eliminar qualquer ação física que não houvesse uma finalidade totalmente voltada para a eficácia da produção.

No taylorismo, toda a concepção e controle do processo de trabalho deveria que ficar a cargo da gerência, de modo que deveria ser vetado do operário qualquer possibilidade de decisão sobre o trabalho. Nesse período, houve também a inserção das máquinas-ferramenta especializadas que, em consonância com as técnicas tayloristas, provocaram um intenso processo de desqualificação do trabalhador de ofício – que ainda detinha em sua corporalidade o saber sobre o processo de seu trabalho – estabelecendo, assim, uma nova relação entre o “trabalho vivo” e o “trabalho morto”, já que com a introdução das máquinas especializadas era ditado um novo ritmo produtivo.

As máquinas-ferramenta especializadas eram desenhadas para obterem uma maior produção, simplificando o trabalho e determinando a sua forma de execução, permitindo, desta maneira, uma inclusão em massa de trabalhadores não especializados em determinado ofício. Ou seja, a junção da gerência com as máquinas-ferramenta resultava na desvalorização das profissões, conseqüentemente a diminuição dos salários e um maior percentual de desemprego (HELOANI, 2018). A ideia central é a de expropriar o saber do trabalhador,

tirando-lhe qualquer resquício de poder sobre o processo do seu trabalho, reduzindo-o ao máximo a um mero fator de produção.

Era necessário extrair o máximo de produtividade da “máquina humana”, de modo que os operários eram selecionados e orientados para as funções as quais eles eram mais *aptos*. Trata-se de adequar o trabalhador de modo que “a qualquer trabalho devem responder certos movimentos particularmente bem adaptados e que é preciso reconhecer, selecionar, ensinar e impor” (WALLON, 1947, p. 46). Esta lei poderia ser aplicada do trabalho mais complexo ao mais simples. Toda essa preocupação com a eliminação dos gestos e movimentos desnecessários para evitar a fadiga muscular não era encarada do ponto de vista de uma melhor condição de trabalho para o operário, mas sim de um maior volume de produção imediata, independente das consequências negativas a curto, médio e longo prazo para os trabalhadores.

Portanto, a preocupação com a fisiologia do trabalhador – ainda que de forma superficial –, era tal qual a preocupação com o funcionamento de uma máquina, equívoco este muito bem explanado por Wallon:

Mas sobretudo a preocupação quase exclusiva que tinha Taylor do mecanismo operatório levou-o a que se ocupasse unicamente dos movimentos do operário da mesma forma como considerava os movimentos de um torno. Realçar os momentos úteis, suprimir os tempos mortos e os gestos parasitas era o seu objetivo. E a manobra assim regulada, impô-la numa cadência abaixo da qual não se podia descer. Fazendo assim, este engenheiro cometia uma heresia de principiante. Ele demolia a máquina humana que tem tipos variáveis de organização conforme os indivíduos e que deve funcionar ao ritmo de cada um segundo as combinações de movimentos que não são os mesmos para todos, mas não deixam de ser relacionados com a constituição de cada um (WALLON, 1947, p. 46).

As formas de gestão e organização dos processos de trabalho se desdobram em pedagogias do corpo no trabalho, a medida em que será na e pela corporalidade dos homens e mulheres trabalhadoras que o capital vai efetivar dinâmicas e processos educativos de assujeitamento dos trabalhadores ao modo de produção, como parte do seu projeto de hegemonia. Portanto, a pedagogia do corpo no trabalho se constitui como base da pedagogia industrial do capital (SILVA, 2020).

Sendo assim,

[...] a pedagogia do corpo no trabalho refere-se, predominantemente, a uma educação do gesto e da vontade de caráter instrumental e disciplinador, que tem no processo de trabalho a sua origem, mas que se estende para outras esferas da vida social. Tal modo de educar de forma intencional e sistemática

a corporalidade dos trabalhadores é mediado por um complexo de práticas e saberes, tais como: instrumentos metodológicos e teóricos da engenharia de produção; as práticas e os saberes médicos, especialmente aqueles relacionados aos campos da medicina do trabalho e da saúde ocupacional; as teorias e ações propostas pelas teorias da administração, da gestão e organização; e a própria pedagogia como teoria da prática educativa e como modo intencional de realização da formação humana (SILVA, 2020, p.245).

O binômio taylorismo-fordismo, é uma expressão evidente desses processos pedagógicos industriais do capital ao efetivarem determinado tipo de pedagogia do corpo no trabalho, dentro e fora da produção. Pois, entendemos que a intenção de Taylor não era a de adaptar o trabalho ao trabalhador, mas sim, o contrário, adaptar o trabalhador a determinado tipo de trabalho/tarefa forçando-o a executar um conjunto de prescrições de movimentos em um dado tempo, que não eram determinados pela capacidade do operário em si, mas, pelo operário que obtinha os melhores resultados em dadas condições – o menor tempo de execução e o maior volume de produção. Assim, a cada menor tempo atingido por algum operário, um novo tempo mínimo de execução era estabelecido para todos os outros.

Todas essas transformações no mundo da produção não se instauraram de forma passiva sem uma contrapartida da classe trabalhadora. As iniciativas aplicadas por Taylor geraram revoltas por parte do movimento operário, como greves contra as reduções dos salários, principalmente pelos pagamentos serem realizados por peças, e por conta da imposição de cronometristas e das máquinas-ferramentas especializadas – que para os trabalhadores de ofício significava a perda da criatividade e autonomia. Assim, ocorrendo uma importante resistência por parte dos sindicatos (HELOANI, 2018).

Portanto, em conjunto com a reação operária Taylor foi aprimorando o seu discurso de poder apresentando em seu ideário a “cooperação entre capital e trabalho”, discursando a quão benéfica era a racionalização do trabalho proposta por ele, pois esta seria sinônimo de prosperidade para todos – patrões e operários – visto que, quão maior era a produção, maior os lucros e conseqüentemente melhores seriam os salários. Esse mesmo discurso de prosperidade foi usado para justificar as diferenças salariais entre os trabalhadores, asseverando que os trabalhadores mais ambiciosos obtinham melhores desempenhos e assim, maiores incentivos salariais.

Uma outra maneira encontrada para desmobilizar a luta coletiva da classe trabalhadora da época, foi individualizando o tratamento aos operários. Sendo uma regra inflexível conversar com apenas um trabalhador por vez (TAYLOR, 1995). Assim, reafirmando a ideia

de que não estavam lidando com o trabalhador coletivo e, sim, buscando desenvolver as potencialidades de cada trabalhador de acordo com as suas especificidades. Essa iniciativa também era uma tentativa de pulverizar os sindicatos, pois, a ideia do tratamento das questões do operariado de maneira individualista gera a falsa impressão de que os trabalhadores não possuíam uma luta em comum, coletiva e de classe. Ou seja, esta seria uma outra maneira de enfraquecer qualquer tipo de organização política classe trabalhadora, ante as ofensivas da classe dominante.

O modo da divisão do trabalho e da especialização de tarefas/operações, entre a concepção do processo de trabalho realizada pela gerência e a execução do trabalho físico, exercido pelos operários, agravou ainda mais a divisão sociotécnica que o capital busca estabelecer no mundo trabalho, entre trabalho manual e trabalho intelectual. O taylorismo se constitui, também, como uma tentativa de normalizar essa divisão do trabalho, afirmando que todo o tempo do operário era tomado pelo trabalho de seus braços e mãos e que, deste modo, não lhe sobriaria tempo para pensar e desenvolver melhores formas de executar o trabalho, portanto, daí a necessidade o gerente e do cronometrista, para descobrir modos mais eficientes de efetivar as tarefas e operações relativas aos operários (TAYLOR, 1995).

Sob as condições do modo de organização do trabalho taylorista-fordista, os operários são constantemente impedidos de executarem qualquer atividade relacionada ao processo de trabalho de forma autônoma, tendo em vista a hierarquização do processo produtivo e o monopólio do saber por parte da gerência e do capital. O taylorismo não só procurou disciplinar a classe trabalhadora por meio das suas capacidades físicas de trabalho e do controle dos tempos e movimentos, mas sim, procurou modelar cada movimento, expropriando seus saberes e inibindo sua autonomia sobre a execução das tarefas do trabalho. Esse modelo de racionalização do trabalho também operou através de uma manipulação subjetiva, ao individualizar o tratamento aos operários na tentativa de desmobilizá-los coletivamente e, ainda, ao tentar capturar o consentimento dos trabalhadores em relação as mudanças no espaço da produção, através do discurso de cooperação entre capital e trabalho. Afirmou-se, assim, uma falsa relação de reciprocidade entre classes historicamente e fundamentalmente antagônicas.

Como apontando por Kuenzer (2002) o taylorismo institucionaliza a heterogestão do trabalho como um fundamento da organização capitalista, constituindo-se como um apurado instrumento de exploração do trabalho pelo capital. A racionalização taylorista do trabalho

promove uma maior desqualificação do trabalhador ao tirá-lo todo o domínio sobre a concepção e controle de seu próprio trabalho, ou seja, deixando-o cada vez mais expropriado do domínio da sua atividade.

O trabalho no taylorismo é caracterizado pela fragmentação do processo de trabalho em tarefas cada vez mais simplificadas, com o uso de máquinas especializadas e/ou instrumentos simples e por um rigoroso controle da execução do processo de trabalho. Outro elemento central do trabalho racionalizado pelo taylorismo é a acentuação da divisão sociotécnica do trabalho, materializada pela cada vez mais evidente fratura entre concepção e execução do trabalho. O taylorismo se popularizou principalmente nos Estados Unidos e na Europa, os lugares em que o capitalismo se encontrava mais desenvolvido, mas este se estendeu também para outras regiões.

Isto posto, o taylorismo se revela como uma evidente ilustração de como a pedagogia do corpo no trabalho é efetivada no processo de trabalho capitalista. Ao tratar das capacidades físicas e intelectuais dos trabalhadores – a corporalidade –, enquanto fator de produção e que, portanto, deveria ser disciplinada em favor daquelas dadas condições históricas de desenvolvimento capital e de seus processos de educação e trabalho. Assim, buscando promover o “adestramento” dos trabalhadores, tanto objetivamente, por meio do controle dos tempos e movimentos, como forma de economia da “máquina humana”. Quanto, subjetivamente, através do estímulo ao individualismo, competição entre os trabalhadores, promovendo uma captura da subjetividade dos trabalhadores, voltando-os para às demandas do sistema.

Em conjunto à consolidação do taylorismo, Henry Ford concebia uma nova proposta de gestão da produção, que ficou conhecida como fordismo. O fordismo, é uma reformulação do projeto administrativo de Taylor, que mantém a essência do taylorismo em relação a decomposição e controle do processo de trabalho, mas adiciona um novo incremento no processo de produção: a linha de montagem. Deste modo, o controle do tempo de execução de uma determinada tarefa seria ditado pela velocidade da esteira, portanto, o controle de tempo não se dava mais individualmente, mas, de forma coletiva (HELOANI, 2018).

No fordismo, a função da linha de montagem era a de trazer o trabalho ao operário, e, desse modo, dispor trabalhadores e ferramentas na ordem definida de execução do trabalho determinada pela gestão. Trata-se de fazer com que o operário não necessite se deslocar ou de fazer qualquer outro movimento que interfira no ritmo acelerado da produção. Por meio do

uso de esteiras, as peças eram dispostas a distâncias adequadas e levadas aos operários, que deveriam executar, se possível, um único movimento de uma única e determinada tarefa. A ideia, – muito semelhante à de Taylor –, era a de poupar os trabalhadores de pensarem e reduzir ao máximo os seus movimentos.

As fábricas eram verticalizadas e hierarquizadas, o binômio taylorismo-fordismo, baseava-se na produção em massa de mercadorias a partir de uma estrutura vertical e homogênea. As operações dos processos de trabalho eram racionalizadas, com o intuito de diminuir o tempo gasto no processo de trabalho, acelerando o ritmo da produção e consequentemente aumentando o seu volume. O trabalho era decomposto em múltiplas tarefas, em que cada operário ficava responsável pela execução de apenas uma única operação, repetidamente durante a sua longa jornada de trabalho – o trabalhador se tornava um verdadeiro apêndice da maquinaria.

Sendo assim, a linha de montagem centralizou o processo produtivo na fábrica, visto que, anteriormente na produção dos carros apenas o desenho e a montagem eram realizados nas fábricas, pois, a maioria das peças eram produzidas fora das indústrias, através do sistema de contrato. Assim, a organização do trabalho proposta no fordismo, acabou por reconstituir o que seria o típico trabalho parcelar manufatureiro, mas, sob a as condições do regime fordista, essa característica se apresentou como uma ferramenta de intensificação da exploração do trabalho e um maior ganho de produtividade (HELOANI, 2018).

O modelo fordista apresenta um projeto de gestão da economia propondo que a elevação da produtividade deveria ser repassada aos salários, assim, induzindo o consumo de massa impulsionando toda a economia. Assim, transformando a força de trabalho em parte integral da reprodução do capital, portanto, a generalização do aumento do consumo abriria novas frentes de acumulação capitalista. Desta maneira, as personificações do capital procuravam construir uma identidade de interesses e redefinindo a relação capital-trabalho, como sendo a de uma amistosa sociedade.

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 1992, p. 121).

O ideário fordista dos altos salários foi um fenômeno derivado de uma necessidade objetiva da indústria moderna, somada a um determinado grau de desenvolvimento do capitalismo. Por isto, Ford, conseguira introduzir os cinco dólares pelas oito horas trabalhadas por dia. Para além de uma disciplinarização parte do seu objetivo, como bem aponta Gramsci (2001), era em formar um novo tipo humano, condizente ao novo tipo de trabalho e processo produtivo. Ford entendia que para se construir uma nova sociedade bastava a medida correta do uso do poder corporativo, deste modo, o novo tipo de trabalho, era indissociável do modo específico de viver. Dessa forma, o fordismo operou sobre a reprodução da força de trabalho, dentro e fora das fábricas.

Assim, após 1935, o fordismo generaliza o consumo de massa para todo o conjunto da economia, abrindo novas frentes de acumulação capitalista (HELOANI, 2018). O processo de produção em massa do fordismo transformou toda a indústria capitalista, tendo sua gênese nas indústrias automobilísticas estadunidenses, atingindo também boa parte do setor de serviços e, logo, se expandindo como modelo hegemônico de organização social da produção e regulação social para os principais países capitalistas.

O ano de 1929 foi marcado por uma grave recessão por conta de uma crise de superprodução, resultando na quebra da bolsa da cidade de Nova York. Tal crise gerou impactos negativos no mundo todo. Assim, como forma de superação da crise, o capital recorreu ao Estado, através das políticas do New Deal de Roosevelt – aumentando as despesas sociais do Estado – que permitiu a recuperação dos ciclos reprodutivos da economia através de uma nova regulação estatal. Portanto, reconfigurou-se o papel do Estado nesse dado período de desenvolvimento do capital (HARVEY, 1992; HELOANI, 2018).

Entretanto, o fordismo amadureceu e de fato se popularizou como um padrão de acumulação após o ano de 1945, garantindo um longo período de expansão e acumulação até 1973. “Nos países de capitalismo avançado, alcançou taxas fortes, mas relativamente estáveis de crescimento econômico” (HARVEY, 1992, p.125). O crescimento pós-guerra dependeu de uma série compromissos e reordenações na esfera da organização capitalista, no âmbito do capital corporativo, do trabalho organizado e principalmente do Estado. Este fora um

importante componente desse processo de desenvolvimento, assumindo novos papéis por meio das políticas keynesianas<sup>2</sup>.

No período pós-guerra, o Estado procurava controlar os ciclos econômicos por meio de políticas fiscais e monetárias, de modo que tais políticas se destinavam para as áreas de investimento público vitais para produção e o consumo em massa, bem como para garantir a manutenção do pleno emprego. Os Estados investiam em políticas como seguridade social, saúde, educação, habitação etc., como complemento na forma de salário social. Foram variadas as formas de intervenção estatal, com as políticas do “Estado de bem-estar social”, se diversificando de acordo com o desenvolvimento do capitalismo em cada país/localidade.

De acordo com Harvey (1992, p.132), “A expansão internacional do fordismo ocorreu numa conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial e uma configuração geopolítica em que os Estados Unidos dominavam por meio de um sistema bem distinto de alianças militares e relações de poder”. Em síntese, no período do auge do taylorismo-fordismo atrelados ao keynesianismo, mesmo com o trabalho mecanizado, a exploração intensificada e todos os outros problemas desse modelo e organização do processo de trabalho o trabalho era majoritariamente contratado, regulamentado e sindicalizado.

Apesar das políticas sociais do Estado que garantiam um conjunto de contrapartidas para a classe trabalhadora em troca da manutenção do status quo, o conjunto dos benefícios da sociedade do consumo de massa não alcançou a todos os extratos da classe trabalhadora. Assim, o gerencialismo estatal fordista keynesiano fora alvo de críticas em razão da sedimentação de diferentes segmentos de desigualdade instalada no seio das classes trabalhadoras.

As desigualdades resultantes produziram sérias tensões sociais e fortes movimentos sociais por parte dos excluídos - movimentos que giravam em torno da maneira pela qual a raça, o gênero e a origem étnica costumavam determinar quem tinha ou não acesso ao emprego privilegiado. Essas desigualdades eram particularmente difíceis de manter diante do aumento das expectativas, alimentadas em parte por todos os artifícios aplicados à criação de necessidades e a produção de um novo tipo de sociedade de

---

<sup>2</sup> O keynesianismo foi um modelo de regulação econômica cunhada pelo economista inglês John Maynard Keynes em seu livro Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. As suas propostas consistiam na intervenção do Estado na economia como forma de superação das crises do capital, garantindo políticas de bem-estar social, o pleno emprego e realizando grandes investimentos públicos para movimentar a economia. Sendo uma realidade apenas em alguns países de capitalismo avançado, durante uma determinada conjuntura histórica. Embora compreendamos a importância dessa discussão, não é a finalidade da nossa pesquisa se desdobrar sobre esse modelo de regulação econômica.

consumo. Sem acesso ao trabalho privilegiado da produção de massa, amplos segmentos da força de trabalho também não tinham acesso às tão louvadas alegrias do consumo de massa (HARVEY, 1992, p.132).

Nem mesmo em seu auge as concessões salariais e no campo dos direitos sociais promovidos pelo fordismo conseguiu atingir a todos. A mão de obra fordista era fundamentalmente formada por homens, brancos e sindicalizados. O que resultou em tensões sociais entre aqueles que acessavam aos privilégios do fordismo e os excluídos: as mulheres, os negros e imigrantes etc., o que acabou provocando formas coletivas e individuais de resistência e oposição. Deste modo, a legitimação do poder do Estado estava cada vez mais dependente da sua capacidade de ofertar os benefícios do fordismo e os serviços de assistência de saúde, educação e habitação em larga escala.

Sendo assim, até então, o binômio taylorismo-fordismo se constituiu como o padrão de acumulação predominante, sendo uma expressão fundamental de pedagogia do corpo no trabalho, através dos seus distintos mecanismos de educação/conformação da classe trabalhadora dentro e fora das fábricas ao promover uma racionalização do trabalho e da vida. De modo que o tipo de trabalhador necessário ao capital nas condições de emergência do capital monopolista, deveria ser distinto da forma de ser do trabalhador de ofício. O novo nexos psicofísico almejado pelo taylorismo-fordismo, exigia do trabalhador uma maior produtividade, acelerando o ritmo da produção ao intervir minuciosamente na ação física e corpórea dos trabalhadores, simplificando e automatizando cada gesto e movimento da atividade laboral (SILVA, 2020).

O desenvolvimento do novo tipo de trabalhador exigido nas condições de organização da produção no contexto da monopolização do capital exigia a formação de comportamentos maquinais e automatizados, como parte da quebra no nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado (SILVA, 2020, p. 258).

Ademais, as intervenções e formatações efetivadas na corporalidade dos trabalhadores, além de serem controladas diretamente dentro das fábricas, com o uso das máquinas especializadas, os cronometristas e os gerentes, eram reeducadas em outras esferas da vida fora do ambiente de trabalho, porém, ainda sim em função da produção e produtividade. Gramsci (2001) aponta que os trabalhadores eram ensinados a cuidarem do corpo, e mecanismos como repressão sexual e o proibicionismo de bebidas alcoólicas foram intencionalmente operadas como forma de gestar esse novo tipo de trabalhador com a

formação de um determinado tipo de corporalidade, que correspondesse aos interesses da produção.

Ou seja, as distintas formas de racionalização do trabalho através da gestão e organização dos processos de trabalho possuem um caráter fundamentalmente pedagógico, um projeto político-pedagógico de educação da classe trabalhadora, em que se almeja conformar individual e coletivamente o nexos psicofísico dos homens e mulheres que trabalham. Para isto, são gestadas e operacionalizadas um conjunto de mecanismos, dispositivos e normas de assujeitamento dos trabalhadores ao modo de ser do capital no conjunto das relações sociais. Sendo esse projeto pedagógico efetivado principalmente no trabalho, mas também fora dele, de modo que toda a estrutura social se organize de forma que atenda a produção, reprodução e acumulação do capital.

Entretanto, a partir dos anos de 1960, o padrão de acumulação fordista e o compromisso keynesiano começavam a apresentar limitações em sua manutenção, emitindo, assim, os primeiros sinais de que o período socioeconômico que propiciou a ascensão do fordismo-keynesiano estava chegando ao seu fim. Deste modo, os déficits sofridos em 1961 acabaram por pressionar o capital sobre os gastos demandados pelos empregos, apontando para uma nova onda de intensificação da exploração da força de trabalho, por meio da incorporação de uma nova base técnica fundada nas tecnologias digitais e na telemática e do desenvolvimento de tecnologias de gerenciamento do processo de trabalho e da força de trabalho, formas estas que contra restaram as lutas pela composição salarial (HELOANI, 2018).

A seguir apresentaremos os contornos mais gerais da crise estrutural que emergiu ao final do século passado, até os nossos dias atuais; para compreendermos melhor as vigentes transformações da produção, dos processos de trabalho e da crescente precarização da classe trabalhadora.

### **1.3 Reestruturação produtiva, modelos flexíveis de produção e a flexibilização dos trabalhadores**

Entre os anos 1950 e 1960 o avanço da capacidade produtiva dos grandes monopólios industriais em razão da inversão tecnológica, o emprego e exploração em massa do proletariado especializado (sem qualificação) e da transferência da racionalização taylor-fordista para todas as demais esferas econômicas (inclusive para o Estado), exacerbou os

conflitos no mundo do trabalho. Houve respostas da classe trabalhadora contra essas ofensivas do capital, por meio de greves, altas taxas de absenteísmo e *turnover*. Isto, como uma forma de resistência em relação às excessivas medidas de racionalização da produção, por meio da intensificação do parcelamento das tarefas, aumento das jornadas de trabalho e o constante aceleração da velocidade da produção. Assim, a própria disciplinarização de base taylorista-fordista, em conjunto com o compromisso do Estado de bem-estar social keynesiano, também já não apresentava mais sua sustentabilidade.

[...] a nova geração de trabalhadores que entrava no mercado de trabalho estava habituada a padrões relativamente elevados de consumo e com um nível educacional que se chocava com as exigências idiotizantes da organização do trabalho. Esse choque produzirá uma elevada evasão do trabalho, que se acelerará, a partir de 1968, com a recusa dos trabalhadores jovens e aceitar um trabalho “desumano” (HELOANI, 2018, p.82).

Devido a crescente “fuga do trabalho”<sup>3</sup>, as altas taxas de absenteísmo<sup>4</sup> e o desinteresse dos mais jovens em relação ao trabalho industrial, as empresas investiram na contratação de mão de obra estrangeira. Conforme nos mostra Heloani (2018), essa crise de organização do trabalho foi até certo ponto inesperada pelo próprio capital. Pois, em razão da pressão exercida sobre a força de trabalho, esperava-se uma forte oposição pelas organizações dos sindicatos e não a intensa fuga e evasão ao trabalho.

Portanto, como resultado dessa resistência dos trabalhadores ao trabalho industrial, ocorreu o decréscimo da produtividade e conseqüentemente a redução das taxas de lucros. E, em consequência da lucratividade em baixa, do alto custo do trabalho, da concorrência internacional e a crescente desaceleração da economia. Iniciou-se, de forma cada vez mais crítica e acentuada, o rompimento da cadeia fordista de investimento na produção, e o repasse da produtividade aos salários. Além da intensa a pressão que capital exerceu sobre os sindicatos para renunciarem às reivindicações de aumentos salariais reais, outra consequência da ofensiva do capital no seio da produção foi a redução salarial e, posteriormente, o substantivo e induzido crescimento das taxas de desemprego crônico-estrutural.

Ademais, a queda da produtividade e lucratividade corporativas foi o início de um grande problema fiscal, em que a sua “solução” resultou na queda do dólar como moeda-

---

<sup>3</sup> A fuga do trabalho se constitui na recusa e evasão a determinado tipo de trabalho.

<sup>4</sup> O absenteísmo no trabalho significa a ausência do trabalhador no ambiente de trabalho (faltas, atrasos, saídas) justificadas ou não.

reserva internacional estável. Deste modo, a hegemonia dos Estados Unidos em relação a produção fordista se encontrava cada vez mais ameaçada, pois a competição internacional se acirrava com a Europa, Japão e outros países recém-industrializados, a ponto produzir a desvalorização do dólar e taxas de câmbio cada vez mais voláteis (HARVEY, 1992).

De modo mais geral, foi no início dos anos de 1960 que o taylorismo-fordismo em conjunto ao keynesianismo, começaram a apresentar sinais de esgotamento. Entretanto, é a partir da crise de 1973, que esse padrão de acumulação e o modo de regulação estatal entra em crise, encerrando ciclo de crescimento que se mantinha desde a segunda guerra mundial, corroendo o chamado “compromisso fordista e keynesiano” e, com estes, a metamorfose da produção e consumo de massas.

Isto posto, o capital inicia uma ofensiva contra o “Estado-inoperante-custoso”, com a finalidade de diminuir a presença do Estado através do monetarismo. De acordo com as contribuições de Heloani (2018), para o capital, era necessário a retração do Estado para reduzir a inflação e possibilitar a disseminação da oferta de variados serviços da esfera privada, mais “eficientes” e “baratos” para o consumidor final. E, ainda, as empresas poderiam investir em novos produtos mais adequados a internacionalização da economia.

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque de petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da “estagflação” (estagnação da produção de bens e a alta inflação dos preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político (HARVEY, 1992, p. 140).

A crise desencadeada na segunda metade dos anos 1960 – ainda que seja objeto de distintas interpretações – tem evidenciado que se trata mais do que um dos ciclos recessivos inerentes ao modo de ser do capital, revelando, assim, expressar uma crise estrutural do próprio modo de ser do capital como forma social (MÉSZÁROS, 2002). Tal crise instaura uma série de transformações não só no âmbito político e econômico, mas, também cultural e ideológico, colocando em xeque a própria centralidade do trabalho na vida humana.

Esse quadro histórico engendrou a materialidade que permitiu, no campo das ciências humanas e sociais, o desenvolvimento das teses em que afirmavam o fim das ideologias, o fim do trabalho e a consequente vitória do capitalismo sobre o socialismo. A crise no padrão de acumulação taylorista e fordista, seria apenas a expressão fenomênica de uma crise mais

profunda do sistema do capital de produção e reprodução da vida. Mas, dada a incapacidade do capital em resolver suas contradições, este enfrentou a crise apenas em sua aparência superficial, assim, arrastando de modo cada vez mais perigoso as suas consequências e desdobramentos (MÉSZÁROS, 2002). Deste modo, é a partir desse quadro crítico de crise instaurado na década de 1970 que o capital inicia um processo de reordenamento da produção e do seu projeto de dominação.

Segundo Antunes (2009), os traços mais fundamentais desse processo foram o crescente desmonte estatal por meio das privatizações de cunho neoliberal, marcado pela desregulamentação dos direitos sociais e do trabalho, seguido por uma longa e contínua reestruturação da produção, com características distintas do que fora o padrão de acumulação e organização dos processos de trabalho anteriores, o taylorismo e o fordismo.

A sociedade contemporânea enfrenta uma profunda crise global no sociometabolismo do capital. É certo que as crises são elementos constituintes do próprio modo de ser do capital, bem como são formas de o sistema superar seus *limites imediatos*, assim garantindo a manutenção do seu movimento de expansão, dominação e acumulação. Entretanto, como expõe Mézáros (2002), a sua atual crise, diferentemente das outras, possui um caráter estrutural, em que o capital se encontra de frente aos seus *limites últimos*, colocando em questão o seu próprio funcionamento e continuidade, de modo a atingir a totalidade do sistema, todas suas relações e articulações. Para esse autor, as suas possibilidades de ultrapassar suas crises por dentro das alternativas no interior do funcionamento do capital se tornam cada vez mais limitadas.

Ao contrário dos períodos de grandes recessões do século passado, em que o capital pôde recorrer ao seu complexo militar/industrial promovendo as duas grandes guerras mundiais e, assim, – por meio da destruição de parte significativa das forças produtivas – provocou ao menos temporariamente o deslocamento das suas contradições, iniciando uma nova fase de expansão e acumulação, no atual estágio de desenvolvimento do capital e de seu complexo militar/industrial, recorrer à guerra em nome dos lucros, significaria a destruição de todo o complexo global, ou seja, isto resultaria na destruição da humanidade – e obviamente, na autodestruição do capitalismo (MÉSZÁROS, 2002).

Portanto, o capital se apresenta como um sociometabolismo erigido sobre calcanhares de Aquiles, pois, os limites últimos com os quais este se depara hoje, se originam justamente

em suas próprias determinações constitutivas. Ou seja, no próprio modo de ser do capital, esse aspecto foi explanado por Marx (2011), no *Grundrisse*:

[...] sua produção se move em contradições que constantemente têm de ser superadas, mas que são também constantemente postas. Mais ainda. A universalidade para a qual o capital tende irresistivelmente encontra barreiras em sua própria natureza, barreiras que, em um determinado nível de seu desenvolvimento, permitirão reconhecer o próprio capital como a maior barreira a essa tendencia e, por isso, tenderão à sua superação por ele mesmo (p.334).

A complexa estrutura do capital é fundamentada em antagonismos e contradições reciprocamente estabelecidas – desde as microestruturas até a macroestrutura – em todas as esferas sociais, de modo a perpetuar continuamente a subsunção do trabalho ao capital. Tal subsunção se constitui como um “limite insuperável” para o sistema vigente, pois essa relação de subordinação é uma condição fundamental para a existência e desenvolvimento do capital.

Assim, a crise contemporânea nos apresenta como características fundamentais a sua universalidade, – não estando restrita à apenas alguma esfera e/ou ramo da produção – mas, a crise e seus desdobramentos atingem a tudo e a todos da escala produtiva; bem como, não está localizada em uma região específica, mas, se desenrola por todo o globo. É verdadeiramente uma crise que afeta todo o conjunto da humanidade. Como demonstra Mészáros (2002) possui uma escala de tempo extensa e contínua, além do seu desdobramento ser *rastejante* uma crise cumulativa. Apesar de transparecer uma certa “passividade”, se comparada as convulsões (guerras mundiais) do século XX, a presente crise não está isenta de grandes tensões semelhantes.

Foi ao final do século passado que o capital começou a apresentar um quadro severo de crise, em que a tripla dimensão interna fundamental – *produção, consumo e circulação/distribuição/ realização* – começou a manifestar problemas em sua dinâmica de funcionamento. De acordo com Mészáros (2002), impelindo o processo de auto expansão do sistema e anunciando uma falha em sua função vital de deslocamento das contradições acumuladas. De fato, o capital jamais resolveu os seus problemas fundamentais. O autor aponta ainda que de modo algum o capital poderia resolver as contradições que ele mesmo cria, afinal,

[...] por sua própria natureza e constituição inerente, o capital nelas *prospera* (até certo ponto, com relativa segurança). Seu modo normal de lidar com contradições é intensificá-las, transferi-las para um nível mais elevado,

deslocá-las para um plano diferente, suprimi-las quando possível, e quando elas não puderem mais ser suprimidas exportá-las para uma esfera o país diferente. É por isso que o crescente bloqueio o deslocamento e na exportação das contradições internas do capital é tão perigoso e explosivo (p. 800)

O caráter estrutural da crise se apresenta quando a unidade contraditória entre suas dimensões internas e as condições de auto expansão. Portanto, a crise trava as estruturas elementares de funcionamento do capital, impedindo sua manutenção e continuidade ao interromper seus mecanismos de deslocamento de contradições – tornando estas cada vez mais cumulativas e evidentes. Deste modo, a atual crise afeta a totalidade do sistema do capital, ou seja, todo o conjunto da sociedade contemporânea.

Em síntese, como aponta Mészáros (2002, p. 797-798) é uma “crise estrutural *rastejante* [...] entendida como um processo contraditório de ajustes recíprocos [...], que só pode ser concluído após um longo e doloroso processo de reestruturação radical inevitavelmente ligado às suas próprias contradições”. Deste modo, como uma terceira guerra mundial resultaria na destruição global, a alternativa a que o capital pôde ocorrer foi em deflagrar uma ofensiva sobre o trabalho, intensificando a exploração sobre a força de trabalho global para recompor os seus patamares de produção. Esse processo se iniciou ao final do século vinte, com o esgotamento do padrão de acumulação taylorista e fordista e o fim do compromisso do Estado de bem-estar social.

A crise do fordismo e do keynesianismo foram a expressão fenomênica de um quadro mais complexo. Deste modo, em substituição ao padrão de acumulação anterior, o capital iniciou rápidas transformações em seu processo produtivo através de um novo paradigma de acumulação, denominado de acumulação flexível, do qual o toyotismo se constitui como expressão no interior da produção. Os novos paradigmas industriais flexíveis aparentemente se opõem a princípios do taylorismo-fordismo, uma vez que procura alterar a relação entre capital e trabalho, enxugando a produção das massas de trabalhadores manuais, especializados em uma única função, produzindo em larga escala e presos a um rígido modelo de produção. “O princípio básico da produção enxuta é combinar novas técnicas gerenciais com máquinas cada vez mais sofisticadas para produzir mais com menos recursos e menos mão-de-obra” (RIFKIN, 1995, p. 103).

A acumulação flexível, é caracterizada pela abertura de novos setores de produção, novos mercados e novos tipos de ofertas de serviços financeiros, bem como é marcada pelas

altas taxas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Assim, produz rápidas mudanças em seus padrões de desenvolvimento desigual, seja em setores da produção ou em regiões geográficas. Isto, é o que Harvey (1992), denomina de compressão do espaço tempo, em que toda essa mobilidade e flexibilidade permite os empregadores realocar geograficamente, tanto determinados ramos da produção, como os setores de serviços, exercendo maior pressão e controle sobre a força de trabalho, que já se encontra fragilizada por conta de todas essas mudanças na produção. O trabalho organizado foi sendo substituído pelas formas de flexibilização e desregulamentação do trabalho, principalmente nas regiões em que não havia tradições industriais antecedentes. A acumulação flexível implica em uma alta taxa de desemprego, estagnação de ganhos salariais reais e a retração da organização sindical.

Esse novo tipo de processo produtivo,

[...] se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos “semiautônomos”, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora e que preserva, na sua essência, as condições do trabalho alienado e estranhado (ANTUNES, 2009, p. 54).

Por conta de suas características opostas a rigidez do fordismo, os modelos flexíveis foram os que se adequaram ao atual quadro crítico do capital, como respostas do capital a sua crise. Os modelos flexíveis de organização do trabalho apresentam como sua finalidade fundamental a intensificação da exploração da força de trabalho, aumentando a produtividade na mesma medida em que elimina o maior número possível de trabalhadores do processo de produção. Além dessa capacidade intensificar a extração de sobretrabalho, esta, ainda mantém o controle sobre os sindicatos, enquanto no interior da produção promove estratégias de manipulação dos afetos dos trabalhadores e trabalhadoras.

De acordo com Alves (2005), a administração toyotista, compreendida pelo autor como expressão de síntese dos modelos flexíveis de organização da produção, com os seus mecanismos de gestão e de controle da produção buscar formar um trabalhador polivalente, pró- ativo envolvido e engajado no processo da produção, com os seus vários protocolos

organizacionais e institucionais, procura “capturar” a subjetividade do trabalhador, integrando as suas iniciativas afetivo-intelectuais aos objetivos da produção de mercadorias. Ou seja, obscurece a percepção destes quanto a sua identidade de classe e ainda dificulta de maneira cada vez mais sofisticada a organização coletiva dos trabalhadores.

A acumulação flexível ou o toyotismo, é um padrão de produção inspirado na produção japonesa da empresa Toyota no Japão após o período de 1945. Seus aspectos constituintes fundamentais são: a produção vinculada à demanda; trabalho em equipe, com multitarefas; processo produtivo que permite ao trabalhador(a) operar diversificadas máquinas simultaneamente; a produção deve ser realizada no menor tempo possível – *just in time*; senhas de comando para reposição de estoque – *kanban*. As estruturas das empresas são horizontalizadas, com a produção descentralizada desencadeando uma rede de subcontratação/terceirização, apropriação do saber intelectual e cognitivo dos trabalhadores e trabalhadoras, por meio dos círculos de controle de qualidade (CCQs) e, os sindicatos de empresa (ANTUNES, 2009).

As características dos modelos flexíveis de organização do trabalho e da produção se opõem ao ideário fordista de rigidez, estabilidade e trabalho parcelar. Assim, as formas flexíveis assumiram o protagonismo nessa fase de concorrência e transnacionalização. O empresariado, busca uma maior flexibilização do trabalho e dos trabalhadores/trabalhadoras, principalmente no que toca as condições e relações de trabalho. Como nos apresentam as análises de Antunes e Druck (2013), a flexibilização, a gerência participativa, a eliminação de desperdícios, círculos de controle de qualidade, a terceirização, subcontratação, liofilização; a inserção da automação e tecnologia de ponta, entre tantas outras formas de flexibilizar, acelerar e ao mesmo tempo reduzir os gastos com a produção, tem sido estratégias de todo o empresariado, se estendendo da indústria até o setor de serviços.

O toyotismo, se mostra como o momento predominante da reestruturação produtiva (ALVES, 2005), reestabelecendo novos nexos de consentimento e coerção dos trabalhadores e trabalhadoras, além de buscar restaurar o projeto de hegemonia do capital, estendendo a filosofia flexível da produção para todas as esferas da sociabilidade humana. Desta maneira, as vigentes modificações econômicas, políticas e ideológicas, têm resultado em uma nova e precária morfologia da classe trabalhadora, à nível mundial. As novas formas de gestão e organização da produção, apontam a direção no sentido de enxugar a força de trabalho do

mercado, melhor dizendo, visa diminuir ao máximo o contingente de trabalhadores estáveis, contratados e regulamentados, com direitos trabalhistas e sindicalizados.

Assim, é através de seus mecanismos e protocolos organizacionais e institucionais, que o toyotismo instaura um novo tipo de racionalização da produção, – acompanhado da agenda neoliberal –, aprofundando e “substituindo” as formas de gestão, organização e regulação do trabalho predominantes no século vinte. Portanto, o trabalho contratado, regulamentado e relativamente estável, é trocado por formas atípicas de trabalho, marcados pela subcontratação com trabalhos em tempo parcial, temporário, terceirizado. As diversas formas de terceirização têm se apresentado como as principais estratégias de flexibilizar e desregulamentar as condições e relações de trabalho, por meio de políticas neoliberais. No conjunto das transformações do trabalho e da classe trabalhadora, é necessário destacar a importância da ascensão de um Estado neoliberal, inicialmente nos países de capitalismo central e logo se estendendo aos países de terceiro mundo.

O neoliberalismo é um elemento fundamental para o processo de reestruturação produtiva e recomposição do projeto ideológico e hegemônico do capital, sendo também uma resposta do capital em relação às lutas sociais do trabalho que se iniciaram em meados dos anos de 1960. E, ainda, em contrapartida ao Estado de bem-estar social e aos problemas que este apresentava ao capital, se inicia um amplo processo de enxugamento da máquina pública, por meio de uma acelerada privatização, terceirização e o crescente desmantelamento dos direitos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras.

A ideologia neoliberal faz a defesa do Estado mínimo - mínimo no que tange às políticas sociais. O neoliberalismo se constitui enquanto uma corrente teórica que coloca o mercado enquanto a instância mediadora fundamental da sociedade, e, portanto, insuperável. E impositivamente apresentando o Estado mínimo como a única forma possível de atuação estatal, essa corrente do pensamento econômico tem como seus principais precursores Hayek e Friedman (NETTO, 2012).

As ideias neoliberais começaram a ganhar força após o período pós-guerra com a chegada da grande crise econômica em 1973 nos países de capitalismo desenvolvido, esse período foi marcado por baixas taxas de crescimento, inflação alta, se tornando uma dura e longa recessão. De modo que nem mesmo os países de capitalismo avançado que havia conseguido instaurar durante um determinado período de acumulação capitalista um forte

Estado de bem-estar social, já não conseguiam manter o alto investimento em políticas de caráter social.

A ideia de Estado mínimo advoga em favor do “*livre mercado*”, estabilidade monetária e redução de impostos sobre os grandes rendimentos. Do ponto de vista do capital em seu atual estágio de desenvolvimento, a necessidade é a de um Estado enxuto, pois, as políticas do Estado de bem-estar social já não apresentavam a sustentação do pacto entre capital e trabalho estabelecido durante alguns anos do século vinte, para nenhuma das classes. É neste contexto, que os discursos de reforma do Estado e de desqualificação dos serviços oferecidos por este, – por isso, “a necessidade de privatizar” –, ganham grande popularidade e inserção na sociedade.

De acordo com Anderson (1995), a resposta imediata à crise segundo o ideário neoliberal seria: “manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (p. 2). Segundo os ideólogos do neoliberalismo o grande culpado da grande recessão de 1973 eram os sindicatos e o movimento operário de um modo geral, que por suas enormes pressões reivindicativas, acabaram ruindo com as bases de acumulação capitalista por conta dos excessivos gastos com o aumento dos salários e ainda as constantes demandas por investimentos em gastos sociais.

Mais que uma corrente econômica, “o que temos é um neoliberalismo convertido em concepção ideal do pensamento antidemocrático contemporâneo” (HELOANI, 2018, p.105). É importante ressaltar que a ofensiva neoliberal apresenta em seu ideário, a total “despolitização” das relações sociais, não aceitando nenhum tipo de regulação política sobre o mercado. Ou seja, este é um modelo de regulação estatal que deixa nítida a real função do Estado como uma instituição que serve aos interesses de uma classe específica, o capital.

O processo consolida-se na década de 1980, quando o empresariado articula três pontos de ataque em sua política econômica: a produção globalizada, a diminuição do Estado-Providência e a desindexação dos salários [...]. Ademais, a mobilidade do capital, unida à flexibilidade tecnológica e social propiciada pela desregulamentação de direitos consagrados e pela hegemonia ideológica nos principais setores de formação de opinião, possibilita a mercantilização de praticamente tudo, solapando fronteiras e soberanias nacionais (HELOANI, 2018, p.106)

Todo o processo de transformação da atuação e regulação estatal é acompanhada de um forte arsenal ideológico, não se restringindo à esfera econômica, mas se conformando

enquanto ideologia dominante em toda a sociedade. O neoliberalismo se constitui para além de uma mudança na regulação econômica, sendo claramente uma ofensiva política e ideológica do capital contra o trabalho, na tentativa de impedir qualquer tipo de organização da classe trabalhadora. Segundo Netto (2012) “o que desejam não é reduzir a intervenção do Estado, mas encontrar condições ótimas (hoje só possíveis com o estreitamento das instituições democráticas) para direcioná-las segundo seus particulares interesses de classe” (p. 88).

Isto posto, se faz necessário salientar que tanto a crise, como o processo de reordenação da produção apresentam distinções de um país para outro, principalmente no tange as diferenças de nível desenvolvimento do capital nos países de capitalismo avançado, em relação aos países em desenvolvimento, denominados de países de terceiro mundo. Cabe-nos aqui, esquadrihar as características desses movimentos mundiais, no caso a reestruturação da produção na especificidade do Brasil como um país de terceiro mundo, pois o processo de reordenação da produção capitalista é caracterizado pelo desmonte do Estado de bem-estar social nos países do norte e pelo aumento da informalização e precariedade, nos países do sul.

Deste modo, é a partir dos anos 1990 que os processos de reestruturação produtiva ganharam um vigoroso aprofundamento no Brasil, esta década ficou conhecida como a desertificação neoliberal brasileira. Pois, durante esse período a produção brasileira, com destaque para o ramo industrial, foi modificada de modo bastante expressiva pelo intenso processo de privatização do setor produtivo estatal, para o capital privado nacional e transnacional. De acordo com Antunes (2020), o conjunto financeirização econômica, neoliberalismo e os outros elementos da reestruturação da produção alteraram substancialmente a organização da burguesia nacional e o setor produtivo do Estado, por conta da associação e/ou incorporação ao capital externo, bem como, gerou uma série de transformações na forma de ser da classe trabalhadora brasileira.

As empresas passaram a adotar os novos protocolos organizacionais e tecnológicos, além dos novos modos de gerir e organizar a força de trabalho no e pelo processo produtivo, seguindo os métodos inspirados no toyotismo. Entretanto, foram combinadas as formas típicas da acumulação flexível com elementos presentes no taylorismo e fordismo. O capital articula padrões produtivos de tecnologia mais avançada, com modelos arcaicos de organização da produção, efetiva-se uma maior exploração da força de trabalho, além de apontar para uma

maior necessidade escolarização e qualificação da classe trabalhadora, As análises e contribuições de Antunes (2020), demonstram que o padrão da acumulação flexível apresenta elementos de continuidade e descontinuidade em relação ao padrão taylorista-fordista, desenhando uma nova forma gestão e disciplinarização da força de trabalho.

A reestruturação produtiva provocou a retratação do operariado industrial, fabril, tradicional, especializado e estável, herdeiros da rígida e verticalizada indústria taylorista-fordista. Como ressalta Antunes (2007), contrariamente à tendência apontada tem-se um “aumento do novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de *trabalho precarizado*” (p.18). Sendo assim, ocorreu uma verdadeira explosão do proletariado de serviços, incorporando cada vez mais os trabalhadores e trabalhadoras excluídos das atividades industriais por conta dos processos de privatizações. Essa inserção no mercado de trabalho foi e está acontecendo de maneira cada vez mais informal, por subcontratações, trabalhos temporários, terceirizados e desregulamentados.

Ademais, o setor de serviços se tornou cada vez mais submetido a lógica do mercado e a racionalidade do capital, e assim, várias de suas atividades passaram de improdutivas para a condição de atividades diretamente produtivas. E, é deste modo que a expansão neoliberal foi delineada, pelo aumento da informalização e precarização dos trabalhadores e trabalhadoras, devido as medidas de desregulamentação e flexibilização, promovidas pela crescente expansão do trabalho terceirizado. Este, se alastrou por todo setor produtivo, desde a administração pública, até o setor empresarial, nas atividades fabris e industriais, bem como no crescente setor de serviços.

A nova *morfologia da classe trabalhadora* contemporânea, apresenta em seus aspectos mais gerais uma maior heterogeneidade, com a subsunção do trabalho ao capital cada vez mais acentuada, em que o capital reafirma a força de trabalho como uma mercadoria. Essas condições estabelecem uma maior intensificação da exploração do capital sobre o trabalho, através da lógica da financeirização e da compressão do espaço tempo, fazendo uso do maquinário informacional e digital como modos de conformar e a exigir uma inescrupulosa flexibilidade dos trabalhadores e trabalhadoras.

Os processos de flexibilização têm sido viabilizados principalmente pela ferramenta da terceirização. Esta, é composta por diversas modalidades, entretanto, todas se caracterizam pelas condições e relações de trabalho mais precarizadas para os trabalhadores e trabalhadoras, apresentando condições de trabalho cada vez mais distanciadas da noção de

proteção ao trabalho e ao trabalhador, como disposta na Consolidação das Leis Trabalhistas editada na década de 1940. O atual mercado de trabalho, além de ser tipificado pela intensa precarização, também é demarcado pelo alto nível de desemprego estrutural (ANTUNES, 2020). Isto, de certa maneira, endossa ainda mais os contingentes de trabalhadores e trabalhadoras exercendo atividades informalizadas, seja pela subcontratação por meio das terceirizações ou pelo emprego no crescente e limitado terceiro setor que se desenvolve às margens do mercado de trabalho. Este é diretamente um desdobramento da acentuada redução do trabalho regulamentado.

O atual quadro de transformações no mundo do trabalho e a sua ascendente informalização/precarização, têm demonstrado também a expansão do trabalho em domicílio, através da telemática. O trabalho do âmbito produtivo anexado ao trabalho reprodutivo doméstico desenvolve a tendência sempre presente de maior vulnerabilidade e exploração da força de trabalho feminina. Ademais, é necessário destacar que o crescimento da inserção das mulheres no mercado de trabalho se dá principalmente pela via dos trabalhos mais precários; ou seja, as mulheres trabalhadoras conseguem os empregos marcados pela instabilidade, precariedade e superexploração (HARVEY, 1992; ANTUNES, 2007; 2020).

Deste modo, a mundialização do capital e todas as mutações na esfera produtiva apresentam níveis de distintos de precarização para o conjunto da classe trabalhadora, de maneira que os empregos mais precários são destinados às camadas mais vulneráveis da sociedade por conta de toda a construção sócio-histórica. Assim, é a partir das categorias de gênero, raça, faixa-etária e nível de instrução/qualificação que é estabelecida a divisão do trabalho precário, quando não, o desesperador desemprego. Antunes (2007), além de apontar a diferença na inserção precarizada da força de trabalho feminina, também aponta a dificuldade dos homens e mulheres negros/as, dos imigrantes, dos jovens em idade pós-escolar e dos velhos, em conseguir se inserir ou reinserir no mercado de trabalho, assim, aumentando cada vez mais os números das fileiras do desemprego.

Ainda de acordo com o autor supracitado, para compreender a complexa morfologia do trabalho contemporâneo é necessário partir de uma concepção ampliada de trabalho. Visto que, a composição da classe trabalhadora hoje é bastante heterogênea, abrange o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras, que para sobreviverem vendem a sua força de trabalho em troca de algum tipo de salário, seja na indústria, no setor de serviços, trabalhos manuais, intelectuais, produtivos ou improdutivos, autônomos ou contratados, além dos milhares de

homens e mulheres que sofrem a miserabilidade do desemprego. Deste modo, a classe trabalhadora se mostra cada vez mais fragmentada e complexificada, bem diferente da sua conformação do século passado.

## **CAPÍTULO 2**

### **TERCEIRIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA DINÂMICA DO TRABALHO TERCEIRIZADO DE LIMPEZA EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR**

A discussão empreendida até aqui nos fornece as bases para compreender o processo da terceirização no Brasil, que tem se apresentado como a forma mais acentuada de inserir os mecanismos da acumulação flexível, promovendo uma intensa ofensiva do capital sobre o trabalho organizado e, conseqüentemente, resultando na precarização das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora brasileira. Ademais, a terceirização sem limites no interior das empresas privadas e principalmente, no serviço público, vem promovendo uma maior exploração e pauperização de trabalhadores e trabalhadoras. Tal situação, gera uma caótica instabilidade social e uma maior concentração da riqueza, ampliando ainda mais as condições de pobreza e miséria do conjunto da classe trabalhadora.

No contexto das transformações no mundo da produção que se iniciaram na metade do século XX e se estendem até o momento atual, o velho fenômeno da terceirização e das diversas formas de subcontratação, reaparecem assumindo um certo protagonismo no mundo produtivo como se fossem uma grande novidade, necessária e incontornável para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção. Mas, se observarmos cuidadosamente, “a história mostra que alguns fenômenos, considerados novos, reproduzem velhas práticas, sob um novo invólucro, as quais ora são retomadas, ora rejeitadas, a depender do estágio do desenvolvimento econômico que determina se aquela forma lhe é ou não oportuna” (BATISTA, 2010, p.64).

A acumulação flexível tem se caracterizado como um instrumento de intensificação da exploração da força de trabalho em todo o mundo. No caso brasileiro, dentre o conjunto de métodos e protocolos do toyotismo para flexibilizar a produção e o trabalho, os mais difundidos são os círculos de controle de qualidade (CCQs), que buscam manipular a percepção e os afetos dos trabalhadores e trabalhadoras por meio dos discursos de parceria entre patrões e empregados. No entanto, o que vem predominando na sociedade brasileira é o fato de que o capital tem lançado mão de diversos tipos de terceirização que flexibilizam os processos de produção e as relações e condições de trabalho, resultando em maior flexibilização para o patronato em relação às suas responsabilidades trabalhistas e maior

precarização para a classe trabalhadora, por conta da constante perda de direitos e a piora nas condições de trabalho.

O fenômeno da terceirização tem se apresentado como o instrumento mais efetivo de implementação do padrão de acumulação flexível e, desta forma, vem sendo utilizado largamente por parte do empresariado, baseado no discurso de que é preciso reduzir custos e aumentar a competitividade das empresas no mercado mundializado. A defesa da terceirização também é baseada na suposta melhoria da qualidade dos serviços, pois, estes seriam realizados por empresas especializadas, de modo que a empresa contratante poderia ficar por conta apenas das suas atividades prioritárias. Entretanto, como veremos a seguir a realidade de tal prática não se mostra tão benéfica quanto nos discursos da classe dominante.

## **2.1 O processo de legalização da terceirização no Brasil: do serviço público a iniciativa privada**

O termo terceirização e/ou subcontratação são determinados e analisados por diferentes áreas do conhecimento: economia, administração, direito, sociologia e outras, e cada uma define o fenômeno de acordo com seus campos de interesses. Mas, de acordo com Thébaud-Mony e Druck (2007), há algumas concepções em comum e/ou semelhantes, como a flexibilização da produção e do trabalho, por meio da transferência ou o repasse de determinadas atividades a um terceiro.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, a terceirização consiste num processo entre duas ou mais empresas, em que há a empresa contratante e a empresa contratada; sendo esta última a que realiza a atividade terceirizada para a outra empresa contratante dos seus serviços. Segundo o DIEESE, o processo de terceirização pode acontecer de duas formas:

Na primeira, a empresa deixa de produzir bens ou serviços utilizados em sua produção e passa a comprá-los de outra - ou outras empresas - o que provoca a desativação – parcial ou total – de setores que anteriormente funcionavam no interior da empresa. A outra forma é a contratação de uma ou mais empresas para executar, dentro da “empresa-mãe”, tarefas anteriormente realizadas por trabalhadores contratados diretamente. Essa segunda forma de terceirização pode referir-se tanto a atividades-fim como a atividades-meio. Entre as últimas podem estar, por exemplo, limpeza, vigilância, alimentação [...] (DIEESE, 2007, p. 5).

O processo de terceirização acontece entre empresas, na qual, determinada atividade – produção de bens ou serviços – é terceirizada. Portanto, a contratação e toda a responsabilidade legal sobre o trabalhador fica à cargo da empresa contratada. A empresa contratante, ao terceirizar determinada atividade, se desresponsabiliza dos custos e encargos trabalhistas sob aquelas atividades e/ou trabalhadores e trabalhadoras. Desta maneira, a atividade que é terceirizada e não a empresa ou o trabalhador (a). Aos trabalhadores cabe a função de instrumento/peça na negociação entre os entes empresariais e apenas fazem parte do processo de terceirização.

Para Carelli (2014), a terceirização é uma técnica de administração que consiste na transferência de atividades e/ou serviços periféricos à atividade central da empresa para uma outra empresa com especialização técnica para a sua execução. “A terceirização pode ser entendida como o processo de repasse para a realização de complexo de atividades por empresa especializada, sendo que estas atividades poderiam estar sendo exercidas pela própria empresa” (p.59). Assim, a terceirização seria um modo de descentralizar as atividades periféricas ou acessórias de determinada empresa, transferindo essas atividades para uma outra empresa que seja especializada em determinada prestação de serviço.

O autor também aponta que em muitos casos a terceirização é “confundida” (por parte do patronato, é claro) com a intermediação de mão de obra, como quando esta é utilizada apenas com o intuito de diminuir os custos por meio da redução ou supressão de direitos do trabalho e dos acordos coletivos com os sindicatos. No mundo do trabalho, a precarização intermediada pela terceirização é alvo de crítica dos setores organizados da classe trabalhadora, intelectuais críticos e, inclusive, pela Organização Internacional do Trabalho – OIT (CARELLI, 2007). No caso brasileiro, a ferramenta da terceirização vem sendo utilizado de diversas formas, no setor público e privado.

A terceirização não é uma prática inteiramente nova e o que se apresenta como novidade é apenas o seu alcance, que tomou grandes proporções no atual mundo do trabalho. Conforme nos apresenta Castel (1998), nos momentos ainda iniciais do processo de formação da sociedade capitalista e anterior a consolidação do trabalho assalariado, na Europa, praticava-se um sistema de subcontratação com os artesãos rurais. Naquelas condições histórico-sociais o trabalho era realizado em domicílio e os mercadores ofereciam os materiais e as ferramentas para a execução do serviço. Os resultados da produção deveriam ser entregues prontos ou quase prontos dentro de um determinado espaço de tempo.

Esse período envolveu uma disputa entre alguns países europeus, pelo controle do trabalho e dos mercadores-empregadores e, desta forma, se buscava a subordinação dos artesãos para atender ao ritmo dessa disputa, transformando artesãos independentes em trabalhadores empobrecidos. Posteriormente, com a revolução industrial e a constituição das fábricas, esse processo de subcontratação denominado *putting-out-system*, continuou a existir, mas de modo um pouco diferente por meio dos pagamentos por peça ou por volume de produção etc.

Mais tarde, já no século XX, nem mesmo no auge do fordismo nos países de capitalismo central, com o trabalho organizado e regulamentado, a subcontratação fora totalmente extinguida do processo produtivo. Afinal, os benefícios do fordismo deixaram de fora a maioria da força de trabalho feminina, dos jovens e dos trabalhadores/as imigrantes, frações da classe trabalhadora que foram mantidas às margens do mercado de trabalho formal (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007). Já no Brasil, a terceirização teve a sua origem no sistema de “gato”, no trabalho rural e sazonal.

Em um contexto mais geral do desdobramento das relações capitalistas, esse tipo de trabalho foi ficando cada vez mais marginalizado, por conta do desenvolvimento da indústria e do trabalho assalariado e regulamentado. Porém, por ser um país de capitalismo periférico, o Brasil não conseguiu alcançar o mesmo nível de desenvolvimento do Estado de bem-estar social dos países de capitalismo central, bem como, não teve uma forte legislação social e protetora do trabalho como nos países mais desenvolvidos, justamente por conta da sua posição na divisão internacional do trabalho. Por isso, a informalidade e a precariedade sempre foi um traço muito característico do mercado de trabalho brasileiro. Mas, ainda assim, o escassos direitos e melhorias nas condições de trabalho conquistados por ao menos uma parte da classe trabalhadora no Brasil, têm se perdido devido às novas dinâmicas do atual precário e complexo mundo trabalho.

Batista (2010) aponta que na década de 1950, a terceirização se expandiu significativamente na iniciativa privada com a chegada das indústrias automobilísticas internacionais, que externalizavam parte da sua produção, constituindo ao redor um conjunto de outras empresas que forneciam autopeças, serviços e/ou outros componentes necessários à produção. Esse processo se consolidou posteriormente na década de 1980, estabelecendo uma rede de subcontratação de empresas especializadas, de modo que a produção automobilística ocorria de forma descentralizada.

Já no que tange a administração pública, um marco importante na regulamentação do uso da terceirização foi o ano de 1967 período da ditadura militar, em que através do Decreto 200/1967 e a Lei no 5.645/1970, estabeleceram que as instituições governamentais poderiam adquirir serviços instrumentais de empresas privadas, tais como: serviço limpeza, transporte de pessoal, manutenção e segurança e outros. Esse processo foi bastante incentivado, autorizando “a transferência de atividades para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, justificada pela necessidade de maior agilidade da descentralização e desresponsabilização do Estado” (DRUCK, 2021, p.6).

Desse modo, a terceirização foi constituída como instrumento de contratação de serviços privados por parte da administração pública, podendo ser apontado como um marco no processo de regulamentação da terceirização no serviço público. Mas, ainda com um uso bastante limitado, pois neste período ainda não existia a obrigatoriedade constitucional do concurso para a contratação de funcionários para atuarem no serviço público, portanto, a admissão e demissão de funcionários do serviço público ocorria de modo mais simplificado e facilitado. A contratação de funcionários públicos por meio dos concursos só se tornou obrigatória anos depois, com a nova Constituição Brasileira em 1988.

Já no setor privado, a partir das Leis 6.019/1974, 7.102/1983 e 8.863/1994, foi permitido que as empresas pudessem adquirir serviços de caráter instrumental de outras empresas (CAMPOS, 2016). É importante destacar que no Brasil as relações de trabalho são regulamentadas pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, – que é o documento político mais elaborado em termos de proteção social do trabalho –, sendo sancionada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, de início constando que a relação de trabalho envolve dois atores “– o trabalhador e a empresa para a qual ele labora, que é a única responsável por seus direitos. [...] não enfocou qualquer relação trilateral de trabalho, como a que resulta da terceirização” (p.10). É só posteriormente que surgem as normativas que se dedicam a relação de trabalho que envolve a terceirização.

Inicialmente, a terceirização é adotada pela máquina pública, para fornecer serviços instrumentais e em seguida acaba por ser estender à toda esfera produtiva, seja na indústria e/ou no setor de serviços, no serviço público e na iniciativa privada. No ano de 1986, o Tribunal Superior do Trabalho -TST, por meio da Súmula no 256/1986 determinou que a terceirização não seria permitida, salva as exceções firmadas pelas Leis nos 6.019/1974 e 7.102/1983, que seriam as prestações de serviços de caráter instrumental. Conforme aponta

Campos (2016) às questões relativas à regulamentação e legalização da terceirização não ocorreram de maneira uniforme entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Pois, enquanto o Executivo e o Legislativo estabeleciam normas para o estabelecimento e difusão das relações de trabalho terceirizadas, o Judiciário realizava um movimento oposto no sentido de limitar o uso dessa nova configuração de relação de trabalho.

É a partir da década de 1990 – apenas dois anos após a aprovação da nova Constituição de 1988 –, que se inicia uma ampla implementação de políticas de caráter neoliberal no país, momento em que há uma significativa expansão e disseminação do uso da terceirização. Através da reforma do Estado iniciada em 1995 que a concepção gerencial de Estado começa a ser efetivamente implementada no Brasil. A reforma foi direcionada pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado - MARE, com a função de reorganizar o setor público nos âmbitos federal, estadual e municipal.

A crise do Estado teve início nos anos 70, mas só nos anos 80 se tornou evidente. Paralelamente ao descontrole fiscal, diversos países passaram a apresentar redução nas taxas de crescimento econômico, aumento do desemprego e elevados índices de inflação. Após várias tentativas de explicação, tornou-se claro afinal que a causa da desaceleração econômica nos países desenvolvidos e dos graves desequilíbrios na América Latina e no Leste Europeu era a crise do Estado, que não soubera processar de forma adequada a sobrecarga de demandas a ele dirigidas. A desordem econômica expressava agora a dificuldade do Estado em continuar a administrar as crescentes expectativas em relação à política de bem-estar aplicada com relativo sucesso no pós-guerra (BRASIL, 1995, p.10).

A justificativa das transformações na atuação e regulação do Estado, no Brasil e no mundo, era que de a crise que eclodiu nos anos de 1970 e, que chegou ao Brasil em 1980, resultava do funcionamento irregular do Estado, que já não conseguia mais administrar as excessivas demandas cunhadas pelas políticas do Estado de Bem-Estar Social, se tornando um Estado inoperante e ineficiente, ocasionando uma crise fiscal do Estado. Sob a ótica neoliberal, seria necessário limitar o papel do Estado na economia, transferindo algumas de suas atividades para a iniciativa privada e/ou estabelecendo parcerias com a criação do “terceiro setor/setor público não estatal” como forma de conter e reduzir o déficit público e aumentar a eficiência da máquina pública. Ao menos essa era a defesa apresentada pela classe dominante: “uma crise no modo operacional dos Estados”, e não o início de uma crise mais profunda dos limites sociometabólicos do próprio capital.

De acordo com Druck (2021, p.4), as transformações no aparelho estatal ocorreram em dois campos fundamentais: “1) por meio da privatização de empresas estatais e 2) por reformas do aparelho estatal, introduzindo o Estado gerencial, sustentado na mercadorização da instituição pública”. Essas transformações buscavam atender a demanda de um Estado mais flexível de acordo com as demandas do mercado solapando, assim, o Estado democrático no intuito de reduzir ao máximo os gastos sociais.

Como supracitado uma parte fundamental da reforma econômica estabelecida pelo então governo do presidente Fernando Collor, era a privatização das empresas estatais. Sendo assim, antes mesmo do início da reforma, em março de 1990 foi criado o Programa Nacional de Desestatização – PND pela Lei 8.031/90<sup>5</sup> com o objetivo de reordenar a posição do Estado na economia, ao transferir para o setor privado uma série de atividades que até então eram desempenhadas pelo setor público. Além desta, outras justificativas para o processo de privatização de importantes esferas do Estado brasileiro foram somadas: o programa ajudaria com a redução da dívida pública; permitiria a modernização do parque industrial brasileiro; aumentaria a competitividade em distintos setores empresariais, entre outros objetivos indicados pela Lei supracitada. Através do PND várias empresas estatais de diferentes setores de atuação foram privatizadas como: setor metalúrgico, mineradoras, bancos, transporte, eletricidade, telecomunicações e outros.

Este foi um importante período de deslocamento do controle econômico e produtivo do país, transitando de uma economia com setores estratégicos conduzidos diretamente e indiretamente pelo Estado para um tipo de economia em que estes setores foram repassados para a iniciativa privada, nacional e transnacional. Ou seja, uma parte significativa das decisões que impactavam diretamente nos direcionamentos da economia e da produção nacional se tornou externa aos interesses e/ou necessidades da população brasileira. O avanço da agenda neoliberal alterou o perfil de atuação do Estado ao desencadear um rápido desmonte das estruturas do nacional desenvolvimentismo, anulando qualquer tipo de projeto nacional e assentando um modelo econômico subordinado e dependente ao capital externo (BORGES, 2007).

Além da desestatização das empresas, o outro campo de intervenção necessário para as modificações na atuação do Estado era a reforma administrativa. O objetivo da reforma seria

---

<sup>5</sup> No site do Banco Nacional do Desenvolvimento consta o histórico das empresas desestatizadas: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-encerrados/Historico>

redefinir o papel do Estado, sendo assim, foram delineadas três áreas de atuação: I) atividades exclusivas do Estado – núcleo estratégico; II) atividades não exclusivas do Estado - os serviços sociais e científicos do Estado (escolas, universidades, hospitais, centros de pesquisas, creches, museus, orquestras e outras); e III) a produção de bens e serviços para o mercado – retirados do Estado por meio dos programas de desestatização e privatização (DIEESE, 2007; DRUCK, 2017). Basicamente criou-se um tipo de regulação estatal mais descentralizada, redefinindo o papel da máquina pública e, reorganizando as suas atividades verticalmente.

A principal novidade da reforma foi o denominado “setor público não estatal” ou terceiro setor, que transfere uma série de serviços públicos para o setor privado. Cabe ressaltar que os serviços sociais e científicos, como os citados acima no item II, se tornaram atividades não exclusivas do Estado.

Segundo o projeto, não haveria razão para que essas atividades permanecessem dentro do Estado, mas também não se justificaria a privatização delas, já que seriam, por sua natureza, frequentemente atividades fortemente subsidiadas pelo Estado, além de contarem com doações voluntárias da sociedade. Defendeu-se para essas atividades a chamada “publicização” – ou seja, a transferência delas para o setor público não-estatal ou terceiro setor. O programa de publicização então implantado criou as chamadas “Organizações Sociais” - OSs - legalmente constituídas como entidades públicas de direito privado, que podem celebrar contratos de gestão com o Estado e assim serem financiadas parcial ou mesmo totalmente pelo orçamento público (DIEESE, 2007, p. 88).

Como um dos principais objetivos da reforma era o controle das contas públicas através da redução dos gastos (principalmente em relação as despesas com o funcionalismo público), criaram-se e ampliaram-se uma série de modalidades de terceirização no âmbito da esfera pública, como: ONGs, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), concessão, cooperativas, permissões, parcerias e Organizações Sociais (OSs) (DRUCK, 2017). Expandindo significativamente a terceirização dentro do aparelho estatal, através do denominado terceiro setor.

Foi no ano de 1993 que se adotou na administração pública o contrato por tempo determinado, através da Lei 8.745/93, como forma de amenizar situações temporárias e excepcionais, tais como calamidades, professores substitutos, emergências em saúde e outros. Com esse expediente o Estado regulamentou a admissão de pessoal, ainda que excepcionalmente, contornando a exigência constitucional do concurso público. Ainda em 1993, o Tribunal Superior do Trabalho - TST efetivou uma síntese da legislação brasileira a

respeito da terceirização por meio da Súmula 331, destacando as circunstâncias em que as contratações poderiam ser de cunho irregular e a demais implicações caso a irregularidade ocorresse.

**I** - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974). **II** - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988). **III** - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta. **IV** - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial. **V** - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada. **VI** - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral (SÚMULA nº 331, TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, 1993).

Por meio da síntese supracitada, o TST buscou delinear os limites do uso da terceirização, apontando que esta é permitida apenas nas atividade-meio e/ou instrumentais, bem como, destacou como essa forma de contratação não gera vínculo empregatício com o órgão público, mas sim, com a empresa prestadora de serviço; portanto, é a empresa contratada quem deverá cumprir as responsabilidades legais com os seus trabalhadores. É importante destacar que a terceirização das atividades finalísticas era expressamente proibida, seja no âmbito público ou privado. E a construção da Súmula 331 foi uma forma que a justiça do trabalho encontrou para explicitar às condições legais do uso dessa forma de trabalho, buscando evitar possíveis violações das leis trabalhistas visto que nesse período ainda não existia uma lei específica sobre a terceirização do trabalho no Brasil.

Em 1997 foi estabelecido o Decreto-Lei nº 2.271 dispondo sobre as atividades de caráter instrumental e/ou acessórias que poderiam ser terceirizadas pelo serviço público, bem como, destacou-se as atividades que não poderiam ser terceirizadas, sendo elas as “categorias

funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Decreto-Lei nº2.271/97). Era através das licitações que a administração pública poderia encarregar determinadas atividades a uma empresa do setor privado - terceirizar, sem que houvesse qualquer tipo de vínculo entre o trabalhador da empresa contratada e a entidade pública.

Segundo Druck (2021) no que tange a limitação da terceirização em determinadas funções, a lei foi burlada na medida em que a reforma administrativa do Estado foi avançando e reestruturando as carreiras extinguindo diversos cargos e, conseqüentemente, possibilitando a expansão para a terceirização no setor público. Nesse sentido da reforma do Estado, foi acrescida a Lei de Responsabilidade Fiscal no ano 2000 que apresentava como objetivo central o controle das contas públicas através da redução de custos com o funcionalismo público, coibindo a realização de concursos públicos e conseqüentemente incentivando as formas de subcontratação. Para a efetivação da reforma foram gestadas um conjunto de estratégias de cunho ideológico, a fim de legitimar as transformações na atuação do aparelho estatal. Tais estratégias consistem na constante desvalorização do serviço público por meio da falta de investimento, precarização das condições de trabalho através dos baixos salários, falta de infraestrutura entre outros.

Assim, provocando um direcionamento ideológico de que os serviços ofertados pela iniciativa privada apresentam uma qualidade superior em relação ao serviço público. Dessa maneira, uma série de serviços que antes eram ofertados diretamente pelo Estado e realizados por servidores públicos concursados, passam a ser efetuados por essas organizações, visto que as formas de subcontratação “temporárias” de empresas e/ou prestadores de serviços, cargos comissionados e outros, como as modalidades supracitadas, não são computadas como despesas de pessoal.

O que teoricamente constaria como uma redução dos gastos públicos, já que diminuiria os custos com servidores estatutários. Ademais, uma outra justificativa para a defesa desse “setor público não estatal” é a de que estas instituições sociais gozariam de autonomia administrativa, e ainda que haveria uma maior facilidade de se ter um controle social por meio dos seus conselhos administrativos, sendo mais eficientes e menos burocráticas que os trâmites do aparelho estatal (DRUCK, 2021).

Na realidade concreta, o “setor público não estatal” se apresenta como uma ferramenta que permite a privatização do Estado através dessas diversas modalidades de terceirização, pois acabam transferindo para o setor privado e/ou organizações não governamentais, que se dizem “sem fins lucrativos”, uma série de serviços e atividades essenciais à sociedade, como saúde, educação, assistência social etc., que centralmente são atividades de responsabilidade do Estado. Conforme expõe Druck (2021) é dessa forma que vai se delineando a concepção de ação pública do *intervencionismo neoliberal*, propondo a substituição da administração regida pelo direito público por uma administração que siga as regras da concorrência do livre mercado. De acordo com essa premissa, o modo de gestão e atuação do Estado brasileiro é metamorfoseado, tornando-o subordinado a lógica do capitalismo flexível, mundializado e financeirizado.

“Em menos de dez anos, passou-se de uma economia fechada e protegida por todo um arcabouço legal e institucional a uma economia aberta e totalmente desprotegida, exposta à instabilidade de uma economia mundializada, sob a hegemonia do capital financeiro” (BORGES, 2007, p.82). Todas essas mudanças na estrutura do Estado e na política econômica, aprofundaram ainda mais as fortes características de informalidade do mercado de trabalho brasileiro, bem como, alterou consideravelmente o perfil do funcionalismo público/estatal de maneira negativa.

Os trabalhadores do serviço público representam uma parte fundamental do núcleo duro mercado de trabalho, com postos de trabalho estáveis, relativamente bem remunerados e que geralmente possuem um nível de escolaridade elevado. Essa fração da classe trabalhadora foi afetada em razão das privatizações, terceirizações, demissões em massa, congelamento dos salários por longos período, dentre outras medidas tomadas pelas reformas administrativas e as políticas de ajuste fiscal por parte do Estado. Segundo Druck (2017) os últimos 25 anos de pesquisas sobre o uso da terceirização no Brasil, seja no setor público ou privado, têm demonstrado que tal prática resulta em uma verdadeira degradação do trabalho em diversos aspectos; como a perda de direitos trabalhistas, piores condições de trabalho, salários mais baixos, altos índices de acidentes laborais e a fragmentação dos coletivos de trabalho e etc., tudo isso gerando uma maior exploração e vulnerabilidade para o conjunto da classe trabalhadora.

De acordo com Borges (2007) dois principais processos marcaram fundamentalmente a década de 1990: o primeiro foi a terceirização em suas diversas formas e aplicações, sendo

um modo de contratação de trabalho que amplia as possibilidades de ludibriar as leis; já o segundo, foi a desregulamentação das relações de trabalho, flexibilizando a legislação social e protetora do trabalho – ou seja, a própria regulamentação da intensificação da precarização do trabalho. Este era apenas início desse processo de intensificação do uso da terceirização/precarização do trabalho assalariado no Brasil, pois a verdadeira ambição do patronato é a total desconstrução da legislação social protetora do trabalho.

Observe-se que, embora já bastante avançada, a desregulamentação das relações de trabalho ainda é um processo inconcluso no Brasil, à espera das condições políticas para a implementação do ambicioso projeto do patronato, que inclui a extinção da CLT e, se possível o próprio direito do trabalho, numa estratégia em que conquistas históricas dos trabalhadores, como o mês de férias remuneradas, a jornada de trabalho de oito horas, 13º salário e a licença-maternidade deixariam de ser direitos assegurados pela lei para serem negociados, caso a caso. A meta visada é a “prevalência do negociado sobre o legislado”, isto é, num contexto de desemprego estrutural elevadíssimo, os trabalhadores passariam a negociar “livremente” com as empresas/empregadores a inclusão ou não de cada um desses direitos nos seus contratos de trabalho ou a sua abrangência (BORGES, 2007, p. 84).

Sendo assim, a década de 1990 foi marcada pelo processo de reordenação da produção capitalista no Brasil, implementando o projeto neoliberal na esfera da produção e, consequentemente levando o ideário do neoliberalismo para todo o conjunto do tecido social. Assim, modificou-se as relações e condições de trabalho no sentido de aprofundar a precariedade do trabalho assalariado por meio das distintas formas de privatização e/ou terceirização no setor público e no setor privado. O modo de atuação e intervenção do Estado foi profundamente reestruturado, privatizando diversas empresas estatais, descentralizando suas atividades e reduzindo o conteúdo social da máquina pública, na intenção de fazê-lo funcionar de acordo com os ditames do mercado.

## **2.2 O processo de ampliação da terceirização do trabalho no Brasil: do neodesenvolvimentismo ao golpe de 2016**

Já na década posterior esse processo se expande ainda mais com os governos de caráter neodesenvolvimentista, assumindo novos delineamentos ao realizar uma nova reorganização do trabalho no Brasil, fundamentada na acumulação flexível. De acordo com Alves (2013b), os governos do período de 2003-2014, promoveram um “choque de

capitalismo” ao contribuírem efetivamente para a expansão e acumulação de capital no plano da produção e reprodução social, ao garantir a sua governabilidade se adequando a lógica do capitalismo flexível.

Entendemos o neodesenvolvimentismo como sendo um novo projeto de desenvolvimento capitalista que surge com a crise do neoliberalismo no Brasil. Na verdade, trata-se de uma nova visão de desenvolvimento capitalista baseado na criação de um novo patamar de acumulação de capital por meio da ação do Estado capaz de criar, por um lado, as condições macroeconômicas para o crescimento da economia capitalista e, por outro lado, ao mesmo tempo, a ampliação do mercado interno por meio da redução da pobreza e políticas sociais redistributivistas focadas no subproletariado (ALVES, 2013b, p.2).

O projeto neodesenvolvimentista apresenta em seu escopo ideológico uma mescla de elementos do desenvolvimentismo popular (bolsas, elevação do salário...), com os elementos próprios do desenvolvimentismo capitalista (organização de grandes empresas a partir da indução do Estado...), assim, reorganizando o capitalismo brasileiro a partir de um tipo de Estado regulador e ao mesmo um Estado investidor. Conforme indica Alves (2013a) o Estado regulador se manifesta a partir da sua capacidade em suprir, financiando e constituindo grandes corporações do capital privado nacional que possuam competitividade no mercado mundial. Já o Estado investidor, se orienta no sentido de investir em grandes obras de infraestrutura que são necessárias ao grande capital. Em conjunto a esses elementos supracitados, outra característica determinante desse governo foi o largo investimento em programas de transferência de renda e inclusão social das camadas de maior vulnerabilidade da classe trabalhadora. Também ocorreu uma grande oferta de crédito e um amplo incentivo ao consumo, fato esse que acabou gerando uma ilusória perspectiva de ascensão social de uma “nova classe média” brasileira.

Assim, o neodesenvolvimentismo brasileiro foi constituindo e organizado por um tripé: “1) Programas de incentivo estatal a oligopolização da economia; 2) Programas de investimentos públicos em infraestrutura, com ou sem parceria público-privada; 3) Programas estatais de transferência de renda [...] visando a valorização do mercado interno e do consumo (ALVES, 2013b, p.2). Destarte, mesmo com o aumento do investimento público em políticas sociais visando a diminuição das desigualdades como a valorização do salário-mínimo e os variados programas de distribuição de renda. Não se pode perder de vista que o neodesenvolvimentismo brasileiro consistia em um projeto burguês comprometido com os

oligopólios financeiros; sendo esse tipo de governo completamente alinhado às dinâmicas da reprodução e desenvolvimento do capitalismo.

Outra questão importante em se destacar é o fator de que o Brasil é um país de desenvolvimento capitalista hipertardio, dependente e periférico, ou seja, subordinado aos interesses do capital financeiro internacional. Portanto, por sua posição de subalternidade na divisão internacional do trabalho, o projeto burguês de caráter neodesenvolvimentista apresenta limitações que são intransponíveis para um real desenvolvimento do país, que inevitavelmente permanece na sua condição de subdesenvolvimento no plano do capital internacional. Pois, o neodesenvolvimentismo é apenas um projeto que agrega às circunstâncias fundamentais para se instaurar um novo nível de acumulação capitalista atravessada pela crise estrutural, fornecendo as condições sociais mínimas de existência de um Estado de caráter mais provedor dentro dos reduzidos limites do orçamento público, fundamentalmente por conta do seu compromisso essencial com a reprodução dos oligopólios financeiros hegemônicos globais (ALVES, 2013a).

Sendo assim, o neodesenvolvimentismo se constitui como um tipo de reformismo hipertardio, que ao menos de maneira superficial buscou atender as mazelas e carecimentos que têm sua origem, segundo Alves (2013a, p.2) em “toda uma série de misérias herdadas do modo de entificação do capitalismo no Brasil: capitalismo dependente, hipertardio de via prussiana e extração colonial-escravista”. E ainda suprir as atuais necessidades de modernização que o país também necessitava. O “choque de capitalismo” realizado pelo reformismo de governo neodesenvolvimentista se sustentava na ideia de que aumentando os níveis de consumo das camadas mais pobres elevaria os investimentos no país, assim resultando em um ciclo de crescimento/desenvolvimento bem-sucedido fundamentado na ampliação do mercado interno brasileiro.

É inegável que apesar das limitações estruturais do neodesenvolvimentismo brasileiro, o fato das suas políticas redistributivas terem reduzido os índices de pobreza extrema e expandindo o mercado interno, ao injetar crédito e ampliar as possibilidades de consumo das camadas mais pobres da classe trabalhadora, se configurou como uma conjuntura bastante significativa para um país de capitalismo hipertardio. Mas, as suas projeções se apresentam como farsa na medida em que são inalcançáveis no sentido de cumprir com as promessas civilizatórias do capital atravessado por sua crise estrutural. Portanto, o neodesenvolvimentismo é totalmente insuficiente na medida em que sustenta em si os pilares

de desenvolvimento do capitalismo na periferia do sistema mundial, de modo que o seu projeto de modernização nos países de capitalismo hipertardio se restringe apenas ao acesso ao mercado de consumo (de itens básicos), ou seja, promovendo uma ilusão de desenvolvimento.

No que tange a morfologia do trabalho e da classe trabalhadora brasileira durante o período neodesenvolvimentista, apesar da queda na taxa de desemprego e a formalização do mercado de trabalho, expandiu-se as formas de inserções precárias no mercado de trabalho brasileiro através da ampliação das modalidades de flexibilização do trabalho, por meio de diversos tipos de terceirização. Ou seja, mesmo com a melhoria na economia do país não foi suficiente para paralisar o avanço da terceirização do trabalho em toda esfera produtiva, nem mesmo no serviço público. Portanto, os governos neodesenvolvimentistas apresentaram uma certa continuidade e não uma ruptura com o Estado de caráter neoliberal.

A era neodesenvolvimentista aprofundou a lógica do capitalismo privado, instaurando um novo estágio da acumulação de capital no país, incentivando a formação de oligopólios privados e principalmente estabelecendo inúmeras parcerias de caráter público-privado. Ou seja, o neodesenvolvimentismo mesmo ampliando o gasto público com as suas políticas redistributivas de caráter social, não rompe com os ideários neoliberais. Afinal, “neoliberalismo e neodesenvolvimentismo compõem um processo desigual, mas combinado, de afirmação da ordem burguesa no Brasil visando instaurar um novo regime de acumulação do capital no País” (ALVES, 2013b, p. 2-3).

Diante a nova reorganização social do capitalismo brasileiro na era neodesenvolvimentista emergiram duas novas camadas sociais, apontada por Alves (2013b) como: i) “nova classe trabalhadora”; e o ii) precariado. Para o autor, são duas camadas sociais distintas, que surgiram no contexto sociopolítico da década de 2000 com a implementação das políticas redistributivas de caráter reformista dos governos de 2003-2014. A denominada “*nova classe trabalhadora*”, que na verdade não se trata de uma nova classe social, e sim de uma camada social da classe trabalhadora que se originou do subproletariado pobre que ascendeu devido ao aumento do salário-mínimo, a formalização do mercado de trabalho e do acesso ao crédito.

Já o denominado *precariado*, conforme expõe Alves(2013b) se constitui como uma outra camada da classe trabalhadora, composta fundamentalmente por jovens da baixa classe média urbana que possuem níveis elevados de formação/escolarização, mas que ainda sim não

conseguem condições dignas de trabalho, lhes restando apenas a precariedade nas relações de trabalho e consequentemente na vida.

A política redistributivista por meio de programas sociais, aumento de salário-mínimo e formalização do mercado de trabalho, que tem como pressuposto o crescimento sustentável da economia capitalista vis-à-vis aumento da produtividade e competitividade da economia brasileira no mercado mundial, representa efetivamente um conjunto de demandas históricas imediatas do subproletariado e do proletariado pobre, cujas pretensões contingentes são mais adequadas ao projeto neodesenvolvimentista de “choque de modernização capitalista” do que aos interesses históricos do proletariado organizado e da classe média radicalizada, imersos nas “misérias modernas” contra as quais intelectuais orgânicos de esquerda exigem medidas anti-capitalistas propriamente ditas (ALVES, 2013a, p. 3).

De acordo com Alves (2013a) apesar dos indicadores sociais apresentarem melhorias nos anos dos governos neodesenvolvimentistas (Lula e Dilma), o Brasil ainda permanece como um país de capitalismo atrasado no que tange às questões sociais fundamentais como a saúde, educação, transporte público, habitação, infraestrutura urbana entre outros. Ou seja, nesse período não foram operadas políticas que de fato resultariam em uma real mudança nas condições de vida da classe trabalhadora à médio e a longo prazo. Sendo assim, “como choque de capitalismo hipertardio, o neodesenvolvimentismo apenas aprofundou, num patamar superior, aquilo que caracterizou o desenvolvimento do capitalismo histórico no Brasil: a modernização do atraso” (p. 6).

O neodesenvolvimentismo como inclusão salarial e choque de consumo, significou para a nova classe trabalhadora e o precariado, mais alimentos, roupas, automóveis... mas não significou melhores transportes, serviços de saúde, escolas de qualidade, iluminação pública, saneamento, etc; ou ainda, melhores expectativas de realização pessoal e profissional de acordo com as novas habilidades adquiridas pela alta escolaridade (ALVES, 2013b, p. 4).

O reformismo farsesco do neodesenvolvimentismo apresenta muitas limitações ao “tentar” estabelecer um certo tipo conciliação fantasmagórica de classes, visto que isso é insustentável por longos períodos. Pois, com o aprofundamento da crise estrutural do capital há uma inevitabilidade por parte do sistema em intensificar a ofensiva do capital sobre o trabalho, aumentando a exploração da força de trabalho em todos os níveis e escalas e, ainda, de maneira muito mais perversa nos países periféricos de capitalismo hipertardio. Como bem coloca Alves (2013a, p.4) “eis o significado da crise estrutural do capital – não se trata da

estagnação da expansão capitalista, mas sim da irrealização de suas promessas civilizatórias e a ampliação universal da condição de proletariado”.

O “choque de capitalismo” promovido pelo neodesenvolvimentismo com: a) as políticas redistributivas (formalização do mercado de trabalho, valorização do salário-mínimo, políticas sociais etc.) – extremamente necessárias, mas insuficientes –; b) o acesso ao crédito para as camadas socialmente mais empobrecidas – com um intenso incentivo ao consumismo –, como se este fosse o fator fundamental para o acesso ao direito à cidadania, gerando apenas uma ilusão de ascensão social e desenvolvimento. Estes feitos do neodesenvolvimentismo garantiram anos de governabilidade, entretanto, não se manteriam à longo prazo.

Pois, apesar de impulsionar a economia através do crédito e do consumo, enchendo de expectativas positivas o conjunto da classe trabalhadora brasileira, o reformismo farsesco implementado por esses governos não conseguiu garantir nada muito além que o acesso ao consumo de itens básicos (móveis, eletrodomésticos, carros populares) e o combate à pobreza extrema à curto prazo. Mas, ainda assim, pelos partidários do neodesenvolvimentismo e principalmente para estas camadas pobres que foram beneficiadas pelas políticas de redistribuição de renda esse tipo de governo é muitas vezes glamourizado como grande benfeitor da nação.

Todavia, o que aparentemente se mostra como glamouroso e benfeitor oculta uma dimensão perversa, visto que a dinâmica social estabelecida nesses pouco mais de dez anos de governo, se colocando aparentemente como um governo para o povo, aprofundou as condições de precariedade do trabalho ao reorganizar as políticas socioeconômicas do país alinhadas aos parâmetros do capitalismo flexível. Dessa forma, apenas criou uma falsa atmosfera de desenvolvimento baseada no consumo, sem possibilidades concretas de se resgatar e realizar as necessidades humanas; até porque esta é uma promessa inalcançável nas condições do capitalismo flexível e da crise estrutural do capital. Assim, ao tornar às condições e relações de trabalho cada vez mais precarizadas em razão dos novos modos de acumulação de capital, não há como manter boas condições de existência do vasto conjunto heterogêneo da classe trabalhadora em dadas circunstâncias.

Conforme expõe Antunes (2020), ao comentar sobre os limites dos projetos de governo neodesenvolvimentista de Lula e Dilma:

“As fissuras do projeto, acentuadas pela persistência e pelo aprofundamento da crise econômica mundial, levariam para as ruas um amplo setor da juventude trabalhadora. Submetida à precariedade crescente do mercado de trabalho, impossibilitada do acesso à educação pública de qualidade, deixada à mercê de um sistema público de saúde sucateado, sem nenhuma segurança sobre o futuro, o aumento das tarifas do transporte coletivo converteu-se numa espécie de catalisador do descontentamento dessa camada de jovens” (ANTUNES, 2020, p.269).

É nesse sentido que em junho de 2013 se iniciou uma série de manifestações civis formadas principalmente pelo proletariado urbano, apontando o seu descontentamento com o governo nedesenvolvimentista; o que à curto prazo, em conjunto com forças políticas alinhadas à direita conservadora acabou culminando no golpe de 2016 com o impeachment da presidente Dilma Rousseff. As manifestações de junho destacaram alguns dos limites desse tipo de governo ao reivindicarem carecimentos sociais que iriam além do que esse tipo reformismo oferecia. Como ilustra bem a letra da música dos Titãs – *“a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte!”*, as reivindicações se tratava de carecimentos humanos que iam para além das possibilidades do neodesenvolvimentismo de fornecer apenas uma modernização do atraso.

Em conjunto com as manifestações, em 2013 também ocorreu uma ampla onda de greves<sup>6</sup> em todo o país, apresentando como uma das principais reivindicações às demandas relacionadas a condições de trabalho (ANTUNES, 2020). As massas do proletariado urbano constituída pela juventude e/ou por trabalhadores, apesar de terem se beneficiado das políticas sociais desse governo, ansiavam por reais melhorias nas condições de vida, fato este que acabou não se concretizando para além de promessas de um Brasil desenvolvido. O aprofundamento das condições de precariedade dos trabalhos formais ilustra essa realidade de continuidade do atraso e do subdesenvolvimento brasileiro.

Pois, no que tange as condições e relações de trabalho Alves (2014) aponta que a terceirização tomou proporções ainda maiores, sendo uma das mais importantes ferramentas do empresariado brasileiro para a redução dos custos trabalhistas, se disseminando por toda a esfera produtiva seja indústria, comércio ou serviços no setor público e privado, abarcando todo o contingente da classe trabalhadora. De acordo com as contribuições de Borges (2007) os processos de flexibilização e terceirização e suas respectivas consequências, atingiram até

---

<sup>6</sup> De acordo com os registros do DIEES, em 2013 ocorreram um total de 2.050 greves no Brasil. Acessar: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013/?page=1>

mesmo os estratos mais escolarizados da classe trabalhadora, que anteriormente possuíam no emprego formalizado a principal forma de inserção no mercado de trabalho. Aquelas condições permitiram a emergência da camada social do precariado – trabalhadores e trabalhadoras com formação qualificada, mas em empregos cada vez mais precários.

Isso demonstra que no atual mundo do trabalho o nível de escolarização/qualificação não garante uma inserção menos precária no mercado de trabalho, tão pouco garante algum vínculo empregatício, ou mesmo um emprego informal e subcontratado. A realidade contraria a premissa empregada pelos meios de comunicação do Estado e dos demais representantes do capital durante os anos de 1990 e início da década de 2000, de que o desemprego no Brasil era resultado da baixa escolarização/qualificação da mão de obra disponível. Afinal, neste modelo de crescimento econômico de capitalismo hipertardio e de (des)regulamentação do trabalho, a elevação da formação escolar e da qualificação profissional não garante emprego, somente, oportuniza ao patronato mão de obra qualificada para ocupar postos de trabalho cada vez mais simplificados (BORGES, 2007).

Com o desemprego estrutural atingindo frontalmente os segmentos com níveis elevados de formação da classe trabalhadora, evidenciou-se que qualificação não é necessariamente sinônimo de empregabilidade. Entretanto, mesmo com esse quadro crítico de alterações no mercado de trabalho brasileiro, o discurso hegemônico se mantém em defesa dos processos de flexibilização como uma nova forma de operação moderna e positiva na esfera da produção e dos processos de trabalho. Em que novos artifícios ideológicos são colocados em jogo, no sentido de tentar obscurecer as contradições que estão sendo evidenciadas. Assim, como resposta ao elevado conjunto de trabalhadoras e trabalhadores desempregados, os novos discursos “exalta o trabalho autônomo, o empreendedorismo e o cooperativismo como alternativas ao desemprego – considerado inevitável – e como formas contemporâneas e mais adequadas ao capitalismo flexível dos dias atuais [...]” (BORGES, 2007, p.88).

É importante ressaltar que o estímulo a esses tipos de trabalhos atípicos compõe o arsenal ideológico do padrão flexível, em que há a exacerbação do puro individualismo e da meritocracia. Esse processo põe cada sujeito como responsável por si, independentemente das precárias condições objetivas; o mercado de trabalho exige dos trabalhadores características *flexíveis* e um comportamento adaptativo de modo que, rapidamente, possam se tornar empregáveis nas novas situações impostas pelas velozes e constantes transformações do

mercado, dotados de iniciativa, proatividade e criatividade no trabalho. Ou seja, as características próprias do padrão de acumulação flexível, trabalhadores polivalentes.

As diversificadas formas da terceirização do trabalho também são sustentadas por esse mesmo viés ideológico. Tais ideologias procuram ocultar a perversa intensificação da exploração da força de trabalho, pois, ao mesmo tempo em que há um crescente e avassalador aumento da inserção de tecnologia em toda a cadeia produtiva, à fim de eliminar ao máximo o trabalho vivo, o que resta a essa força de trabalho que é excluída do mercado são justamente estas formas atípicas de trabalho como o seu único meio de sobrevivência (ANTUNES, 2020). Assim, com a expansão da terceirização em diversas áreas, também ocorreu a ampliação dos seus diferentes tipos e modalidades.

Os mais comuns no Brasil são: a) o trabalho em domicílio, realizado por trabalhadores/as autônomos, sendo a sua remuneração paga de acordo com a sua produção. De acordo com Thébaud-Mony e Druck (2007), este tipo de trabalho é muito comum no setor da indústria têxtil e predominantemente executado por mulheres; b) redes de empresas fornecedoras, geralmente empresas de pequeno e médio porte que fornecem peças e/ou componentes para outros ramos, sendo típico na indústria automobilística; c) *a subcontratação de serviços periféricos como limpeza, segurança, alimentação, transporte e outros, sendo esse tipo de contratação muito comum nas indústrias e em instituições públicas*; d) a subcontratação de empresas ou de trabalhadores autônomos para atuarem em áreas centrais da empresa/indústria, como a manutenção e outras prestações de serviços relacionadas diretamente com a atividade principal da contratante.

Além das modalidades citadas, temos as Organizações Não Governamentais (ONGs) sem fins lucrativos que atuam em diversas áreas sociais da esfera pública, muitas vezes caracterizadas como trabalho voluntário. Existem também as cooperativas de trabalhadores que consistem uma sociedade de trabalhadores organizados por meio de autogestão e autonomia, com interesses em comum e tendo como finalidade retirar desse tipo trabalho sua renda, muito comuns no processo de terceirização. Outra modalidade de terceirização seria a pejetização, situação em que o trabalhador é contratado como pessoa jurídica transparecendo, ao menos legalmente, como uma relação entre empresas, ao transformar o assalariado em empresário de si mesmo. E ainda tem os estágios de trabalho intermediados pelas instituições de educação e as agências de integração, em que a relação empregatícia é disfarçada como

formação de estudantes, que na verdade se configura como mão obra barata para o mercado de trabalho.

Os processos de terceirização se ampliaram e complexificaram de tal forma que temos a terceirização da terceirização, denominada de quarteirização. Esta se constitui como uma terceirização em cascata, como quando empresas são contratadas para gerir os contratos com outras terceiras, ou seja, distanciando cada vez mais as relações entre os trabalhadores contratados para efetivarem a prestação de serviço de seus reais contratantes (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007). Portanto, são uma miríade de modalidades de trabalhos “atípicos”, subcontratados e marcados por condições precárias para os trabalhadores e trabalhadoras. Dessa forma, o que era considerado trabalho atípico, têm sido muito mais recorrentes em todo mercado de trabalho e nos mais variados ramos de atuação.

Retomando a legislação e a regulamentação do trabalho terceirizado no Brasil, em 2004 o deputado Sandro Mabel, que também é empresário, apresentou o Projeto de Lei 4.330 propondo a liberação da terceirização em todas as atividades instrumentais e finalísticas (atividades meio e atividades fim), redes de subcontratação de empresas, entre outros aspectos relacionados a terceirização e as suas condições e relações de trabalho. Mas, foi somente no ano de 2015 que a PL 4.330 foi colocada em votação na Câmara dos Deputados. De acordo com Antunes (2020) a realização da votação ocorreu sem antes acontecer uma prévia discussão no Plenário, o que acabou resultando em uma mobilização nacional por parte dos movimentos sociais, organizações sindicais, bem como manifestações por parte da sociedade, paralizações entre outros tipos de reações contrárias a PL 4.330 e seu real significado de precarização do trabalho.

Segundo Antunes e Druck (2013) até então, não havia uma legislação específica sobre os limites e as possibilidades legais do uso do instrumento da terceirização. Assim, as diversificadas formas de terceirização do trabalho estavam ocorrendo de modo irregular, acarretando diversas denúncias por parte dos trabalhadores e suas entidades representantes no Ministério Público do Trabalho (MPT) e no Ministério Público do Trabalho e do Emprego (MTE). Estes estavam tomando como base para investigar tais denúncias o Enunciado 331, entretanto, o enunciado se mostrou insuficiente para avaliar a gama de modalidades de terceirização que estavam ocorrendo em todo o país.

O Enunciado nº 331, de 1993, do Tribunal Superior do Trabalho, apesar de colocar alguns limites, ainda é impotente para balizar os julgamentos das diversas modalidades de terceirização e não tem impedido o seu brutal crescimento nestes últimos 17 anos, mesmo que, em algumas situações pontuais, tenha propiciado a condenação de empresas públicas, privadas e a administração direta do Estado (ANTUNES; DRUCK, p.225).

Mesmo com a ausência de uma legislação voltada especificamente para as questões da terceirização do trabalho, já havia um tensionamento entre patrões e empregados, visto que a terceirização se encontrava em vigor em muitos setores/empresas públicas e privadas. Ademais, os órgãos públicos responsáveis pelo recebimento das denúncias, fiscalização, notificação e condenação dos casos irregulares, estavam agindo no sentido de limitar e/ou reajustar (no sentido de reduzir) o uso da terceirização. Porém, ao mesmo tempo em que alguns órgãos do Estado atuavam na intenção em reduzir o trabalho terceirizado, a aprovação do PL 4.330 vai em uma direção oposta, ampliando ainda mais o uso indistinto do trabalho terceirizado.

O Projeto de Lei nº4.330/2004 se constitui como um ataque frontal a qualquer tipo de limitação do uso da terceirização do trabalho, tendo suas justificativas em total concordância com as propostas organizadas em um documento pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), denominado “101 propostas para modernização trabalhista”<sup>7</sup>, em que apontam os custos do emprego formal como um empecilho no aumento da competitividade das empresas, evidenciando a terceirização do trabalho como uma necessidade da globalização e da empresa moderna; apresentando esta como a melhor opção de racionalização da moderna empresa capitalista.

As frações da burguesia que se movimentaram em torno da aprovação do projeto de lei 4.330 faziam circular um conjunto de formulações ideológicas que imputavam a legislação e regulamentação do trabalho como causadora de um grande impacto na capacidade de geração de riqueza, crescimento e desenvolvimento do país por gerar custos desnecessários, excesso de burocracia, afirmando que a dissociação entre atividades – meio e atividades-fim, causa insegurança jurídica, entre outras questões colocadas contra uma regulação do trabalho dita como “rígida”. Além de apresentar a terceirização como a solução para a “rígida” e

---

<sup>7</sup> <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2013/2/101-propostas-para-modernizacao-trabalhista/#:~:text=101%20Propostas%20para%20Moderniza%C3%A7%C3%A3o%20Trabalhista%3A,da%20competitividade%20das%20empresas%20brasileiras.>

burocrática legislação do trabalho, tal projeto de lei preconizava flexibilizar as negociações entre patrões e empregados, apontando formas de enfraquecer a capacidade sindical de atuar na regulação das relações de trabalho.

Entretanto, o real significado da PL 4.330 é o desmonte da legislação do trabalho, que protege a parte mais vulnerável da relação trabalhista, neste caso, os trabalhadores. A perspectiva é estabelecer uma enorme abertura para o empresariado/patronato negociarem com os empregados da forma que bem entenderem. As brechas que a terceirização sem limites abre são muito perigosas à dignidade do trabalho, devido ao aumento da vulnerabilidade do trabalhador frente a flexibilização nas condições e relações do trabalho, de modo a facilitar inclusive a exploração de trabalho análogo à escravidão.

Apesar de toda a mobilização nacional contra a aprovação da PL 4.330, através de campanhas nas redes sociais, televisão, manifestações de rua, manifestos etc., a PL 4.330 renomeada para Projeto de Lei da Câmara – PLC 30/2015, foi aprovada no Senado em março de 2017, durante o governo do presidente interino Michel Temer. Ainda durante o governo Temer, foi realizada uma Reforma Trabalhista estabelecendo modificações significativas na CLT, dentre elas instituindo o trabalho intermitente – abrindo possibilidades de prorrogação do trabalho indefinidas e ainda uma ampla flexibilidade para o contratante de acordo com a sua demanda, podendo ou não formalizar o vínculo empregatício; a Lei da Terceirização nº 13.429/2017 – liberando a terceirização em todas as atividades das empresas, sejam finalísticas ou instrumentais. Basicamente, a (contra) reforma trabalhista estabelecida pelo governo Temer, implementa o negociado sobre o legislado, nas relações de trabalho (ANTUNES, 2020).

O contexto revela uma verdadeira desfiguração do trabalho, desmantelando cada vez mais a CLT e a legislação social e protetora do trabalho, em nome da competitividade empresarial, na falsa defesa da qualificação dos produtos e serviços e, ainda, na ampliação das ofertas de empregos. Como veremos a seguir, a realidade é que a terceirização não gera mais empregos e nem melhores produtos e prestações de serviço, apenas reduz gastos com a mão-de-obra e consequentemente a intensificação da exploração e precarização do trabalho, no setor privado e principalmente no âmbito do funcionalismo público.

Isto posto, podemos observar que as transformações na esfera produtiva são mediadas e operacionalizadas pelo poder estatal. De modo que a instauração de um mercado de trabalho cada vez mais precário para o conjunto da classe trabalhadora é mediado pelo Estado, que

possui um papel central em toda essa desestruturação e desregulamentação do mercado de trabalho.

A reordenação da produção e as modificações nas políticas do Estado, tem operado um desmonte não só da legislação protetora do trabalho de um modo geral, mas principalmente do funcionalismo público, reduzindo o efetivo de trabalhadores/as estatutários, retirando direitos e implementando reformas que precarizam as condições e relações de trabalho dos servidores. Como bem coloca Druck (2017, p.85) “[...] a natureza social da precarização no serviço público tem uma importante singularidade: por ser tratar de uma força de trabalho cujo valor de uso é produzir bens públicos, e, portanto, servir a sociedade”. O rebaixamento do serviço público, gera consequências imediatas no tecido social, principalmente em áreas em que a atuação do Estado é fundamental como: saúde, educação, assistência social.

O Estado que em tese é uma instituição que deve servir a todos, garantindo aos menos condições dignas aos estratos mais vulneráveis da sociedade, cada vez mais tem se eximido de seu papel, perdendo suas características sociais e democráticas passando a funcionar como uma competitiva empresa privada. Dessa forma, a terceirização e as outras formas de privatização do Estado, se constituem como estratégias de subverter os serviços prestados pelo Estado, tornando-os mais envoltos pelo fetichismo do lucro, da competitividade e produtividade. Os impactos sociais que as transformações da esfera produtiva e da atuação e regulação do Estado têm e podem causar são perversos para o conjunto da classe trabalhadora, aumentando progressivamente os níveis de exploração e pauperização.

### **2.3 A precarização e os seus impactos nas condições e relações de trabalho**

Após anos de tentativas em barrar o uso indistinto do instrumento da terceirização, o patronato brasileiro conseguiu legalizar o seu uso irrestrito no ano de 2017, por meio do PL 30/2015 e da Lei da Terceirização nº 13.429/2017, assim, firmando mais uma vitória sobre a classe trabalhadora. Todavia, os diversos pesquisadores brasileiros de diferentes campos de atuação que estudam sobre a temática do trabalho, precarização, terceirização etc., como Antunes (2009; 2020); Alves (2005;2013a; 2013b; 2014); Batista (2010); Carelli (2014); Druck (2007; 2017) entre outros, apontam a terceirização como um importante pilar do aprofundamento da precariedade do trabalho assalariado no Brasil (e no mundo). O teor da precarização se dá justamente pela centralidade histórica que as formas de trabalho possuem

na constituição e existência do ser humano, pois, é partir do trabalho que a humanidade produz e reproduz a sua vida.

Assim, a atual morfologia do mundo da produção que se desenvolve num sentido de desfiguração do trabalho, promove um intenso alargamento e aprofundamento da precarização das condições e relações de trabalho. Thébaud-Mony e Druck (2007) analisam o fato de que a precarização do trabalho é um processo social que se constitui pela instabilidade e insegurança, estabelecida pelos “novos” modos de gestão e organização do trabalho; em que há uma considerável redução do papel do Estado enquanto regulador do trabalho e, as várias modalidades de flexibilização, por meio da terceirização e subcontratação deixam de ocupar as margens do mercado de trabalho e passam a assumir o protagonismo na esfera produtiva.

É importante lembrar que esse é um processo mundial e que atinge todas as camadas da classe trabalhadora, entretanto, em países de capitalismo hipertardio como é o caso do Brasil, a precarização se constitui de modo ainda mais precário. Druck (2017) apresenta seis indicadores de que a terceirização é sinônimo de precarização das relações e condições de trabalho, sendo eles:

- 1) as formas de mercantilização da força de trabalho (o mercado de trabalho); 2) os padrões de gestão e organização do trabalho; 3) as condições de (in)segurança e saúde no trabalho; 4) o isolamento, a perda de enraizamento e de vínculos, resultante da descartabilidade, da desvalorização e das discriminação afetando decisivamente a solidariedade de classe; 5) o enfraquecimento da organização sindical e das formas de luta e representação dos trabalhadores; e, por fim, 6) a “crise” do direito do trabalho, motivada pela ofensiva patronal, que questiona a sua tradição e existência, expressa hoje nos ataques à CLT[...] (DRUCK, 2017, p. 60).

As dimensões da precarização do trabalho supracitadas estão imbricadas umas nas outras, sendo resultantes desse amplo processo de precarização social do trabalho. Na era da acumulação flexível, as formas de mercantilização da força de trabalho se tornam cada vez mais precárias, no sentido de que o mercado de trabalho passa a se organizar marcado por características como instabilidade, competitividade, incerteza e insegurança para os integrantes da classe trabalhadora. Os empregos formais vão se tornando cada vez mais escassos e as formas de inserção no mercado de trabalho são principalmente via empregos terceirizados e /ou subcontratados, de tempo parcial, trabalho intermitente, quando não o próprio desemprego.

Até mesmo a inserção no serviço público vai se dando de maneira progressivamente mais precária, através contratos de tempo determinado ou mesmo via terceirização. Isso evidencia que o que está em processo não é só o desmonte da CLT, mas o desmantelamento do funcionalismo público, com a intenção de inserir no serviço público o modo de gestão e organização flexível da empresa capitalista.

As teses que advogam em favor da terceirização/subcontratação, afirmam que essas formas flexíveis de modalidades de trabalho vão impulsionar a economia e gerar mais empregos. Entretanto, o que a flexibilização das condições e relações de trabalho apresentam na realidade concreta é a redução de custos com o trabalho. Pois, em uma conjuntura em que o desemprego estrutural se intensifica cada vez mais, resultando em uma alta descartabilidade do trabalhador, seja por meio das tecnologias informacionais e/ou pelas formas flexíveis de gestão do trabalho em que um único sujeito é responsável por assumir diversas funções dentro uma empresa, a única possibilidade restante aos trabalhadores é a subsunção a esse novo mundo do trabalho.

Dessa forma vai se constituindo um novo trabalhador coletivo do capital, flexível, fragmentando, informatizado, informalizado e precarizado. Ademais, que realmente é flexibilizado são as jornadas de trabalho, os salários e os direitos dos trabalhadores, abrindo maiores possibilidades para o patronato aumentar a extração de mais-valia por meio da intensificação do trabalho e eliminando os riscos jurídicos quanto a isso. Assim, os escassos empregos disponíveis à classe trabalhadora se caracterizam pelos baixos salários, extensivas jornadas de trabalho, pela necessidade de polivalência dos trabalhadores, ritmos acelerados de produção entre outras características que agravam a degradação do trabalho e do trabalhador, tudo isso por um baixo custo.

De acordo com Antunes e Druck (2013) as formas em que são estabelecidas a compra e venda da força de trabalho, apresentam um mercado de trabalho que explicita a forma como o capital reafirma a força de trabalho como mercadoria, através do descarte, superfluidade e contratos que deixam os trabalhadores cada vez mais vulneráveis e subordinados à lógica financeira pautada nos ritmos acelerados e nos curtos prazos.

A dimensão da precarização das condições (in)segurança e saúde dos trabalhadores, Antunes (2020) demonstra que as transformações no mundo do trabalho no contexto da acumulação flexível têm ampliado o aumento de adoecimentos laborais (físicos e psíquicos), de acidentes e até de mortes decorrentes do trabalho, principalmente nas modalidades de

trabalho mais precarizadas como é no caso das atividades terceirizadas. O trabalho terceirizado cria subcategorias de trabalhadores dentro de uma mesma empresa, por vezes exercendo a mesma atividade. Isso implica em uma hierarquização entre trabalhadores efetivos e trabalhadores terceirizados, que possuem condições (contrato; remuneração; benefícios; metas etc.) e relações de trabalho diferenciadas, em que o terceirizado sempre ocupa um lugar de inferioridade.

A posição hierárquica de inferioridade do trabalhador terceirizado começa a partir da sua forma de contratação, pois, ele não é visto como um trabalhador da empresa em que ele está executando o serviço, e sim, como um trabalhador externo pertencente a uma empresa terceira. Com contrato e condições de trabalho diferenciadas, geralmente inferiores às condições dos trabalhadores efetivos contratados diretamente pela empresa. De acordo com Antunes e Druck (2013), essa condição expressa um tipo de exclusão e até mesmo de violência simbólica que estes sujeitos vivenciam ao serem diferenciados como trabalhadores subcontratados, em que por vezes não têm acesso as mesmas instalações e benefícios que os outros trabalhadores possuem, por serem considerados “colaboradores” externos à empresa contratante do serviço. Sendo assim, estes se constituem como trabalhadores que não têm um lugar, não possui vínculo e identidade com os demais trabalhadores que compõem o mesmo local de trabalho.

Conforme apontam as pesquisas organizadas por Druck e Franco (2007), em *“A perda de razão social do trabalho: terceirização e precarização”*, as pesquisas que relatam que os trabalhadores terceirizados não possuem equipamentos e treinamentos adequados para realizarem as suas funções, apontando um maior risco de vulnerabilidade e de acidentes no trabalho. Assim, promovendo condições precárias e perigosas de realização do trabalho, colocando a integridade e a saúde do trabalhador em risco.

Tais condições não apontam não só o risco a integridade física e a insegurança no trabalho, como consequentemente, desencadeiam outras questões como o isolamento, individualização e a solidão, provocada pela ausência da construção de vínculos no trabalho, devido as altas rotatividades/descartabilidade que os postos de trabalho terceirizado sofrem. Deste modo, podendo causar sofrimento psíquico pela falta de laços de solidariedade e identidade no trabalho. Assim, fazendo emergir uma série de doenças psicológicas como ansiedade, depressão, burnout entre outros tipos de adoecimento mentais que podem ser resultantes do desgaste psíquico físico promovido pelas condições e relações laborativas.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas resultaram na constituição de um exército de trabalhadores mutilados, lesionados, adoecidos física e mentalmente, muitos deles incapacitados de forma definitiva para o trabalho. Em outras palavras, trata-se de um modelo de gestão que simultaneamente se organiza visando o envolvimento da subjetividade inautêntica, o controle da subjetividade dos trabalhadores, mecanismo necessário para a obtenção de altos índices de produtividade, e se configura cada vez mais como incapaz, pela própria intensidade concorrencial e instabilidade do mercado, de garantir condições de trabalho minimamente adequadas à saúde física e mental dos trabalhadores (ANTUNES, 2020, p.155).

A sua vil e cruel exploração do trabalho pelas relações capitalistas de produção, resultam no adoecimento e até mesmo na morte dos sujeitos que são submetidos à condição de força de trabalho. No capitalismo flexível que se expande para todas as esferas da vida, desde o trabalho mais qualificado, até o mais simplificado, sua consequência à curto, médio e longo prazo é de uma verdadeira pandemia de doenças psicofísicas decorrentes desse sistema econômico, que submete as necessidades humanas à exploração e acumulação.

Outro importante indicador da precarização social do trabalho é a fragmentação dos coletivos de trabalho e o enfraquecimento das organizações sindicais de representação dos trabalhadores. Historicamente os sindicatos são instrumentos da luta coletiva e política dos trabalhadores em prol de melhores condições de trabalho, por se constituírem enquanto espaço de enfrentamento aos ataques do capital contra o trabalho organizado e regulamentado, no constante embate pela conquista e permanência dos direitos e benefícios relacionados ao trabalho.

Sendo assim, a reestruturação produtiva com as suas novas formas de gestão e organização do trabalho e da produção baseadas no padrão de acumulação flexível, visa a pulverização dos sindicatos e demais organizações de caráter político entre os trabalhadores. Através da manipulação e captura da subjetividade dos trabalhadores, igualando, ao menos no plano discursivo a igualdade entre trabalhadores e patrões, como se ambos tivessem em comum os mesmos interesses (HELOANI, 2018). Portanto, não carecendo dos trabalhadores – muitas vezes denominados pelos apoiadores e ideólogos do capital como “colaboradores” –, se organizarem na busca por seus direitos e melhores condições de trabalho.

Uma outra estratégia do empresariado para fragmentar os coletivos de trabalho e as organizações sindicais, foi a criação dos sindicatos de empresa, que nada mais é que a cooptação da organização coletiva e política dos trabalhadores por parte do patronato. Em

que, ao invés do sindicato ser um instrumento de formação/organização política e reivindicações da classe trabalhadora, se torna mais um instrumento de conciliação de classe, se distanciando das demandas dos trabalhadores. Assim, as organizações sindicais passam de um sindicalismo de confrontação do capital, para um sindicalismo de negociação (ANTUNES, 2020). Implicando aos trabalhadores uma maior fragilidade e vulnerabilidade frente os ataques aos direitos trabalhistas conquistados historicamente, bem como às incessantes tentativas de aprofundamento da exploração e precarização do trabalho.

Ademais, a terceirização do trabalho facilita a pulverização dos sindicatos na medida em que o mesmo local de trabalho e exercendo às mesmas funções se constitui por diferentes categorias de empregados, com regimes de trabalhos, contratos e remunerações distintas. De modo a fragmentar e individualizar o conjunto dos trabalhadores e ainda instaurar um ambiente de competitividade e hostilidade, ao colocar diferentes condições e relações de trabalho entre os trabalhadores contratados diretamente pela empresa e os trabalhadores terceirizados, subcontratados e/ou com contratos intermitentes e temporários.

Outro ponto nevrálgico que se constitui como um campo de ataque fundamental do capital contra o trabalho, acentuando a precarização do trabalho e das condições e relações que dele se derivam, são as questões relacionadas a legislação social e protetora do trabalho do campo do direito do trabalho. Como vimos anteriormente, são constantes as tentativas de burlar as leis que protegem os trabalhadores e seus direitos, ou mesmo de estabelecer legalmente às condições cada vez mais favoráveis de exploração e mercantilização da força de trabalho. Sendo as últimas leis relacionadas a terceirização sem limites, a aprovação do trabalho intermitente e diversos outro ataque à CLT, a clara ilustração do desmonte da legislação do trabalho e de deslegitimação, por meio da legalização da precariedade laboral.

É importante destacar que o desmantelamento do campo do direito do trabalho se configura como um lugar fundamental de ataque do capital, pois, este se constitui como um freio à exploração sem limites do trabalho, protegendo os trabalhadores e seus direitos nessa relação de negociação totalmente desigual entre trabalho e capital. De modo que quanto mais frágeis se tornam as leis que limitam o poder do capital sobre o trabalho, mais se aprofundam as condições de precarização social do trabalho e o acentuamento das relações de estranhamento, alienação e reificação da classe trabalhadora.

É a *flexibilidade da força de trabalho* que expressa a necessidade imperiosa de o capital subsumir, ou ainda, submeter e subordinar, o trabalho assalariado à lógica da valorização, através da perpétua sublevação da

produção (e reprodução) de mercadorias, inclusive, e principalmente, da força de trabalho. É por isso que a acumulação flexível se apoia, predominantemente, na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho e ainda, dos produtos e padrões de consumo. É a flexibilidade do trabalho, compreendida como sendo a pela capacidade de o capital tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho[...] (ALVES, 2017, p. 92).

Conforme aponta Alves (2017), o padrão de acumulação flexível não é apenas um novo modo de regulação do trabalho, mas uma situação-limite da exploração e mercantilização da força de trabalho, impulsionada pela quarta revolução industrial e os diversos avanços tecnocientíficos, nas condições da crise estrutural do capital. As técnicas gerenciais e os modos de gestão e organização pautados na lógica flexível se estendem do mundo laboral para as demais esferas da vida. A lógica flexível se conforma enquanto um novo modo de ser, do ser social, baseado na organização toyotizada/flexível, marcada pelos ritmos acelerados, a superfluidez, em que a lógica da ideologia empresarial se transmuta para o ideário coletivo, capturando a subjetividade. Assim, alterando e conformando um novo nexos psicofísico dos trabalhadores e trabalhadoras das esferas privadas e públicas, em que a precarização se constitui enquanto um novo modo de *ser*.

### **CAPÍTULO 3**

#### **A TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO DE LIMPEZA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS**

Como apontado no capítulo anterior, os processos de terceirização do trabalho têm ocorrido não só no Brasil, mas no mundo todo, através de diversificados mecanismos de desmonte do trabalho organizado, contratado, regulamentado e sindicalizado. Essa forma de trabalho é antiga, porém, a sua novidade no momento atual, como bem aponta Druck e Filgueiras (2014) se encontra em seu caráter epidêmico – ao se disseminar por toda a esfera produtiva e reprodutiva. Trata-se de um intenso e extenso aprofundamento da precarização do trabalho assalariado. Vale rememorar que a terceirização do trabalho em escala ampliada é resultado da mudança no padrão de acumulação do capital como resposta a sua crise estrutural.

Tal processo de precarização do trabalho é operado por meio das políticas de Estado de cunho neoliberal, que promove o desmonte da legislação social e protetora do trabalho, bem como aniquila todo o conteúdo de políticas sociais da máquina da pública. Assim, a precariedade do trabalho assalariado se aprofunda, tanto na iniciativa privada, como também no âmbito do funcionalismo público, aumentando expressivamente as formas de inserções precárias no mercado de trabalho e elevando absurdamente os níveis de subemprego e desemprego. Portanto, a precarização do trabalho é igual a precarização das próprias condições de sobrevivência dos trabalhadores e trabalhadoras.

Conforme nos aponta Alves (1992) a produção do conhecimento é uma construção coletiva e um processo continuado de busca, em que cada nova investigação se insere somando, dialogando, discutindo e/ou contestando as contribuições anteriormente desenvolvidas a respeito de determinado tema, expressando o contínuo processo de construção do conhecimento científico. Com o intuito de investigar e compreender como a temática do Trabalho Terceirizado da Limpeza nas Universidades Públicas brasileiras vem sendo desenvolvida na produção científica nacional e, ainda, como forma de buscar respostas para a problemática levantada por este estudo, realizamos uma pesquisa bibliográfica tendo como fonte de investigação as teses, dissertações e artigos de periódicos, publicados e disponibilizados em plataformas/bibliotecas digitais.

Segundo Gil (2002, p.45) “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do

que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Portanto, a escolha pela pesquisa bibliográfica justifica-se pela possibilidade de apreender o objeto investigado de forma ampliada, ao identificarmos e analisarmos a forma como os autores das diferentes regiões do Brasil tem problematizado e analisado registros empíricos das condições objetivas e subjetivas do trabalho de trabalhadoras terceirizadas empregadas em serviços de limpeza em diferentes Universidades do país.

A partir dos dados apresentados pelas fontes bibliográficas destacadas para essa pesquisa, neste caso – a produção científica nacional –, foi realizada a nossa investigação, através da sistematização e análise dos estudos selecionados. Os resultados obtidos pela pesquisa bibliográfica foram organizados em dois momentos. Em que, primeiramente, será exposta a forma como o levantamento e a sistematização da produção científica encontrada foi feito – através de uma Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS), identificando os aspectos quantitativos e qualitativos dos estudos selecionados, e realizando uma síntese descritiva e analítica. Como procedimento de analítico, será realizada a análise de conteúdo temática categorial da produção científica selecionada pela revisão bibliográfica sistemática. A seguir demonstraremos o percurso metodológico adotado para a realização da nossa investigação.

### **3.1 Um panorâma do trabalho e das trabalhadoras terceirizadas do serviço de limpeza em Universidades Públicas brasileiras: as condições e relações de trabalho**

Lima e Mito (2007) fazem um importante destaque acerca da pesquisa bibliográfica, apontando que esta “implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (p.38). Apontam que os procedimentos metodológicos não podem ser escolhidos casualmente, sendo necessário definir e expor com clareza o percurso metodológico adotado no processo de apreensão, investigação e execução de toda a pesquisa. Portanto, escolhemos como procedimento metodológico para a seleção, categorização e sistematização dos dados encontrados a Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS).

Em nossa proposta metodológica, primeiramente foi efetivado o levantamento e sistematização das fontes bibliográficas, resultando na revisão bibliográfica sistemática, que teve, então, um caráter exploratório, descritivo e sistemático, no qual poderemos obter um mapeamento do que têm sido produzido e discutido no âmbito acadêmico. Escolhemos como questão norteadora para a realização da RBS o problema levantado por este estudo: *como o*

*trabalho terceirizado da limpeza em uma Universidade Pública forma/conforma/deforma a corporalidade das trabalhadoras que sobrevivem em tais condições de trabalho?*

Segundo Gomes e Caminha (2014) a Revisão Bibliográfica Sistemática consiste em uma metodologia científica utilizada para buscar e analisar estudos de determinado tema e/ou campo do conhecimento, tendo como requisito critérios bem estabelecidos e estruturados, que possam permitir a sua repetibilidade e reprodutibilidade. A realização da revisão sistemática requer tomar como ponto de partida um problema/pergunta de pesquisa, que no decurso do desenvolvimento e conclusão da revisão deve ser apresentada uma análise atualizada, trazendo novos elementos em relação ao tema que foi investigado (GARCIA, 2014).

Sendo assim, a RBS é um tipo de estudo-síntese que retrata o debate acadêmico em relação a determinada temática, além de buscar responder uma pergunta de investigação, possibilitando ampliar a discussão e novas agendas de pesquisa sobre o assunto investigado. De acordo com Marcolino (2019) as etapas para o desenvolvimento da revisão bibliográfica sistemática pode sofrer alterações à depender do método adotado. Entretanto, as etapas fundamentais presentes nas RBS são: a seleção dos documentos, processamento e a análise do material/dados, por fim, a síntese dos resultados encontrados e analisados.

As etapas elencadas para a realização da nossa revisão bibliográfica sistemática foram:

- I. A escolha do problema de investigação;
- II. Definição dos critérios de busca da produção científica (tipos de produção, base de dados, escolha dos descritores e o período de busca dos documentos);
- III. Busca e levantamento da produção científica disponibilizada digitalmente;
- IV. Leitura dos resumos e definição dos critérios de inclusão/ exclusão, seleção do material;
- V. Leitura dos trabalhos completos selecionados, sistematização e análise.

Já o segundo momento, é composto pela análise e interpretação das informações que emergem das fontes selecionadas pela RBS. O estudo toma como procedimento de análise e interpretação dos dados a *análise de conteúdo temática categorial*, conforme a elaboração de

Bardin (2011) que consiste em um conjunto de técnicas e procedimentos de análise das comunicações, para buscarmos as possíveis respostas ao nosso principal questionamento de pesquisa. A análise de conteúdo pode ser organizada em três etapas: 1) pré-análise: etapa inicial em que são redefinidos os objetivos, os critérios de seleção e organização do material a ser analisado, a elaboração das hipóteses e construção de indicadores; 2) exploração do material: aplicação da sistemática definida, codificação, categorização; 3) inferência/interpretação (tratamento dos dados): inferência a interpretação dos códigos, indicadores e categorias selecionados a partir dos dados levantados, analisados de acordo com o arcabouço teórico-metodológico adotado pelo pesquisador (BARDIN, 2011, p.124). A seguir destacaremos os procedimentos metodológicos de levantamento das fontes investigadas.

Como a nossa fonte bibliográfica consiste na produção científica nacional, optamos por recorrer às plataformas e bibliotecas digitais que pudessem alcançar a produção acadêmica de todo o território brasileiro. Sendo assim, escolhemos realizar as nossas buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e no *Google Scholar*.

O Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (e/ou BTD - Banco de Teses e Dissertações da Capes) que foi criada em julho de 2002, e “tem como objetivo facilitar o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do país, além de disponibilizar informações estatísticas acerca deste tipo de produção intelectual”<sup>8</sup>. A BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, “contribui para o aumento de conteúdos de teses e dissertações brasileiras na internet, o que significa a maior visibilidade da produção científica nacional e a difusão de informações de interesse científico e tecnológico para a sociedade em geral”<sup>9</sup>, tendo o seu lançamento ao final do ano de 2002. O *Google Scholar* – “surgiu em 2004 – tendo adquirido uma versão em português em 2006, o Google Acadêmico, e é uma ferramenta de pesquisa do Google voltada à busca de fontes acadêmicas”<sup>10</sup>, nacionais e internacionais.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://metadados.capes.gov.br/index.php/catalog/203#:~:text=2020%2D11%2D20-O%20BTD%20da%20Capes%20%C3%A9%20uma%20plataforma%20que%20tem%20como,Portal%20de%20Peri%C3%B3dicos%20da%20Institui%C3%A7%C3%A3o>

<sup>9</sup> Disponível em: <http://bdtb.ibict.br/vufind/Content/whatIs>

<sup>10</sup> Disponível em: <https://biblio.direito.ufmg.br/?p=1844>

Adotamos como critério temático para a seleção e inclusão os estudos que tratavam dos trabalhadores/trabalhadoras e do trabalho terceirizado do serviço limpeza em universidades públicas brasileiras. De maneira complementar, definimos como critério a seleção de estudos que discutiam aspectos relativos às condições, relações e consequências do trabalho terceirizado do serviço de limpeza na universidade pública. Tais critérios foram estabelecidos com a intenção de encontrar trabalhos que de fato possam dialogar e corroborar com o delineamento do nosso tema de pesquisa, além de nos fornecer elementos para apreender e desvelar a realidade concreta na qual o nosso objeto de investigação está inserido.

Os descritores escolhidos para a realização das buscas foram: Universidade Pública; Trabalho Terceirizado; Serviço de Limpeza. Como cada base de dados possuem diferentes configurações de buscas, tivemos a necessidade de reorganizar a composição dos descritores de acordo com cada uma das plataformas por nós utilizadas. E ainda, optamos como critérios de busca os trabalhos publicados em português, a partir dos anos de 1990 até 2021. De acordo com Druck (2021, p.3) “os primeiros estudos sobre a terceirização no Brasil datam do início dos anos 1990”, por isso optamos por este recorte temporal, tomando como marco inicial um momento de ampliação expressiva da terceirização no país.

QUADRO 1 - CONFIGURAÇÕES DE BUSCA

| BASE DE DADOS    | FILTROS                                                  | CONSTRUCTOS                                                                   | RESULTADO |
|------------------|----------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| BDTD             | Pesquisa avançada<br>Páginas em português<br>1990 a 2021 | Universidade Pública E<br>Trabalho Terceirizado E<br>Serviço de Limpeza       | 38        |
| Google Acadêmico | Pesquisa avançada<br>Páginas em português<br>1990 a 2021 | "Universidade Pública"<br>E "Trabalho Terceirizado" E<br>"Serviço de Limpeza" | 29        |
| BTD Capes        | _____                                                    | TERCEIRIZAÇÃO AND<br>LIMPEZA AND<br>(UNIVERSIDADE PÚBLICA)                    | 41        |
| TOTAL: 108       |                                                          |                                                                               |           |

Fonte: elaborado pela autora.

No conjunto dos descritores escolhidos para realizarmos as buscas nas três bases de dados destacadas acima, optamos por não colocar palavras relacionadas à corporalidade dos trabalhadores/trabalhadoras. Pois, em uma primeira busca exploratória adicionando as palavras “corpo” e/ou “corporalidade” junto aos outros descritores supracitados, não conseguimos encontrar estudos que relacionassem a corporalidade ao trabalho terceirizado, e /ou serviço de limpeza e/ou universidade pública.

Silva (2020) ao investigar a relação entre trabalho e educação, tomando como objeto a corporalidade de trabalhadores e trabalhadoras, aponta que esta é uma temática pouco desenvolvida na produção científica. E menos ainda, são as produções que investigam esse objeto a partir da esfera do mundo do trabalho e suas relações formativas/educativas. Este fato, demonstra ainda mais a importância de investigarmos a corporalidade de trabalhadores (as), analisando e explicando como tem se constituído a corporalidade das pessoas que vendem a sua força de trabalho nas condições/relações estabelecidas pela terceirização do trabalho, no serviço de limpeza dentro das universidades públicas no Brasil.

Sendo assim, utilizando os descritores supracitados dentro do recorte temporal estabelecido, inicialmente encontramos um total de 108 estudos de variados tipos, como: livros teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso de graduação e/ou especialização, artigos de periódicos e outros, nas três bases de dados destacadas para realizarmos as buscas.

Em seguida, elencamos alguns critérios de exclusão para selecionarmos os estudos que realmente poderiam contribuir para a nossa investigação. Os critérios de exclusão adotados foram: a) estudos que não foram realizados com trabalhadores terceirizados atuantes em universidades públicas; b) estudos que não tinham como objeto/sujeito de pesquisa os trabalhadores/trabalhadoras terceirizados atuantes no serviço de limpeza em universidades públicas; c) estudos realizados em hospitais universitários; d) trabalhos de conclusão de curso em nível de graduação e/ou especialização; e) pesquisas que fugiam totalmente do nosso tema de pesquisa.

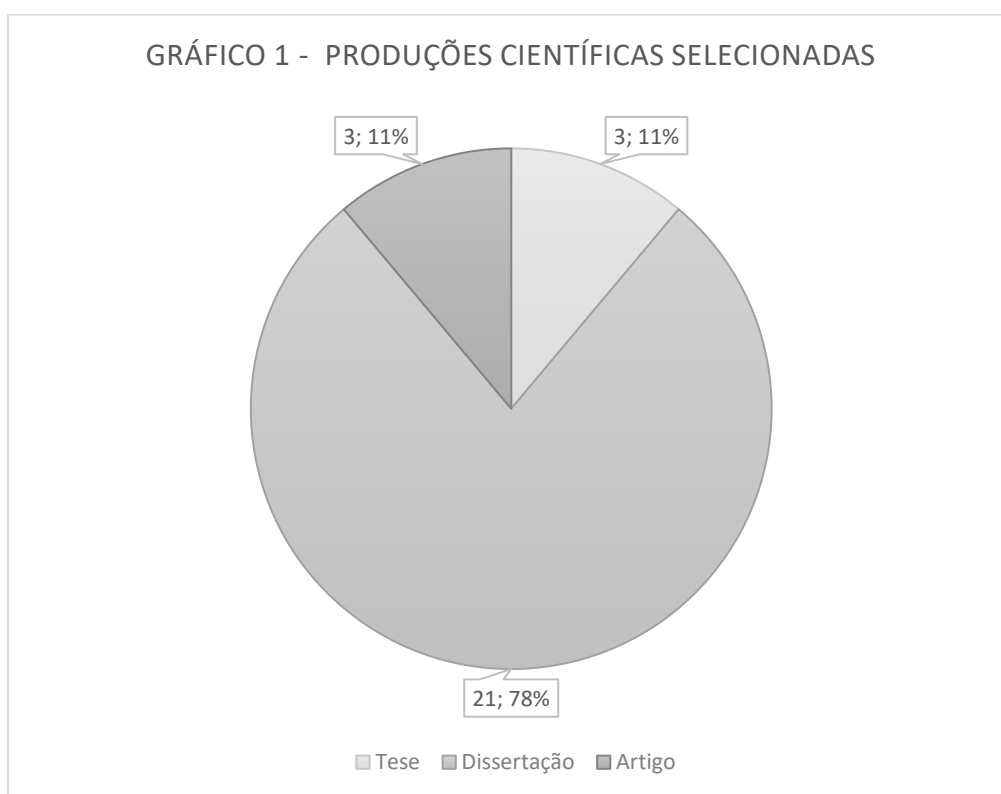
Após realizarmos as leituras dos títulos, ficha catalográfica e resumos dos 108 estudos encontrados, 80 trabalhos foram excluídos<sup>11</sup>, dentre trabalhos de conclusão de curso de graduação e/ou especialização, pesquisas realizadas em hospitais, pesquisas realizadas com trabalhadores terceirizados que não atuassem no serviço de limpeza das universidades

---

<sup>11</sup> Anexo 1 – Trabalhos não inseridos na revisão bibliográfica sistemática por não atenderem aos critérios de inclusão.

públicas, pesquisas que fugiam do tema/problema investigado, trabalhos completos que não foram encontrados porque não possuíam arquivo digital. E ainda os trabalhos duplicados <sup>12</sup> que apareceram em mais de uma base de dados e/ou que apareceram em mais de um formato.

Foram selecionadas para compor a revisão o total de 27 produções científicas, sendo 3 teses, 21 dissertações e 3 artigos, conforme demonstrado no Gráfico 1. Ao analisarmos os tipos das produções científicas localizadas pela combinação dos descritores e critérios de inclusão e exclusão elencados para esta revisão, o tipo de estudos que obteve a maior quantidade de achados foram as dissertações de mestrado, apresentando 78% do total dos estudos selecionados. Seguido pelas teses e as publicações de artigos em periódicos com 11% cada.



Fonte: elaborado pela autora.

<sup>12</sup> Anexo 2 – Trabalhos duplicados encontrados em mais de uma base de dados ou em mais de um formato.

De acordo com Druck (2013) são recentes as pesquisas que se debruçam sobre os casos de trabalho terceirizado no serviço público, através das empresas subcontratadas prestadoras de serviços, como por exemplo: limpeza, vigilância, portaria e outros. Portanto, ainda há uma quantidade reduzida de estudos que tomam como objeto de investigação as condições e relações do trabalho terceirizado e, principalmente os trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas do serviço de limpeza no âmbito da Universidade Pública. Este dado aponta a relevância de desenvolvermos nossa pesquisa, como forma de tentar desvelar como tem se desenvolvido o trabalho terceirizado do serviço de limpeza nas universidades públicas brasileiras, e, principalmente as consequências das condições e relações desse tipo de trabalho para os trabalhadores e trabalhadoras submetidos a tais condições.

TABELA 1 – ANO DAS PUBLICAÇÕES

| ANO | 1990 - 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|-----|-------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Nº  | 0           | 1    | 0    | 2    | 0    | 0    | 2    | 2    | 5    | 10   | 2    | 3    |

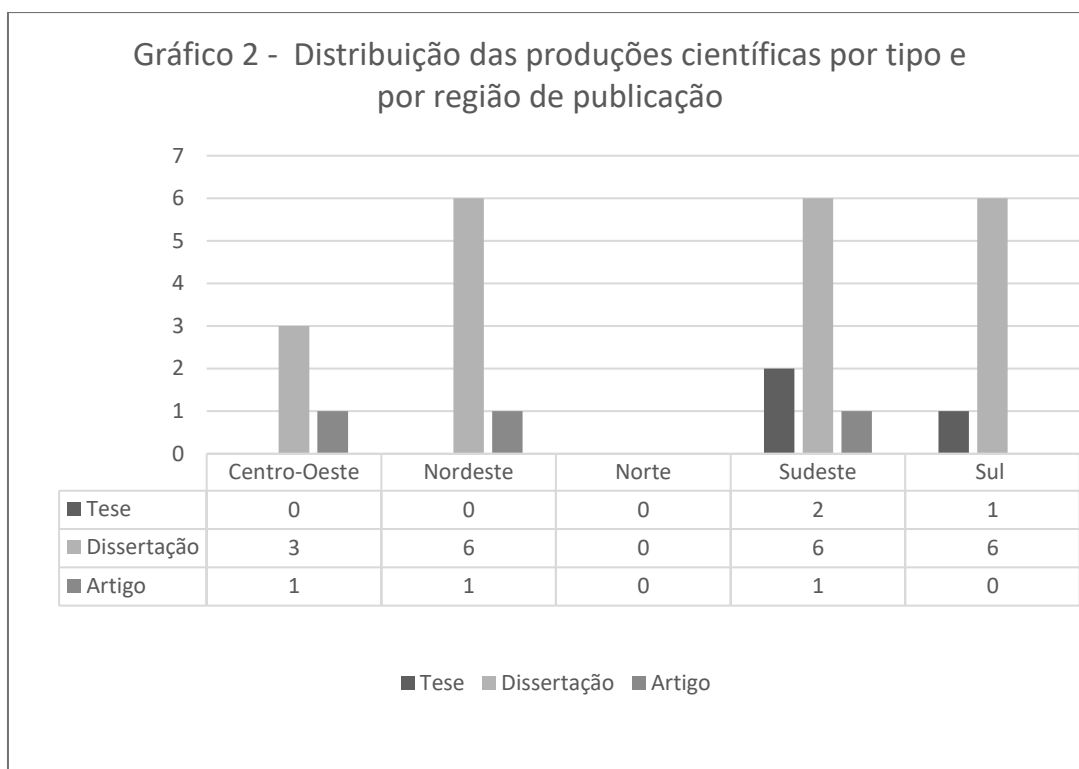
Fonte: elaborado pela autora.

De acordo com a tabela acima podemos identificar a quantidade de publicações realizadas por ano, dentro do recorte temporal estabelecido para as nossas buscas de 1990 a 2021. Conforme a ilustração da tabela 1 não conseguimos localizar teses, dissertações ou artigos publicados no decorrer da década de 1990, bem como, não identificamos trabalhos publicados dos anos 2000 até 2010. É só a partir do ano de 2011 que conseguimos encontrar publicações que atendiam aos critérios elencados para a nossa pesquisa.

Atualmente há um maior empenho em facilitar o acesso as pesquisas produzidas pelos programas de pós-graduação no Brasil e é nesse sentido que são criadas as plataformas e bibliotecas digitais, como as que fizemos uso em nossa pesquisa. Como mencionado anteriormente, é a partir do ano de 2002 que elas são criadas e disseminadas no âmbito científico nacional. E é somente a partir do ano de 2006, pela Portaria nº 013 15/02/2006 que é oficializado pelo Ministério da Educação (MEC) a obrigatoriedade do envio das teses e dissertações dos programas de pós-graduação em formato físico e eletrônico para a CAPES.

Portanto, uma parte significativa da produção científica nacional não se encontra disponibilizada virtualmente, o que pode em parte, explicar a ausência da identificação de

trabalhos publicados nos anos iniciais estabelecidos para a realização das nossas buscas. Sendo assim, as 27 pesquisas que compõe o nosso trabalho de investigação estão distribuídas no decorrer desses dez anos de 2011 a 2021 com destaque para o ano de 2019, que foi o que obteve um maior número de produções encontradas.



Fonte: elaborado pela autora

No gráfico acima, ao distribuímos os estudos selecionados a partir dos tipos de produções (teses, dissertações ou artigos) e por localização geográfica (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul) das publicações, pôde-se verificar as principais regiões em que as 27 pesquisas encontradas foram desenvolvidas e veiculadas. É válido destacar que o levantamento foi realizado apenas a nível nacional, ou seja, foram selecionadas apenas as publicações que tiveram tanto o seu lócus de pesquisa em território brasileiro, bem como, os seus resultados publicados em plataformas digitais no Brasil.

Através da distribuição dos estudos pelas regiões de publicação, identificamos que a maioria das pesquisas encontradas se concentram na região sudeste do país, com o total de 9 trabalhos, seguida pela região Sul e região Nordeste com 7 publicações, conforme a tendência de concentração da produção de pesquisa científica no Brasil. E a região Centro-Oeste

registrando o total de 4 estudos. Na região norte do país não foi selecionada nenhuma publicação dentro dos critérios estabelecidos para esta revisão. Este dado nos demonstra que há uma acentuada discrepância na produção/veiculação das publicações sobre essa temática entre as distintas regiões do país. Portanto, não abrange a pluralidade e diversidade do território brasileiro em profundidade, visto que cada região apresenta características e especificidades distintas umas das outras.

Os 3 artigos encontrados e selecionados, foram publicados nos seguintes periódicos: 1) *Revista Laborare* – periódico do Instituto Trabalho Digno (ITD) localizado na cidade de Salvador -BA; 2) *Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade* – sendo um periódico do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (NEOS/FACE/UFMG); 3) *Revista CEAM* – é um periódico científico editado pelas Programas de Pós-Graduação do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília (UnB).

A seguir, na tabela 2 é possível visualizar as Instituições de Ensino Superior (IES) às quais as teses e dissertações estão vinculadas:

Tabela 2 - Quantidade de publicações por IES

| SIGLA DA IES | nº |
|--------------|----|
| USP          | 2  |
| UFPeI        | 3  |
| Unicamp      | 1  |
| UFRGS        | 1  |
| UFV          | 2  |
| UFRN         | 2  |
| UFSC         | 1  |
| UFC          | 1  |
| UFSM         | 2  |
| UFSCar       | 1  |
| UCPEL        | 1  |
| UFG          | 1  |
| UFG/Catalão  | 1  |
| UFPE         | 2  |
| UFU          | 1  |
| UFRRJ        | 1  |
| UFGD         | 1  |
| UFPB         | 1  |

Fonte: elaborado pela autora

Destacamos também os programas de pós-graduação aos quais as teses e dissertações são vinculadas, desta maneira conseguimos identificar as principais áreas do conhecimento e/ou cursos que estão produzindo pesquisas sobre o trabalho e os trabalhadores/trabalhadoras terceirizados que prestam o serviço de limpeza nas universidades públicas brasileiras.

Segue abaixo o quadro com os programas encontrados:

**TABELA 3 – Quantitativo de produções científicas por Programa de Pós-Graduação (PPG)**

| <b>PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO</b>                                                     | <b>Nº</b> |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Programa de Pós-Graduação em Administração                                           | 1         |
| Programa de Pós-Graduação em Ergonomia                                               | 1         |
| Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica                                      | 2         |
| Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais                                       | 1         |
| Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola                                       | 1         |
| Programa de Pós-Graduação em Fisioterapia                                            | 1         |
| Programa de Pós-Graduação em Psicologia                                              | 2         |
| Programa de Pós-Graduação em Sociologia                                              | 2         |
| Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política                                     | 1         |
| Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais                                        | 2         |
| Programa de Pós-Graduação em História                                                | 1         |
| Programa de Pós-Graduação em Geografia                                               | 1         |
| Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências da Saúde                             | 1         |
| Mestrado Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador                      | 1         |
| Programa de Pós- Graduação em Gestão de Organizações Públicas                        | 1         |
| Programa de Pós- Graduação em Gestão de Processos Institucionais                     | 1         |
| Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste           | 1         |
| Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior            | 1         |
| Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior | 1         |
| Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas e Segurança Social                  | 1         |

Fonte: elaborado pela autora.

Como observado na tabela acima, o tema da terceirização do trabalho nas universidades públicas apesar de não obter uma quantidade expressiva de produções selecionadas por nossa pesquisa, apresenta uma diversidade de áreas do conhecimento que enfrentaram tal temática. Este fato justifica o porquê que não optamos por definir uma área específica para realizarmos o levantamento das produções científicas, pois, nas buscas exploratórias observamos que havia uma pluralidade de áreas que discutiam o tema. Os programas de Gestão, Sociologia e Psicologia são os que apresentaram mais de um estudo sobre o tema.

Em contrapartida, identificamos que não houve trabalhos desenvolvidos por programas de Educação. Este é um dado que notamos desde o início do levantamento, visto que nas primeiras buscas exploratórias utilizando os descritores supracitados em diferentes bases de dados, indexadores, bem como em periódicos próprios da área de Educação, não conseguimos encontrar pesquisas que discutiam sobre essa relação e/ou ao menos pesquisas que fizessem algum tipo de aproximação à essa temática.

Sobre essa questão, Silva (2020) assiná-la que as pesquisas que tratam da relação entre trabalho e educação se concentram majoritariamente em análises que tem como foco as transformações da produção capitalista e os impactos na educação escolar, nas políticas educacionais e outros aspectos relativos à educação escolar.

Os desdobramentos do predomínio da educação escolar como principal tema dos estudos da relação trabalho e educação são assim identificados: (1) a identificação da formação dos trabalhadores como um problema predominantemente articulado ao conteúdo da cognição e da consciência, compreendendo assim que, no âmbito da educação, a questão central está na distribuição igualitária dos conhecimentos que, por causa da sociabilidade capitalista são apropriados de forma privada; (2) e, em decorrência da primeira, o entendimento da alienação do trabalhador é identificado com o processo de desqualificação, isto é, expropriação do saber operário por intermédio da divisão técnica do trabalho e da subordinação do trabalhador aos meios de produção automatizados (SILVA, 2020, p. 160).

Ainda segundo Silva (2020), essa tendência da área da educação em problematizar as relações e transformações do mundo produtivo se atendo apenas à esfera da educação formal/escolar, acaba gerando um déficit em estudos do campo educacional que investiguem os aspectos educativos/formativos intrínsecos ao próprio processo de produção. Isto posto, podemos inferir que há um déficit em estudos na área da Educação, que tomam como objeto/sujeito de investigação o trabalho e trabalhadores/trabalhadoras terceirizadas que

prestam serviços de conservação e limpeza nas universidades públicas.

Assim, desmonstrando mais uma vez a importância de enfrentar esse objeto a partir da relação entre trabalho e educação. Neste caso, se atentando aos processos formativos imbuídos na especificidade do trabalho terceirizado, subcontratado e precarizado do serviço de limpeza realizado no âmbito das universidades públicas brasileiras. Essa ausência de estudos sobre o tema na área da Educação revela um aspecto importante que foi citado por muitos autores/as dos estudos aqui selecionados, que é a questão da “invisibilidade” e/ou marginalização que esse tipo de trabalho coloca sobre os trabalhadores e trabalhadoras. Sendo assim, tal objeto de investigação ainda parece estar oculto aos olhos dos diversos pesquisadores e pesquisadoras que compõem a comunidade acadêmica. Posteriormente, desenvolveremos essa importante questão da marginalização dos trabalhadores e trabalhadoras mais precarizados.

No que tange às abordagens metodológicas das produções selecionadas, a maioria das pesquisas selecionadas foram de caráter qualitativo e qualitativas-quantitativas, ambas somando o mesmo quantitativo (12), já as pesquisas de caráter somente quantitativo foi um volume menos expressivo (3), conforme exposto na tabela 4.

**TABELA 4 – TIPOS DE PESQUISA**

| TIPO DE PESQUISA   | Nº        |
|--------------------|-----------|
| Qualitativa        | 12        |
| Quantitativa       | 3         |
| Quali-quantitativa | 12        |
| <b>TOTAL</b>       | <b>27</b> |

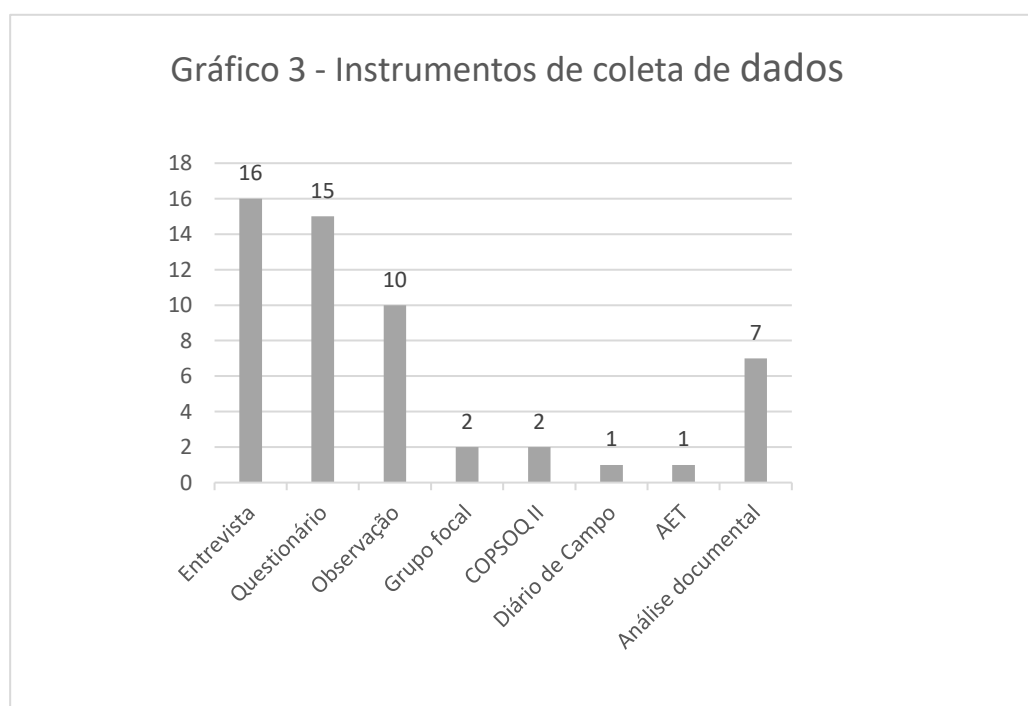
Fonte: elaborado pela autora

Dentre os estudos analisados, identificamos três pesquisas que se caracterizaram como investigação do tipo quantitativo. Sendo assim, podemos inferir que isto se deve ao fato dos critérios estabelecidos para a seleção e exclusão de trabalhos. E principalmente, pelo critérios temáticos escolhidos: “estudos que investigassem os trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas da limpeza em universidades públicas, e suas condições e relações de trabalho”, conforme citamos no início do capítulo.

Segundo Minayo (2009) a pesquisa de caráter qualitativo investiga os elementos do

universo da produção humana, que não podem ser simplesmente quantificados. Portanto, esse tipo de pesquisa toma como objeto de investigação um conjunto de questões presentes na realidade social, como os valores, motivos, atitudes, e crenças se aprofundando no mundo dos significados, para além da realidade aparente. Conforme a autora supracitada, “a diferença entre abordagem quantitativa e qualitativa da realidade social é de natureza e não de escala hierárquica” (MINAYO, 2009, p.22).

Portanto, podemos inferir que a predominância da abordagem qualitativa e/ou mista, sendo qualitativa-quantitativa se deu pela natureza da realidade investigada, na qual, as suas características mais determinantes precisam ser apreendidas não só em seus aspectos quantitativos, mas também e principalmente qualitativos.



Fonte: elaborado pela autora

Os instrumentos de coleta de dados mais utilizados nas pesquisas encontradas foram as entrevistas (16), seguida pelos questionários com (15) observações (10). A predominância destes instrumentos se mostram alinhados com a escolha da abordagem qualitativa, que apontaram quase uma unanimidade nos dados supracitados. Visto que, os estudos selecionados para esta revisão se constituem como pesquisas de campo, justifica-se a escolha prioritária das entrevistas como instrumento de coleta de dados. Pois, as entrevistas e os

questionários possibilitam a produção dos dados na interação direta com os sujeitos investigados. Deslandes (2009, p. 49) aponta que por meio desses instrumentos se obtém a apreensão das práticas e narrativas a partir da perspectiva dos próprios sujeitos, porém, “não é possível apreender fidedignamente” a sua prática real, apenas as interpretações do sujeitos que estão envolvidos na realidade investigada.

Levando em conta que os estudos selecionados nessa revisão tinham como objeto/sujeito de investigação o trabalho terceirizado e/ou trabalhadores e trabalhadoras terceirizados do serviço de limpeza em Universidades Públicas, após a leitura exploratória do material realizamos a identificação dos objetivos e dos recortes temáticos centrais presentes nos trabalhos. Deste modo, construímos um quadro temático levantando e classificando os principais objetivos e discussões desenvolvidos nos estudos encontrados em diferentes áreas do conhecimento, conforme demonstra o quadro 2.

QUADRO 2 - IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS CENTRAIS DOS ESTUDOS SELECIONADOS

| OBJETIVOS CENTRAIS                                                                                                  | DESCRIÇÃO                                                                                                                                                                                                                               |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Análise das condições, relações e processos de trabalho.                                                            | Estudos que investigaram o trabalho terceirizado no âmbito da universidade pública, as condições de realização do trabalho, gestão, processos de trabalho, relações socioprofissionais e a precarização do trabalho.                    |
| Análise da qualidade de vida no trabalho; fatores psicossociais e a saúde dos trabalhadores/as.                     | Estudos que investigaram a qualidade de vida no trabalho, percepção dos trabalhadores/as; motivação e comprometimento com o trabalho; questões relacionadas ao sofrimento e fatores psicossociais, relativos a saúde física e psíquica. |
| Análise do trabalho terceirizado de limpeza; invisibilidade/marginalização social; divisão sóciosexual do trabalho. | Estudos que investigaram a natureza do serviço de limpeza e a sua relação com as questões de gênero, <i>invisibilidade/marginalização social</i> e identidade dos trabalhadores e trabalhadoras.                                        |
| Análise de questões relativas à educação dos trabalhadores e/ou a formação política.                                | Estudos que investigaram questões relativas a formação e a organização política dos trabalhadores e trabalhadoras; educação popular.                                                                                                    |

Fonte: elaborado pela autora.

O quadro acima ilustra os principais objetivos e análises que os autores e autoras realizaram em suas pesquisas. É necessário destacar que a maioria dos estudos se encaixam em mais de um tipo das categorias supracitadas, por apresentarem recortes que tangenciaram diversos elementos que compõe o trabalho terceirizado da limpeza nas universidades públicas. A seguir faremos uma exposição descritiva das discussões apresentadas pelos autores (as), de acordo com as categorias destacadas no quadro 1.

A primeira categoria destacada, ***Análise das condições, relações e processos de trabalho***, atravessam todo o conjunto dos trabalhos encontrados, entretanto, alguns verticalizaram especificamente sobre a questão das condições e relações do trabalho terceirizado na universidades públicas, dentre eles destacamos: o estudo de Russo (2019) que teve como objetivo analisar a incidência da precarização nas relações de trabalho dos trabalhadores terceirizados da limpeza, vigilância e portaria da Universidade Federal de Grande Dourados. Este estudo focalizou o processo em que são constituídas as relações de trabalho entre os trabalhadores terceirizados, as prestadoras de serviço e a universidade.

Russo (2019) demonstra essa relação de precarização presente na prática da terceirização, através dos resultados obtidos nas entrevistas realizadas com os trabalhadores terceirizados, gestores da empresa e a administração da universidade, concluindo que a terceirização se materializa como um retrocesso para as relações trabalhistas. Esse estudo observa ainda que o processo de terceirização tende a ocultar a o caráter essencial da atividade de trabalho desses trabalhadores/as dentro da universidade por conta das suas condições de má remuneração, instabilidade e insegurança no trabalho.

Além da exclusão que esses trabalhadores e trabalhadoras sofrem no ambiente universitário, em uma das entrevistas destacadas na pesquisa de Russo (2019) o funcionário público responsável pela intermediação das empresas com a instituição, relata que o processo da terceirização foi inevitável por parte da universidade devido a implementação de políticas neoliberais no âmbito estatal e as demais transformações globais. As análises apontam ainda que essa nova relação de trabalho dentro da Universidade Pública é parte do seu desmonte e sucateamento.

Em sua pesquisa Andreta (2016) apresentou como objetivo analisar a relação entre terceirização e precarização do trabalho no setor de limpeza. A pesquisa foi realizada no contexto dos anos 2000 durante a vigência do governo do Partido dos Trabalhadores, visto que, segundo a autora, este foi um momento de ampliação dos trabalhos formais, que, porém,

ao mesmo tempo aumentou os postos de trabalho terceirizado em todo país. A pesquisa é de caráter quantitativo-qualitativo; primeiramente fora realizado um levantamento estatístico sobre a terceirização no Brasil e, especificamente, em Santa Maria- RS. Posteriormente, foram realizadas observações e entrevistas com as trabalhadoras terceirizadas do serviço de limpeza da cidade de Santa Maria, incluindo as trabalhadoras que prestam serviço na Universidade Federal de Santa Maria- RS.

Os resultados apresentaram que o trabalho terceirizado da limpeza se constitui enquanto um trabalho precário, marcado pela baixa remuneração, instabilidade, falta de proteção em relação à saúde e segurança no trabalho, diferenças negativas de tratamento e de condições de trabalho entre trabalhadores terceirizados e trabalhadores efetivos, invisibilidade social para os trabalhadores terceirizados. Apesar de todos os aspectos negativos, a autora aponta que o trabalho terceirizado se apresenta como uma via de mão de dupla para essas mulheres trabalhadoras. Pois, mesmo com as condições precárias desse tipo de trabalho, por ser um trabalho de carteira assinada já significava um grande avanço na vida dessas mulheres, visto que seus trabalhos anteriores eram trabalhos informais. Portanto a autora conclui que este tipo de trabalho é marcado por uma formalidade precária.

A tese de Figueredo (2019) teve como objetivo compreender o processo e as relações de trabalho e, ainda, as principais características do serviço de limpeza no Brasil. A pesquisa é de caráter quantitativo-qualitativo, em que foi realizadas observações sistemáticas e participantes, entrevistas, vivências e diálogos com os trabalhadores e trabalhadoras de duas empresas terceirizadas do serviço de limpeza da Unicamp. O autor aponta que os trabalhadores terceirizados da limpeza são expostos à condições que não são favoráveis ao cumprimento de suas funções previstas em contrato.

Figueiredo (2019) constata que esta é uma função que sofre uma superexploração da força de trabalho. É apontando também as grandes diferenças salariais em relação a gênero, raça e regiões do país e que os salários não são adequados para a reprodução da vida. Em seu locus de pesquisa, o autor apontou que a maioria dos trabalhadores terceirizados do serviço de limpeza eram mulheres e que estas recebiam menos que os homens. Nas falas dos trabalhadores e trabalhadoras, são expostas situações de assédio moral, preconceito e discriminação principalmente por parte dos supervisores da empresa.

França(2017) apresentou como objetivo a caracterização das relações socioprofissionais mantidas por trabalhadores terceirizados em uma universidade pública

federal. Nas entrevistas realizadas, os trabalhadores/as relataram que há diferenças entre os servidores e os terceirizados, apontando que há uma certa relação de superioridade dos servidores em relação aos trabalhadores terceirizados, indicando conflitos no cotidiano entre os trabalhadores – servidores e terceirizados. O uniforme usado pelos terceirizados foi indicado como um dos elementos que os diferenciam qualitativamente dos demais trabalhadores, enfatizando ainda mais a condição de inferioridade dos trabalhadores terceirizados em relação aos demais trabalhadores. Visto que não há a obrigatoriedade do uso de uniformes por parte dos servidores públicos na universidade.

Ainda na pesquisa de França (2017) os trabalhadores apresentaram algumas questões a serem melhoradas em suas condições de trabalho como o reconhecimento de seu serviço por pelo conjunto da comunidade universitária – pelos demais servidores e também pelos estudantes -, uma melhor distribuição das tarefas a serem realizadas, o aumento do quantitativo de trabalhadores/as para a realização dos serviços. Bem como, a necessidade de espaços destinados aos terceirizados para momentos de intervalos e também para guardarem os seus pertences. O autor afirma que vários relatos tiveram um tom de denúncia e reivindicação por parte dos trabalhadores, que de certa forma compreenderam a pesquisa como uma forma de serem vistos e ouvidos.

Em seu estudo Almeida (2018) investigou o uso do instrumento da terceirização e os seus impactos, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. O autor propôs questionários aos gestores da instituição e aos trabalhadores terceirizados do serviço de limpeza. Um primeiro aspecto apontado pelo autor foi a constatação de que no setor de conservação e limpeza, 72,73% são de trabalhadoras do sexo feminino. Nas entrevistas as trabalhadoras/es afirmaram que recebem auxílios de transporte, alimentação e saúde. E que o próprio IFPB disponibiliza tanto aos servidores efetivos, quanto aos terceirizados, um setor de atendimento médico e odontológico. Bem como, disponibiliza copa e cozinha para as trabalhadoras/es realizarem as suas refeições e terem seus momentos de descanso.

Em relação as atividades de trabalho, as trabalhadoras relataram a inexistência de uniformes, instrumentos de trabalho e equipamentos de proteção individual, e apresentaram também dificuldades de relacionamento com os demais funcionários da instituição. O autor apontou a terceirização como uma condição precária de trabalho, por esta se constituir como um vínculo frágil de emprego. E destacou como a principal motivação e satisfação das trabalhadoras com o seu trabalho, era o simples fato de terem um emprego, visto que

atualmente o nível de desemprego no país está elevado e os trabalhadores entrevistados possuem baixa qualificação e ainda serem determinantes no orçamento familiar.

A pesquisa de Becker (2021) teve como objetivo geral analisar como se vem constituindo as relações de trabalho dos profissionais terceirizados da Universidade Federal de Santa Maria. Foi realizada entrevistas com 11 profissionais terceirizados (2 da vigilância; 2 da portaria; 2 motoristas; 4 serviço de limpeza e 1 do serviço de apoio) e ainda 5 gestores da universidade e da empresa prestadora de serviços. Os resultados da pesquisa demonstraram que a terceirização se constitui como um fenômeno que precariza o trabalho dos trabalhadores submetidos à essa condição de emprego. Principalmente por meio da baixa remuneração, inseguranças, sobrecarga de trabalho, pulverização dos sindicatos, relação precária entre os terceirizados e a empresa prestadora de serviço. Ademais, a pesquisa apontou a tendência a coisificação humana através do trabalho terceirizado, por meio das suas relações e condições precárias e precarizantes, além das condições de insegurança no contexto pandêmico.

Nos relatos realizados pelos gestores da universidade, estes apontam que a ampliação da terceirização tem sido algo cada vez mais inevitável por conta das próprias políticas de Estado, forçando o corte e contingenciamento de gastos por parte das universidades públicas. Sendo assim, a tendência é a de que a terceirização se amplie ainda mais dentro das universidades. Fato este que é relatado com receio por parte dos gestores da universidade, já que com o andamento da regulamentação da terceirização atingindo até as atividades-fim, isso poderia comprometer ainda mais a contratação de servidores efetivos, ampliando a quantidade de trabalhadores terceirizados em outras áreas da universidade, como: gestão, ensino, pesquisa.

Já os relatos dos gestores da empresa prestadora de serviço, apontam a terceirização como uma ferramenta de gestão que aumenta oferta de emprego, melhora a economia, a qualidade do serviço e todos os outros argumentos que advogam em favor da terceirização, sem relatar nenhum problema como esse tipo de trabalho. Nas falas dos trabalhadores terceirizados eles conseguem reconhecer esse avanço da terceirização, pois relataram que anteriormente os cargos que por eles são ocupados, eram parte do quadro de servidores da universidade e agora já são todos contratados por empresa interposta. Alguns relatos dos trabalhadores terceirizados, apontaram que a terceirização facilita a oferta de empregos, ressaltando que estava cada vez mais difícil encontrar oportunidades de trabalho. De acordo

com a análise de Becker (2021) o trabalho precário é o que acaba restando à esses trabalhadores.

Na segunda categoria, *Análise da qualidade de vida no trabalho; fatores psicossociais e a saúde dos trabalhadores/as*, destacamos os seguintes estudos: Diógenes (2013) investigou os fatores de motivação e comprometimento organizacional dos funcionários terceirizados da limpeza na Universidade Federal do Ceará. A autora afirmou que é de interesse dos gestores saberem os fatores de motivação e comprometimento dos trabalhadores terceirizados, para conseguirem organizar de maneira mais produtiva os interesses da empresa prestadora de serviços, dos trabalhadores terceirizados e dos servidores da instituição pública.

A autora apontou que a análise da terceirização em sua pesquisa estava voltada aos interesses organizacionais e produtivos do trabalho terceirizado. Segundo os dados apresentados, foi identificado que o maior fator motivacional do trabalhadores terceirizados é o de estarem de alguma forma inseridos no mercado de trabalho, e assim possuírem condições de sobreviverem. Portanto, é o fator da interdependência econômica que norteia o comportamento dos trabalhadores, por conta da percepção da necessidade de se manter no emprego. Dentre os fatores de insatisfação elencados pelos trabalhadores estão: a necessidade em bater o ponto 4 vezes ao dia, em um local que é bastante afastado dos lugares em que realizam as suas tarefas; o percurso longo entre o local em que ficam guardados os materiais de limpeza e o local de realização do trabalho, bem como a falta de um carrinho para realizarem o deslocamento.

Ainda apresentaram a falta de qualidade dos materiais de limpeza que utilizam para realizar o serviço, o que acaba prejudicando o trabalho; reclamaram sobre a qualidade do uniforme que é bastante quente e que cada trabalhador recebem a quantidade de 1 uniforme; se queixaram da falta de um direcionamento objetivo sobre as funções que devem cumprir, apontando que há orientações distintas entre os servidores da universidade e os supervisores da prestadora de serviço. Ademais, os trabalhadores terceirizados relataram sofrem preconceitos cotidianamente por parte de estudantes e servidores da universidade, principalmente por conta da natureza da atividade exercida: a limpeza.

Em seu estudo Oliveira (2018) buscou analisar a vida das trabalhadoras terceirizadas do serviço de limpeza da Universidade Federal de Viçosa, as relações entre o trabalho, a família e a saúde das trabalhadoras. Os relatos das entrevistas no que tange a percepção da

família em relação a atividade exercida, a maioria apresentava satisfação, principalmente por conta da necessidade de possuir um emprego para ajudar na renda familiar, bem como pela dificuldade em encontrar emprego.

As mulheres relataram satisfação com o seu trabalho, mas se pudessem trocariam de ocupação e apontaram como um fator de impedimento para esta troca a falta de escolarização. Elas também evidenciaram que reconheciam a importância do trabalho, mas queriam que as outras pessoas também pudessem reconhecer, apontando que sofrem preconceitos por conta da atividade que exercem. Ainda indicaram a sobrecarga de trabalho como um fator prejudicial à saúde, por conta de dores e/ou doenças resultantes da atividade laboral.

Mandarini (2018), apresentou como objetivo a identificação dos fatores de riscos psicosociais que podem interferir na saúde e no estresse dos trabalhadores terceirizados da limpeza em uma universidade pública. A partir das entrevistas, as trabalhadoras relataram a sobrecarga de trabalho devido ao número insuficiente de pessoas, sendo essa situação causadora de conflitos entre as próprias trabalhadoras. Relataram também que os seus supervisores cobram um ritmo acelerado de trabalho e constante, de modo que tem que se manterem atentas a qualquer sujeira que apareça.

Os depoimentos das trabalhadoras apontam ainda que estudantes e demais professores/servidores não colaboram com a conservação da limpeza dos espaços. As trabalhadoras também apontaram que ficam satisfeitas em terem esse emprego, mas que o salário não condiz com todas as atividades que elas exercem, indicando que há uma significativa diferença entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Ainda apresentaram a constante atenção que elas precisa manter ao realizem a limpeza e espaços mais específicos da universidade, como laboratórios e outras salas “especiais”, para não danificarem nenhum patrimônio. Enfim, sendo essas questões causadoras de situações de estresse e desgaste físico e emocional.

Soares (2019) teve como objetivo analisar os aspectos centrais da Qualidade de Vida no Trabalho dos trabalhadores terceirizados de uma instituição pública de ensino superior. Através dos relatos dos trabalhadores e trabalhadoras foi possível identificar a falta de reconhecimento do trabalho, o sentimento de inferioridade em relação aos demais servidores não terceirizados, e ainda relações de conflito e solidariedade entre os próprios trabalhadores. A partir dos dados coletados pela autora, a terceirização do trabalho aparece mais uma vez

como um fator de precarização das condições e relações de trabalho, interferindo de forma negativa na qualidade de vida no trabalho.

Pereira (2013) buscou verificar fatores críticos de Qualidade de Vida no Trabalho através da percepção dos terceirizados da limpeza da Universidade Federal de Pernambuco, para construir insights que subsidiem uma gestão pública bottom up<sup>13</sup>. Os relatos dos trabalhadores apresentaram que estes não receberam nenhum tipo de treinamento para realizarem o trabalho, a empresa prestadora do serviço não possui nenhuma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, fato este que foi relatado como um incômodo pelos terceirizados, pois estes fazem o uso de produtos químicos e em ambientes com um certo risco (como os laboratórios de química e outros), assim, colocando em risco os trabalhadores.

Ainda na pesquisa de Pereira (2013) também foi relatado que o refeitório destinado aos terceirizados era de tamanho insuficiente para comportar todos os trabalhadores no período de almoço, e que ainda não possuem um espaço destinado para o momento de descanso. Os trabalhadores apontaram que há diversos conflitos entre eles faltando cooperação entre os próprios trabalhadores e que não há nenhum responsável da empresa que auxilie na resolução dessas questões, que acabam sendo resolvidas pelos próprios servidores da universidade. Ademais, apresentaram a necessidade de a empresa ofertar auxílio creche, por conta de uma parte expressiva possuírem filhos pequenos, e solicitaram apoio psicológico e plano de saúde. Basicamente, estes foram os resultados apresentados pela autora como os fatores críticos que poderiam influenciar negativamente na Qualidade de Vida no Trabalho e consequentemente no processo produtivo da empresa/prestação de serviço.

Já o estudo de Gonçalves (2019) apresentou como o objetivo secundário de sua tese descrever o perfil sociodemográfico, ocupacional e de saúde das trabalhadoras terceirizadas da limpeza em uma instituição de ensino superior. Esse estudo se concentra na área da fisioterapia, a autora utilizou de questionários, coletando dados clínicos e sociodemográficos, estabelecendo a relação destes dados com a atividade ocupacional das trabalhadoras.

A amostra do estudo foi composta por mulheres (100%), com faixa etária predominante acima de 50 anos (44%). Essas mulheres, em sua maioria, não possuem vida conjugal (64%), 93% têm filhos sendo que a maioria possui três ou mais filhos (59%). Quanto ao nível educacional, 58% completaram até o ensino fundamental. A maioria das entrevistadas trabalhava na empresa

---

<sup>13</sup> Este é um termo da área de gestão pública, que consiste em uma abordagem metodológica de gestão pública que busca realizar suas ações “de baixo para cima”, se colocando como um modo de gestão horizontalizado, democrático e participativo (PEREIRA, 2013).

há menos de 12 meses (87%), com carga horária semanal de 45 horas (9 horas/dia) nos 5 dias da semana (segunda à sexta-feira). Em relação ao estilo de vida, 20% relataram consumo de tabaco e 20% de álcool, 66% relataram algum problema de saúde, 46% passaram por tratamento médico nos últimos três meses e 63% fez uso de medicamento nas últimas duas semanas. O problema de saúde mais relatado foi a hipertensão arterial sistêmica (23%) (GONÇALVES, 2019, p. 93-94).

As trabalhadoras relataram hipertensão arterial sistêmica, sintomas osteomusculares nos membros inferiores. Em relação aos aspectos psicossociais os riscos para a saúde mais indicados foram burnout, estresse. Nos resultados da pesquisa a autora aponta que os dados relacionados à saúde física e psicológica, bem como os dados sociodemográficos e ocupacionais apresentados são compatíveis com resultados de pesquisas de outros autores com trabalhadores terceirizados da limpeza.

Na pesquisa de Caldas (2019) a autora analisou a coerência entre a descrição dos cargos de faxineiro e capineiro presentes na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e as reais condições de desenvolvimento destes trabalhos realizados por trabalhadores terceirizados atuantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG. Por meio de observações do trabalho e entrevistas com os trabalhadores, a autora também analisou a percepção dos terceirizados no seu local de trabalho. Os resultados da pesquisa apontaram que na instituição investigada os postos de faxina são ocupados em sua maioria por mulheres sendo 87% das entrevistadas/os e os homens apenas 17%, os dados também revelaram que as trabalhadoras mulheres possuíam grau de escolaridade menos elevada que os dos trabalhadores homens.

No que tange a percepção dos trabalhadores e trabalhadoras entrevistados, a autora apresentou em sua análise, que estes reconhecem sua função como importante no processo educativo dos alunos da instituição, e se sentem pertencentes à instituição e demonstraram que têm uma boa interação com os estudantes cotidianamente. Entretanto, os entrevistados apontaram a consciência a respeito das condições de trabalho entre eles (terceirizados) e os servidores, em relação ao modo de contratação, direitos e outros. Em relação ao objetivo principal em avaliar a descrição das ocupações e a sua real efetivação na instituição pesquisada, a autora constatou que os dois cargos investigados – faxineiro e capineiro – é atendido de maneira parcial; visto que para se cumprir adequadamente o que é solicitado pela CBO uma das questões a se atualizar seria o aumento no quantitativo de trabalhadores nessas funções.

Ainda nessa mesma categoria, temos a pesquisa realizada por Silva (2020) que teve como objetivo compreender o trabalho dos terceirizados (manutenção predial, limpeza, restaurante universitário, portaria, zeladoria e serviços gerais) da Universidade Federal de São Paulo - campus da Baixada Santista, focalizando o processo e a organização do trabalho, suas relações e a percepção destes trabalhadores sobre o seu cotidiano laboral. A autora buscou ainda verificar como as condições de trabalho interferem na saúde desses trabalhadores/as. Os dados coletados pela autora apresentaram os seguintes resultados: enquanto no cargo de vigia prevaleciam os trabalhadores do sexo masculino, no âmbito do serviço de limpeza a função era exercida predominantemente por mulheres. Além de que se comparado aos outros cargos terceirizados, as trabalhadoras e trabalhadores do serviço de limpeza eram os que possuíam menor grau de escolaridade, bem como marcado por baixos salários, na faixa de 1000 a 1.500 reais, que por vezes sofre atrasos no pagamento.

Outro elemento destacado pelos terceirizados do serviço de limpeza é a insatisfação com o volume de trabalho para o quantitativo reduzido de pessoal, o que acaba gerando uma sobrecarga de trabalho que precisa ser realizado em um curto espaço de tempo e por menos pessoas, assim aumentando desgaste físico e psicológico, sendo um importante fator que precariza a saúde desses trabalhadores. O campus universitário que os trabalhadores atuam é onde situam os cursos da área da saúde, a autora buscou investigar se havia algum impacto do campo acadêmico na vida desses trabalhadores, já que estes faziam parte da universidade. Segundo a autora os discursos apresentados nas entrevistas demonstram que os trabalhadores terceirizados estão alheios ao que se refere as questões acadêmicas, fazendo parte daquele lugar apenas no cumprimento de suas funções laborais; mas expressaram interesse e curiosidade, relatando que em raros momentos tentam ouvir aulas, exposições e aprender um pouco mais.

No que tange as relações e condições de trabalho, os terceirizados alegaram que entre eles há uma relação amistosa e de cooperação, os pontos de conflito é relacionado aos supervisores e outros funcionários da empresa prestadora de serviço que possuem “melhores” cargos. Também relataram que às vezes sofrem certos tipos de constrangimentos por parte dos servidores da universidade, ao deixarem de cumprimentarem os trabalhadores terceirizados ou os tratarem com uma certa arrogância, o que segundo as falas dos trabalhadores acaba resultando em um certo sentimento de inferioridade e exclusão. Outra questão apresentada foi a alta rotatividade das empresas prestadoras de serviço, que por vezes causa uma grande

rotação nos postos dos terceirizados, assim causando uma certa apreensão nos trabalhadores por medo de perderem o emprego. Essas e outras questões levantadas na pesquisa de Silva (2020) é apontada pela autora como elementos decorrentes do trabalho terceirizado que precarizam substancialmente a vida e a saúde desses trabalhadores.

O estudo realizado por Castro (2016) investigou o absenteísmo laboral dos trabalhadores do serviço de limpeza relacionado ao uso dos equipamentos de limpeza, que atuam na UFPE. Para a coleta dos dados o autor tomou como procedimento metodológico a Análise Ergonômica do Trabalho - AET, análise de documentos, observação do trabalho e aplicação de questionários de Índice de Capacidade para o Trabalho – ICT e questionários sociodemográficos. O autor apresentou que na universidade em que realizou a pesquisa há serventes de limpeza terceirizados, bem como serventes que são do próprio quadro da universidade. Os resultados apresentaram que a maioria dos serventes de limpeza são de trabalhadoras do sexo feminino, sendo 134 trabalhadoras, e 93 trabalhadores do sexo masculino. Em relação a escolaridade, a maioria relatou ter ensino fundamental incompleto 34,3%. No que tange a autodeclaração étnico racial, a maioria se autodeclarou pardo 59%, e 29% se autodeclararam preto.

Sobre as condições e relações de trabalho 89,9% relataram que receberam treinamento para usar os equipamentos, bem como recebem orientações do chefe para utilizar os equipamentos como o mop<sup>14</sup> e a enceradeira industrial. Estes também apontaram que se sentem seguros no uso e manuseio dos equipamentos durante o trabalho. O autor observa que os trabalhadores atuam na UFPE em média a 8,7 anos, e 67,9% possuem medo de que o contrato da empresa da qual são vinculados seja encerrado com a universidade. Em relação a saúde dos trabalhadores, estes relataram dores corporais que são decorrentes do esforço físico, repetitivo e de longa duração diária, decorrentes das atividades do trabalho de limpeza.

No índice de capacidade para o trabalho 29,5 % apresentaram que estão com capacidade ótima para o trabalho e 68, 1% dos trabalhadores com capacidade boa/moderada. Dentre o conjunto das doenças mais citadas como resultantes das ausências no trabalho foram apresentadas doenças osteomusculares, infecciosas, parasitárias e do tecido conjuntivo, basicamente Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho – DORT. O autor ainda aponta que essas formas de trabalho flexíveis como é o caso da terceirização, o adoecimento

---

<sup>14</sup> MOP é um instrumento de limpeza semelhante ao rodo e/ou vassoura.

ocupacional tem sido um importante causador de sofrimento nos trabalhadores, sendo uma verdadeira epidemia na saúde pública.

Martins (2020) apresenta uma pesquisa de caráter quantitativa, em que procurou identificar a saúde e a segurança ocupacional, além da percepção de riscos de adoecimento físico resultantes do serviço de limpeza terceirizado. Os resultados apresentaram que 92% são do sexo feminino, com idades na faixa dos 40 anos e baixa escolaridade. A média salarial é de R\$1.058 reais e o tempo médio em que trabalham na empresa prestadora de serviço é de 9 anos. O autor verificou uma correlação positiva entre os fatores investigados de saúde e segurança ocupacional, afetando negativamente os trabalhadores.

Apontando a incidência de danos físicos nos trabalhadores, decorrentes dos anos de trabalho intenso e repetitivo, sem horário de descanso adequado nos intervalos concedidos. O quadro acima exposto resultava em doenças ocupacionais osteomusculares, distúrbios e dores somáticas. Em síntese, os resultados da pesquisa apresentam a terceirização do trabalho como um importante fator de sofrimento e adoecimento dos trabalhadores, devido às condições precarizadas de trabalho.

Carvalho (2020) apresentou como analisar como o trabalho terceirizado realizado no âmbito do serviço público impacta no bem-estar no trabalho, a partir da percepção dos próprios trabalhadores. A pesquisa é de caráter quantitativo, e o autor utilizou como instrumento de coleta de dados questionários estruturados, tendo como lócus de pesquisa a Universidade Federal de Viçosa – UFV. Os resultados apontaram que o perfil do trabalhador terceirizado da UFV, eram majoritariamente mulheres, negras, com baixa escolaridade, casadas e com filhos. A respeito da percepção dos trabalhadores e trabalhadoras, apesar dos níveis de adoecimento se mostrarem elevados na pesquisa, a maioria dos trabalhadores não relacionaram essa questão com o trabalho precário. Os trabalhadores e trabalhadoras alegaram falta de tempo suficiente para a realização das tarefas, e apresentaram sintomas de esgotamento.

O autor apontou diferentes percepções entre os trabalhadores que eram naturais de Viçosa e os trabalhadores migrantes, os trabalhadores migrantes expuseram que as condições do atual trabalho são melhores que os empregos anteriores. Apresentou que há diferentes percepções entre os trabalhadores homens e mulheres, que por conta da divisão sexual do trabalho acabam sendo afetados de maneiras diferentes por esse tipo de trabalho. Pois, o

serviço de limpeza é entendido como “trabalho feminino”, marcado por baixa remuneração e desvalorização do trabalho

Já na terceira categoria, ***Análise do trabalho terceirizado de limpeza; invisibilidade/marginalidade social; divisão sóciosexual do trabalho***, temos o estudo de Campoli (2019) que buscou compreender a forma como a terceirização afetava o trabalho e a vida das mulheres trabalhadoras da limpeza da Unicamp. Nas entrevistas com as trabalhadoras, a autora identificou nas falas que mesmo antes da terceirização, as condições do trabalho de limpeza na Unicamp já eram demasiadamente precárias, por conta do quantitativo de trabalhadoras serem muito menor do que o necessário para a realização do grande volume de serviço. Assim, autora apontou que ao adotarem a forma de contratação via terceirização, o que ocorreu foi o aprofundamento das condições e relações que trabalho que já eram precárias. Ou seja, a precarização do precário.

Esse tipo de trabalho, que se constitui essencialmente pelo uso da força física e habilidades manuais, ao ser realizado excessivamente resulta em um maior desgaste físico dessas trabalhadoras e, conseqüentemente gerando problemas de saúde (físicos e psicológicos) devido à essas condições laborais degradantes. Entretanto, a autora ainda apresenta que há diferenças fundamentais de quando a contratação de trabalho era realizado via concurso público, para quando passou a ser terceirizado, principalmente na questão salarial, benefícios e direitos. A autora aponta que na universidade em que realizou a sua pesquisa, há ambas formas de inserção na mesma função de trabalho, o que acaba resultando em conflitos entre as trabalhadoras da limpeza, por conta das diferenças de condições de trabalho entre as servidoras estatutárias e as terceirizadas.

O artigo de Martins et al (2020) teve como objetivo analisar de que modo se constitui a invisibilidade dos trabalhadores do serviço de limpeza em uma universidade pública. Os autores do artigo, apontaram a divisão social do trabalho como um fator importante para a invisibilidade dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço de limpeza, justamente por conta da natureza desse tipo de trabalho. No entanto, apesar de os autores não terem feito um recorte de gênero em sua investigação, só encontraram mulheres como trabalhadoras terceirizadas no serviço de limpeza na universidade.

A partir da investigação os autores identificaram que as trabalhadoras se sentem excluídas da comunidade universitária, relataram incômodos em relação ao tratamento que recebem dos outros indivíduos que compõe a universidade. Apresentaram que o uniforme se

constitui como um elemento que as invisibilizam, no sentido de ser um marcador que as diferencia das demais pessoas negativamente. E se queixaram sobre o excesso de sujeira nos espaços devido à falta de cuidado e preocupação das outras pessoas em relação a isso, o que gera uma sobrecarga de trabalho sobre essas mulheres. Sendo este tipo trabalho marcado pela condição de subalternidade, invisibilidade e desvalorização.

Araújo (2017) teve como objetivo compreender as condições em que ocorre a territorialização da terceirização em Catalão (GO) e as relações de gênero investigando as trabalhadoras da Universidade Federal de Goiás- Regional Catalão. Em seu estudo, a autora constata que o serviço de limpeza terceirizado é realizado principalmente por mulheres, sendo esse um resquício do trabalho doméstico que é historicamente realizado por mulheres, invisibilizado e desvalorizado. Nessa pesquisa, as entrevistadas relataram a dupla ou tripla jornada de trabalho, pois realizavam a limpeza da universidade, bem como a limpeza de suas casas e ainda o cuidado dos filhos e família de um modo geral.

Ainda nessa pesquisa, foi relatada a falta de equipamentos necessários para a realização do trabalho, a necessidade de exames periódicos para cuidado e prevenção para as trabalhadoras, e também relataram a falta de um espaço de descanso para essas funcionária. A autora também apontou a necessidade de uma comissão para evitar situações de constrangimentos e humilhação com as trabalhadoras da limpeza. Em seus relatos, as trabalhadoras expuseram a necessidade de seu trabalho tanto para o complemento ou o sustento da família e também pela necessidade de serem independentes financeiramente.

Na pesquisa de Severo (2019) a autora apresentou como temática dois eixos centrais: gênero e relações de trabalho. O objetivo principal foi analisar o trabalho feminino terceirizado do serviço de conservação e limpeza da Universidade Federal de Pelotas, bem como, compreender como essas trabalhadoras se percebem no seu espaço de atuação laboral e como esse trabalho constitui a identidade social dessas trabalhadoras. A autora aponta a terceirização como uma ferramenta de precarização do trabalho, e ainda que esse tipo de trabalho terceirizado e especificamente do serviço de limpeza é realizado predominantemente por mulheres. Assim, a pesquisa apresentou a discussão de feminização e precarização do trabalho. Para a coleta dos dados foram realizadas observações do trabalho das terceirizadas do serviço de limpeza e entrevistas.

Atráves dos relatos das entrevistas as trabalhadoras apresentaram que consideram importante a função que desempenham na universidade e relatam acreditar na valorização do

seu trabalho na instituição, principalmente pelos seus pares. Mas, em relação a empresa para qual trabalham, às trabalhadoras demonstraram uma certa frustração por conta da falta de compromisso da empresa com as trabalhadoras, devido à atrasos no pagamento e a falta de cumprimento em outras obrigações trabalhistas. Abordou o fato de que aquelas relações de trabalho geram um sentimento de medo e insegurança nas trabalhadoras. Ao mesmo tempo, a empresa aumentava a cobrança de desempenho e intensificava o controle e ritmo do trabalho. Além dos baixos salários apontados pelas trabalhadoras, que eram menores que o valor do salário mínimo.

A pesquisa de Silva (2021) teve como objetivo principal o estudo das mulheres trabalhadoras terceirizadas do setor de limpeza da Universidade Federal de Pelotas. A autora faz a discussão sobre a terceirização, perpassando pela divisão sexual do trabalho, raça, classe, gênero e a precarização do trabalho feminino. Para a coleta de dados a autora usou diário de campo e entrevistas seguindo a metodologia da história oral temática e de vida, buscando compreender não só as atividades laborais dessas mulheres trabalhadoras, mas também suas vivências além do trabalho. Os resultados desta pesquisa vão ao encontro com outras pesquisas supracitadas em nossa revisão, em que o trabalho de limpeza terceirizado é predominantemente realizado por mulheres, casadas, mães, com faixa etária em sua maioria acima dos 40 anos de idade, com baixa escolaridade, e ainda como esse tipo de trabalho (terceirizado e do serviço de limpeza) é marcado uma “invisibilização” das trabalhadoras.

As trabalhadoras não apresentaram queixas sobre o cumprimento das obrigações da empresa prestadora de serviços, relataram que no pagamento dos salários não ocorre atrasos, que a empresa oferece os materiais e que não desrespeita os direitos trabalhistas. Diferente da empresa que antecedeu aquela presente no momento da pesquisa, que havia atrasado salários e até ficou sem pagar alguns funcionários, que acabaram entrando na justiça contra a empresa e realizaram manifestações e paralizações dentro da universidade. A rotina do trabalho é intensa, marcada por atividades repetitivas, cada trabalhadora atua nos mesmos ambientes todos os dias, realizando as mesmas tarefas. Entretanto, também relataram que há uma certa rotatividade das trabalhadoras, assim elas podem ser remanejadas de local de trabalho dentro da universidade. As trabalhadoras também apontaram que houve uma diminuição no quantitativo de pessoas e se manteve a quantidade de trabalho a ser executado, dessa forma aumentando a demanda de tarefas das trabalhadoras.

No que tange as relações de trabalho, as entrevistadas apresentaram que possuem bom relacionamento amistoso entre elas. Mas relataram problemas quantos aos supervisores, apontando que por vezes esses superiores diretos acabam cometendo assédio moral, ocasionando situações de exposição, humilhação e constrangimento dessas trabalhadoras. Quanto aos professores, estudantes e demais servidores da universidade, em geral elas relataram que não há problemas, porém, em algumas situações ou outras se depararam com algumas situações em que estes foram ásperos e/ou arrogante com elas.

Por fim, a autora apresentou que na universidade pesquisada ocorre um Projeto de Extensão de Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores Terceirizados (PELEJA/UFPel) que através de ações educativas/formativas preparam as trabalhadoras terceirizadas da limpeza para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA). E ainda abrange diversos outros temas de interesses mais gerais como saúde, trabalho, educação, direitos do trabalhador, entre outros temas voltados para a educação popular.

Souza (2011) apresenta como objetivo central analisar o trabalho de servente de limpeza e a identidade das trabalhadoras e trabalhadores em três instituições de ensino superior, sendo duas públicas e uma confessional. No que tange a constituição das identidades das trabalhadoras, o aspecto principal é a questão do gênero, apresentando o estigma do gênero feminino ser atribuído ao trabalho doméstico/limpeza, pois mais uma vez as mulheres se mostraram predominantes nesse tipo de trabalho – terceirizado e do serviço de limpeza. E ainda, pelas entrevistas da trabalhadoras a autora identificou que antes mesmo de serem vinculadas à empresa e exercerem a função de serventes de limpeza, essas mulheres já exerciam a atividade de limpeza em trabalhos domésticos não formalizados.

Sobre essa questão, as trabalhadoras relataram que nesses trabalhos domésticos informais, elas se sentiam mais valorizadas e reconhecidas, do que no trabalho realizado na universidade. Pois, as patroas expressavam o reconhecimento pelo trabalho realizado, fato este que não acontece na universidade, já que no âmbito acadêmico essas trabalhadoras se sentem invisibilizadas/desvalorizadas.

O artigo de Campos de Almeida (2018) aborda uma perspectiva interseccional entre gênero, classe e raça. Teve como objetivo analisar a presença majoritária de mulheres negras e pobres que atuam no serviço terceirizado. A autora realizou um estudo de caso na Universidade de Brasília - UnB, desenvolvendo a pesquisa em quatro etapas: a) observação in

loco; b) aplicação de 130 questionários ao conjunto de trabalhadores/as, definido por amostragem estatística simples; c) entrevista individual; d) grupo focal. Os dados foram coletados nos anos de 2011 a 2013, os resultados apresentaram que a maioria dos trabalhadores terceirizados da UnB eram mulheres (62,45%), negras (pretas e pardas, total de 61%). Ao serem questionadas sobre discriminação no local de trabalho devido a função de limpeza e conservação 69,8% responderam que sim.

Algumas trabalhadoras relataram a falta de fornecimento adequado de materiais de limpeza por parte da empresa prestadora de serviço, o que acaba demandando mais esforço físico das trabalhadoras. As trabalhadoras também se queixaram da quantidade de horas que passavam em pé, o que desencadeava diversas outras dores corporais. Em relação a escolaridade 27% havia concluído o ensino médio, 22% possuía ensino médio incompleto, e 24% com ensino fundamental incompleto. Os resultados da pesquisa mostraram que o precário trabalho terceirizado da limpeza é realizado predominantemente por mulheres, negras, pobres, com baixa escolarização. Assim, a autora ressaltou a importância da interseccionalidade para a realização da pesquisa, pois gênero, raça e classe se mostraram como marcadores fundamentais nessa atividade laboral que é socialmente invisibilizada e desvalorizada.

Brahm (2021) em sua tese buscou compreender o impacto da precarização laboral das trabalhadoras terceirizadas do serviço de limpeza em instituições federais de ensino superior no Rio Grande do Sul. A pesquisa é de caráter misto (quantitativa-qualitativa), em que foram utilizados como instrumentos de coleta de dados um questionário online e o roteiro de entrevista semiestruturada. Os resultados obtidos apresentam práticas sistemáticas de assédio, sofrimento psíquico, instabilidade gerada pelo trabalho precário. E ainda, os marcadores sociais como gênero, raça e classe demonstraram que as trabalhadoras que participaram da pesquisa são mulheres, mais velhas, com baixa escolaridade e que se declararam não-brancas.

A autora ainda a pontou a emergência de duas condições: insalubridade x invisibilidade. A insalubridade é destacada como um mecanismo estatal, ao reduzir sistematicamente o pagamento por insalubridade, que a priori seria um direito dessas trabalhadoras, de modo redução do adicional de insalubridade, impacta negativamente no trabalho e na vida dessas mulheres. Já a invisibilização, é apontada pela autora como um processo relacionado a discriminação e reificação sofrida por esse tipo de atividade laboral (serviço de limpeza e terceirização), ademais, a autora destaca a pulverização dos sindicatos

como algo que fragiliza e deixa ainda mais desamparada as trabalhadoras. Por fim, Brahm (2021) aponta que o capital se apropria do trabalho feminino como mão-de-obra precária, como forma de aumentar a lucratividade das empresas e também do Estado.

Já na quarta categoria destacada a ***Análise de questões relativas à educação dos trabalhadores e/ou a formação política***, temos a pesquisa de Silva (2018), que teve como objetivo verificar como as relações de trabalho terceirizado podem influenciar nas futuras escolhas profissionais, investigando os trabalhadores e trabalhadoras do serviço de limpeza na Universidade Federal de Santa Catarina. No que tange ao perfil dos trabalhadores entrevistados, todos já trabalhavam antes de ter completado a idade de 18 anos, demonstrando que desde muito cedo o tempo dessas pessoas já eram precocemente divididos entre os estudos e o trabalho. No momento em que as entrevistas foram realizadas nenhum dos trabalhadores/as entrevistados estava estudando. Entretanto, quando questionados sobre mudanças de trabalho no futuro, eles associaram a busca por melhores empregos ao prosseguimento dos estudos – ensino técnico ou superior, estabelecendo uma relação entre qualificação e melhores condições de trabalho.

A autora ainda apresenta que apesar da terceirização constituir como uma ferramenta dos modelos de trabalho flexível, na prática efetiva da atividade de trabalho investigada, ela identificou que ainda existem diversos elementos, como por exemplo o controle de tempo do trabalho, que nos remete as características dos trabalho taylorista. E, como os outros autores supracitados, a relação terceirização-precariização, também se fez presente neste estudo.

Scherer(2019) analisou duas lutas reivindicativas por direitos, das mulheres trabalhadoras terceirizadas pobres das Universidades Federais do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal do Paraná, realizando entrevistas com as trabalhadoras terceirizadas e estudantes. Em seu estudo, o autor identificou a importância e a necessidade da articulação da luta por melhores condições de trabalho para as trabalhadoras terceirizadas, junto à outros movimentos sociais que perpassam o ambiente universitário. Apontou também a necessidade de se estabelecer esses vínculos de solidariedade e de formação política. Entretanto, constatou que estas articulações por vezes se mostram efêmeras, devido aos conflitos e divergências que surgem no aglutinamento desses movimentos de lutas.

Na pesquisa o autor apresentou algumas lutas e organizações políticas por parte das trabalhadoras terceirizadas contando com o apoio dos servidores e dos estudantes, em prol dos pagamentos dos salários atrasados, reposição de materiais de limpeza, falta de equipamentos

de proteção individual, acidentes e adoecimentos decorrentes do trabalho. Ou seja, lutas reivindicando o mínimo necessário para a realização e manutenção do trabalho, demonstrando as péssimas condições de trabalho dessas mulheres. O autor apontou a importância desses laços de solidariedade entre as trabalhadoras terceirizadas e os demais atores sociais presentes na universidade, para o fortalecimento e atuação política das trabalhadoras. Mas, também expõe que essas articulações de diferentes categorias, apesar de serem positivas, não são suficientes.

Segundo o autor as condições das trabalhadoras terceirizadas impõe urgências e imedaticidades que não encontram a correspondência necessária nos movimentos estudantis ou nos sindicatos docentes e de técnicos administrativos. Um aspecto fundamental apresentado na pesquisa é a de que a terceirização dentro da universidade e a constante piora nas condições de trabalho dos trabalhadores terceirizados é resultado do avanços de políticas de caráter neoliberal, que visam cada vez mais o enxugamento de gastos com a universidade. De modo que a luta das trabalhadoras terceirizadas é também uma luta pela defesa de uma educação superior gratuita e de qualidade.

A pesquisa de Dutra, Figueredo e Matos (2019) apresentam como proposta investigativa “compreender em que medida os parâmetros jurídicos de limitação e distribuição de responsabilidades pela terceirização trabalhista se materializam nas situações concretas” (p.58). Partem da percepção dos próprios trabalhadores terceirizados que vivenciam cotidianamente a condição desse tipo de trabalho. Inicialmente as autoras discutiram sobre a regulamentação da terceirização na administração pública, em seguida analisaram uma reclamação trabalhista em que o Sindicato dos Trabalhadores de Limpeza Urbana de Salvador – SINDLIMP, entrou com uma ação trabalhista contra uma empresa prestadora de serviços por conta do não pagamento de verbas rescisórias. Por fim, e o que aqui mais nos interessa, as autoras compartilharam as experiências de um projeto de extensão realizado com trabalhadoras terceirizadas da Universidade Federal da Bahia.

O projeto de extensão consistia em um Curso de Formação de Mulheres em Direitos Humanos e Cidadania – Promotoras Legais Populares e Coletivo Madás, realizado no ano de 2018 na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, desenvolvido para as trabalhadoras terceirizadas do serviço de limpeza. A iniciativa desse curso de formação partiu de um coletivo feminista de estudantes (Coletivo Madás), a ideia era a de reproduzir experiências já realizadas em outras universidades brasileiras, como o Programa Promotoras

Legais Populares, voltado à formação de mulheres em direitos humanos e cidadania. No decorrer do curso foram desenvolvidos módulos que discutiam temas como a terceirização, direitos sociais, direitos trabalhistas e previdenciários.

Coincidentemente no mesmo ano estava ocorrendo uma dispensa considerável de terceirizados dentro da universidade, assim, durante o curso as trabalhadoras compartilhavam suas experiências, dúvidas e angústias a respeito das condições e relações de trabalho. Em conjunto com os acontecimentos cotidianos (intensificação da precarização do trabalho etc.) que estavam acometendo o trabalho dessas trabalhadoras terceirizadas, tornando o curso um espaço ainda mais formativo. Visto que os temas discutidos eram exatamente o que essas mulheres vivenciavam no labor, de modo a qualificar ainda mais a percepção dessas trabalhadoras sobre a realidade a qual estavam inseridas.

A partir da descrição de alguns aspectos dos estudos supracitados, pode-se obter uma ideia preliminar de como tem se caracterizado as investigações a respeito do trabalho terceirizado do serviço de limpeza nas universidades públicas brasileiras. Isto posto, daremos seguimento em nossa sistematização, análise e interpretação da produção científica selecionada. Organizamos a nossa análise a partir de eixos e códigos para a elaboração da Revisão Bibliográfica Sistemática e a partir do material levantado elencamos categorias para a realização da análise de conteúdo temática.

QUADRO 03 - EIXOS E CÓDIGOS

| EIXOS                                                                                      | CÓDIGOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Perfil social das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da limpeza</b>            | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gênero</li> <li>• Raça/etnia</li> <li>• Faixa etária</li> <li>• Formação profissional/escolarização</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                         |
| <b>Condições e relações de trabalho terceirizado da limpeza nas universidades públicas</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Rotatividade</li> <li>• Salário</li> <li>• Contrato de trabalho</li> <li>• Treinamento</li> <li>• Equipamento de proteção individual e coletiva</li> <li>• Organização e processo de trabalho</li> <li>• Ação coletiva e sindical</li> <li>• Precarização do trabalho</li> <li>• Relações socioprofissionais</li> <li>• Jornada de trabalho</li> </ul> |

|                                                                           |                                                                                                                                                                                              |
|---------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Inventário de adoecimento psicofísico: notas sobre a corporalidade</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acidente de Trabalho</li> <li>• Assédio moral e/ou sexual</li> <li>• Invisibilidade/marginalização social</li> <li>• Sofrimento psíquico</li> </ul> |
|---------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: elaborado pela autora

### 3.1.1 Perfil social das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados do serviço de limpeza

Nos estudos selecionados buscamos traçar um perfil dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas do serviço de limpeza nas universidades públicas, partindo dos seguintes códigos: Gênero; Raça/etnia; Faixa etária; Formação profissional/escolarização. Sendo assim, no conjunto dos estudos tomados para nossa análise identificamos que no trabalho terceirizado do serviço de limpeza realizado nas universidades públicas brasileiras há uma predominância de trabalhadoras do sexo feminino, em relação aos trabalhadores do sexo masculino.

A presença das mulheres nesse tipo de trabalho – terceirizado e da limpeza –, é tão evidente que das 27 pesquisas selecionadas, 12 pesquisas tomam essa temática de gênero/trabalho/feminino/ feminização do trabalho/divisão sexual do trabalho como eixo central da investigação, apontando essa diferença quantitativa entre homens e mulheres no trabalho terceirizado do setor de limpeza e conservação.

Para uma compreensão crítica da totalidade das transformações do mundo globalizado e as respectivas mutações na esfera da produção, se faz imprescindível analisar qual o papel que as mulheres têm desempenhado no espaço de produção e reprodução vida sob às condições do capital mundializado e atravancado por uma crise. Sendo fundamental analisar as mediações e contradições da sociedade capitalista tangenciando e inter-relacionando questões de gênero, raça e classe.

Segundo Antunes (2007) têm sido uma tendência do atual mundo do trabalho o aumento significativo do trabalho feminino, atingindo o percentual de mais de 40% da força de trabalho, tanto nos países de capitalismo desenvolvido, quanto na América Latina. Entretanto, o atual mundo do trabalho é marcado pelo aprofundamento de condições e relações de trabalho precarizadas. Na sociedade capitalista às relações de gênero se dão de modo desigual, em que o gênero feminino é subordinado ao gênero masculino na hierarquia das relações sociais, isso implica em uma condição de inferiorização das mulheres em relação

aos homens nas mais distintas esferas da sociedade. Sendo assim, uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho não aponta necessariamente uma redução dessa condição de desigualdade entre os gêneros.

Conforme expõe Nogueira (2010),

as relações sociais de gênero, entendidas como relações desiguais, hierarquizadas e contraditórias, seja pela exploração da relação capital/trabalho, seja pela dominação masculina sobre a feminina, expressam a articulação fundamental da produção/reprodução. De certa forma, essa articulação nos remete ao binômio da exploração/opressão de gênero confirmando a nossa opção de refletirmos, sobre a divisão sócio-sexual do trabalho, tanto no espaço produtivo, quanto no reprodutivo, pois, dessa forma, temos a oportunidade de salientar as dimensões objetivas e subjetivas, individuais e coletivas existentes nessa relação. A divisão sexual do trabalho é, portanto, um fenômeno histórico, pois se metamorfoseia de acordo com a sociedade da qual faz parte. Mas, na sociedade capitalista, ainda nos dias de hoje, o trabalho doméstico permanece predominantemente sob a responsabilidade das mulheres, estejam elas inseridas no espaço produtivo ou não (NOGUEIRA, 2010, p. 59).

Deste modo, o fato de a presença feminina ser predominante no serviço terceirizado de limpeza chama a atenção para duas questões: a) divisão sociossexual do trabalho; b) feminização do trabalho. Como apontando pela autora supracitada, a divisão sociossexual do trabalho se trata de um fenômeno histórico, que reflete as relações entre os homens e as mulheres de acordo com cada tipo de organização societal. Para além de indicar as diferenças no nível da aparência, entre os homens e mulheres na sociedade capitalista contemporânea, a compreensão da divisão sociossexual do trabalho precisa estar articulada ao papel que essa divisão possui na produção e reprodução do capital.

Saffioti (2013) aponta que não é uma novidade a presença das mulheres no sistema produtivo, pois mesmo nas organizações societais pré-capitalistas, em que as mulheres eram inferiorizadas socialmente, estas já desempenhavam funções de caráter econômico. Mesmo que tais funções fossem desvalorizadas socialmente. Mas, a autora aponta que o advento do capitalismo surge em condições divergentes às mulheres.

No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo

progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (SAFFIOTI, 2013, p. 66).

Sendo assim, o modo de produção capitalista como forma de se estabelecer enquanto força hegemônica, explicitou os elementos que promovem a divisão da sociedade em classes, bem como, se utilizou de tradições já consolidadas em outras formações econômicas anteriores como forma de deixar certos setores da população à margem do sistema produtivo de bens e de serviços. Nos setores marginalizados socialmente entram as mulheres, negros, pobres e outras camadas populacionais inferiorizadas historicamente. Nesse sentido, a mão de obra feminina ficou relegada ao espaço doméstico/reprodutivo, que é um espaço marginalizado e desvalorizado, econômica e socialmente, até então não remunerado, sendo naturalizado pelos mitos justificadores das atribuições femininas (SAFFIOTI, 2013).

A divisão sociossexual do trabalho hierárquica que subordina e inferioriza as mulheres é ainda uma dura realidade na sociedade contemporânea. Assim, ao avaliarmos as condições do trabalho dos homens e mulheres nas condições da crise do capital, em que toda a classe trabalhadora é afetada negativamente, as camadas mais vulneráveis e marginalizadas são as mais prejudicadas, neste caso: mulheres, negros, jovens e idosos. Segundo Nogueira (2010) aumento da força de trabalho feminina é concomitante ao aumento e ampliação de formas de precarização do trabalho, ou seja, feminização da força de trabalho, em que a entrada das mulheres no mercado de trabalho se dá em condições de superexploração e com baixos salários, características do trabalho tipicamente feminino.

Mészáros (2002) também expõe sobre a entrada massiva das mulheres como força de trabalho no decorrer do século XX, aumentaram em quantidade tão expressiva que em muitos países de capitalismo avançado as mulheres já constituem a maioria da força de trabalho ativa e ainda sim, não conseguiram atingir a emancipação. O autor aponta que muito ao contrário de uma possível emancipação, o que ocorreu foi uma imposição de salários mais baixos para todo o conjunto da classe trabalhadora, condição essa que já era comum para a força de trabalho feminina. Assim, ao invés do aumento considerável da força de trabalho feminina em distintos postos de emprego, melhorar a condição social da mulher, ocorreu o contrário, generalizando as condições precárias do trabalho feminino para todos os outros trabalhadores.

Isto posto, a divisão sexual do trabalho estabelecida nos marcos do capital, se apropria da força de trabalho feminina como um nicho de intensificação das condições de superexploração do trabalho, absorvendo a força de trabalho feminina nos setores mais

precários do mercado de trabalho, como é o caso dos serviços terceirizados, principalmente o serviço de limpeza. Sendo a baixa qualificação/formação, baixos salários, a marginalização, desvalorização social e condições de trabalho mais precarizadas, as características principais nesse tipo de ocupação. Ademais, há um outro agravante que é a dupla ou tripla jornada de trabalho, pois as mulheres que possuem um emprego no mercado de trabalho, principalmente às mulheres das camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora, no espaço reprodutivo do lar e da família são as responsáveis pelos serviços de limpeza da casa e cuidado com os filhos e marido, assim, intensificando a sobrecarga de trabalho sobre essas mulheres.

Dessa forma, dado que em nossa pesquisa há a predominância da força de trabalho feminina nos postos de serviço terceirizado da limpeza nas universidades públicas brasileiras, podemos constatar que é um trabalho tipicamente feminizado, marcado por condições precárias para as mulheres trabalhadoras, que imprime sobre a corporalidade dessas trabalhadoras uma condição de subalternidade.

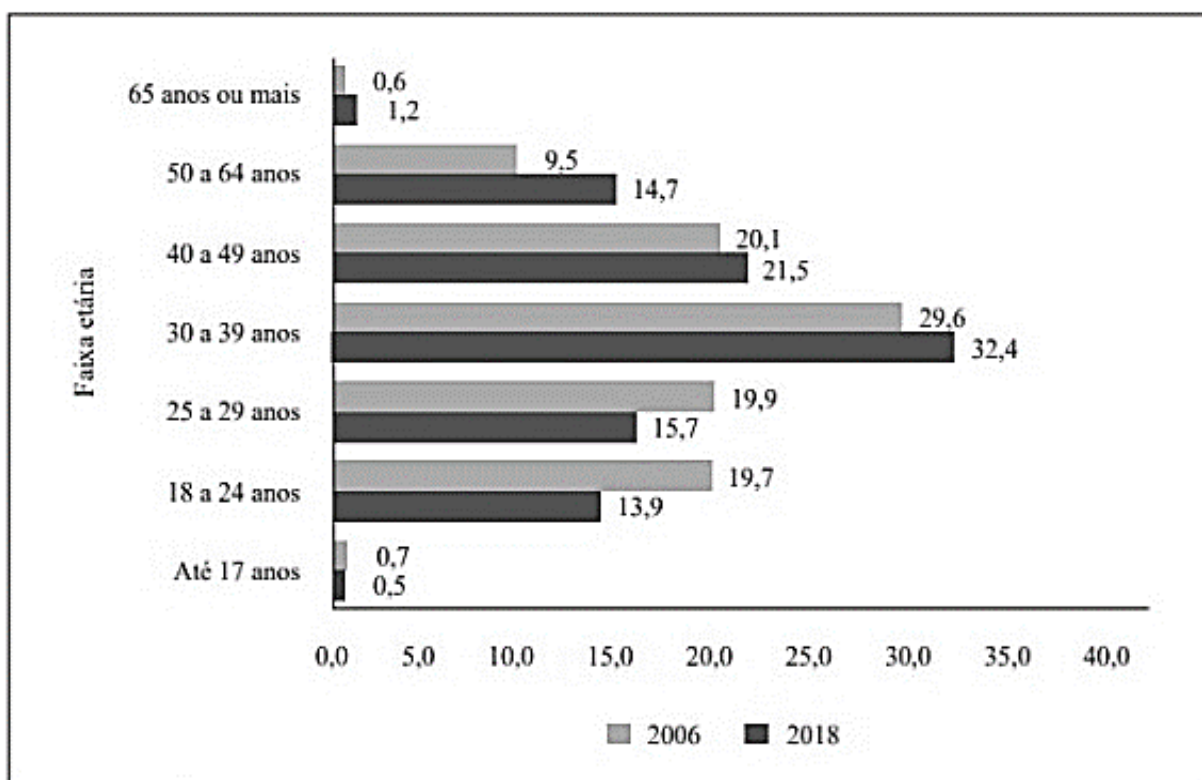
Em conjunto às questões de gênero, os dados sobre raça/etnia e faixa etária aparecem de modo menos expressivo. Nos estudos por nós selecionados, apenas o artigo de Campos de Almeida (2018) toma como tema para análise essa relação entre gênero, raça e classe de maneira mais contundente. Campos de Almeida (2018) aponta que a racialização e genderização dos corpos são indissociáveis das condições econômicas, portanto, patriarcado, racismo, colonialismo e capitalismo, estão imbricados e que possuem um maior peso nos mais vulneráveis, como é o caso das mulheres negras das camadas menos favorecidas economicamente.

No que tange a faixa etária dos trabalhadores e trabalhadoras dos estudos selecionados, estão em média entre as idades de 25 e 60 anos de idade, ou seja, bastante heterogênea se estendendo dos jovens até pessoas idosas. Segundo Antunes (2007); (2020) ao tratar das metamorfoses do mundo do trabalho aponta que é uma tendência cada vez mais presente a crescente exclusão dos jovens em idade pós-escolar do mercado de trabalho, e paralelamente à exclusão dos jovens, tem-se a exclusão dos trabalhadores/as idosos.

Assim, num quadro de intensificação do desemprego estrutural, os segmentos da classe trabalhadora que estão sendo colocados à margem do mercado formal de trabalho, acabam sendo absorvidos pelos trabalhos *do setor de serviços*, comumente mais precarizados, subcontratados e terceirizados. Quando não, endossando às filas do desemprego. O gráfico a

seguir, apresenta a distribuição etária dos trabalhadores terceirizados no mercado de trabalho formal no Brasil dos anos de 2006 até 2018:

Gráfico 4 - Distribuição etária dos trabalhadores terceirizados no mercado de trabalho formal no Brasil, 2006-2018.



Fonte: RAIS, 2018. Elaboração: Rodrigues; Santos; Silva (2020).

Os dados apresentados no gráfico 4, vão ao encontro dos resultados encontrados por nossa pesquisa, ao que toca a média da faixa-etária das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados, que se estende de trabalhadoras/es jovens, atingindo até as trabalhadoras/es idosas/os com sessenta anos ou mais. Este é um dado preocupante, pois os jovens em idade pós-escolar estão tendo a sua inserção no mercado de trabalho em empregos/subempregos precários, tal qual os mais velhos, próximo à aposentadoria e/ou em idade que já poderiam/deveriam obter o direito à aposentaria, ainda se mantêm-se precariamente no mercado de trabalho. Ambas as questões, escancaram como o desmantelamento do mundo do trabalho têm operado um aprofundamento da superexploração do trabalho, sendo uma ofensiva direta às condições de vida imediata da classe trabalhadora.

Outra característica fundamental das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados do serviço de limpeza nas universidades públicas, é o grau de escolaridade/formação desses profissionais. Esse tipo de vínculo empregatício (terceirizado) e a função de limpeza em específico, como é socialmente e economicamente desvalorizada, tende a absorver mão-de-obra menos qualificada. Visto que, a função de limpeza é um trabalho tipicamente manual, e principalmente relacionado ao âmbito do trabalho feminino doméstico, que como já foi apontado é historicamente precarizado.

No estudo realizado por Souza (2011), a autora apresenta que o nível de escolaridade predominante das trabalhadoras por ela entrevistadas é o ensino fundamental incompleto, e apenas uma com o ensino médio completo, havendo ainda uma outra entrevistada relatou que interrompeu estudos logo no primeiro ano do ensino fundamental, - “porque precisava “realizar atividades domésticas na casa da tia onde morava de ‘favor’-” (p.122). Essa trabalhadora comentou que não sabia ler e escrever, e tentou voltar a estudar depois de adulta, porém não conseguiu dar continuidade. Outra trabalhadora, ao justificar a interrupção dos estudos relatou: *“eu ia na escola cedo e voltava e ia pra roça naquela época os pais da gente obrigava a gente a trabalhar, era difícil aí eu estudei pouco... eu tinha que trabalhar pra ajudar a minha mãe que a gente era muito pobre”* (SOUZA, 2011, p.123-124)

Em diversos relatos de trabalhadoras e trabalhadores presentes do conjunto dos estudos selecionados por nossa pesquisa, que atuam no serviço terceirizado da limpeza, apontaram que começaram a trabalhar desde muito cedo, muitas vezes na infância, e colocam essa questão como o principal e/ou um dos motivos do interrompimento dos estudos e do baixo nível de escolarização. Severo (2019) ao indagar as trabalhadoras entrevistadas se gostariam de voltar a estudar ou fazerem algum curso de capacitação ou formação profissional, recebeu as seguintes respostas: *“Acho que estudaria pra ser professora, mas não estudei. Eu não acho vergonha, não viu?... não é isso..., mas gostaria de fazer outras coisa, ser professora de criança, por exemplo”* (SEVERO, 2019, p. 86).

Já outra entrevistada respondeu da seguinte maneira,

*“Já pensei em voltar... e com a carga horária de hoje e com família e com filhos não dá. Tem que ter mais força de vontade e hoje eu não tenho. Eu sei que é necessário, mas eu não consigo. Eu não me sinto bem de assumir um serviço, uma casa e uma escola hoje”.* (SEVERO, 2019, p.86)

Na pesquisa de Silva (2018) houve o seguinte relato de uma trabalhadora ao ser indagada sobre dar continuidade nos estudos para obter outra profissão:

*Como seria aqui [na UFSC], aqui também, eu só não sei se é uma vez por semana, eu não fui atrás disso aí. E também eu não faço aqui porque tem a questão do vestibular, eu sei que na particular o meu vestibular ali vai ser uma redação. Não é que, “Ai, preguiça de estudar”, é o tempo que eu vou ter que ter. E esse tempo eu não tenho (SILVA, 2018, p.75).*

Outros relatos semelhantes da mesma pesquisa: *“Meu projeto, eu queria assim, que eu filho tem onze anos, eu queria que ele crescesse mais um pouco, ficasse mais independente e aí eu quero voltar a estudar (SILVA, 2018, p.76).* Assim como esses relatos, surgiram outros parecidos em várias das pesquisas, o conteúdo é revelador sobre a realidade dessas mulheres trabalhadoras e confirma o que por nós foi apontado a respeito da divisão sociossexual do trabalho. Primeiramente, porque os trabalhadores e trabalhadoras atuantes no tipo de trabalho aqui investigado, apresentam um histórico anterior de trabalhos de caráter mais informal, no caso das mulheres, aqueles principalmente ligados ao afazeres domésticos como limpeza, cuidado, cozinha, isso desde o período da infância e muitas vezes sem remuneração. O que consequentemente acarretou a não continuidade dos estudos.

E ao formarem família, essas mulheres passam a assumir à condição de esposas e mães, e ainda trabalhadoras remuneradas ou não, o que gera uma dupla ou tripla jornada de trabalho, portanto, tolhido às possibilidades do retorno aos estudos. Sendo o perfil de trabalhadoras entrevistadas por Campoli (2019) muito semelhante a realidade supracitada: mulheres, pardas, com escolaridade incompleta, mães, migrantes, esposas, com a faixa etária a partir dos 45 anos.

Como bem coloca Nogueira (2011), o trabalho reprodutivo fica à cargo das mulheres independentemente se elas atuam no mercado de trabalho ou não. Portanto, na vida feminina o espaço reprodutivo e produtivo está imbricado de tal forma, que sempre que há alguma movimentação em um destes dois aspectos, o outro é afetado, justamente por conta da articulação entre o mundo do trabalho e o espaço reprodutivo e principalmente na indissociabilidade que o modo de produção opera entre o espaço reprodutivo como um espaço cuja responsabilidade mantenedora são das mulheres.

Essa articulação entre produção e reprodução se apresenta de maneira negativa para as mulheres, dadas as condições da divisão sociossexual do trabalho no modo de produção capitalista, acaba degradando significativamente a vida imediata dessas trabalhadoras. De modo que manter uma dupla ou tripla jornada acaba tornando inviável para as mulheres da

classe trabalhadora, o acesso e continuidade aos estudos ou à algum tipo de formação/qualificação e até mesmo – e principalmente – às atividades de lazer. Se na exploração do trabalho pelo capital o conjunto da classe trabalhadora é que sofre as penalidades dessa condição, às mulheres pertencentes a classe explorada é penalizada ainda mais, e se ainda forem negras/pardas a exploração, degradação e assujeitamento dessas pessoas e aprofundam ainda mais.

É importante destacar que a educação/formação da classe trabalhadora se constitui enquanto objeto de interesse fundamental do capital, como forma de operar e manter sua hegemonia sobre o trabalho. Assim, são tomadas iniciativas em formar/conformar a classe trabalhadora de acordo com as demandas do sistema produtivo, isso significa, exercer poder de governo sobre os trabalhadores/as e ainda, obstaculizar o acesso ao conhecimento crítico elaborado e desenvolvido no decorrer da história pela humanidade.

Os processos pedagógicos operados pelo capital, são efetivados principalmente no trabalho, mas também fora dele nas escolas e em outros aparelhos ideológicos da sociedade burguesa.

Conforme aponta Silva (2020),

[...] a formação dos trabalhadores tem como seu traço central a divisão técnica e social do trabalho, por meio de processos educacionais dualizados em razão do lugar que os indivíduos ocupam no conjunto das relações sociais no interior de uma sociedade de classes. A formação restringida para o trabalho manual é largamente destinada às classes laboriosas, enquanto a burguesia e os seus quadros médios são orientados a processos formativos que combinam os elementos técnicos e políticos com a finalidade de formar dirigentes (p. 208).

Portanto a divisão sociotécnica estabelecida pelo capital, realizando ao menos no plano ideológico a cisão do trabalho em trabalho manual e trabalho intelectual, não se trata de uma divisão de caráter técnico do processo de trabalho, mas sim, de uma divisão estabelecida pelo tipo de formação empregada à cada uma das classes. Assim, a formação da classe trabalhadora para o trabalho manual, se constitui enquanto a formação de um determinado tipo de corporalidade subalterna, disciplinada, controlada pelo modo de produção, esvaziada de sentido e de qualquer tipo de consciência política crítica.

Segundo Kuenzer (2002, p.7) “esta ausência de consciência política é, também, um problema de educação, em um país onde a exclusão do sistema educacional é a norma”. Visto que, o trabalho educativo realizado no âmbito da escola, possui uma relação direta com o

mundo da produção capitalista, que de um modo geral, busca conformar os trabalhadores à lógica do sistema.

A história da educação burguesa para o povo comum gira em torno desse binômio: permitir a sua instrução e reprimir sua educação-formação, ou o binômio libertar e reprimir, *libertar* o povo dos preconceitos da velha ordem através de um mínimo de modernidade, e *reprimir* o saber e o poder de classe (ARROYO, 2012, p. 104).

Dessa forma, não basta apenas que as trabalhadoras e trabalhadores tenham acesso ao ensino regular, mas, para a uma efetiva formação do senso comum à consciência política e filosófica, é necessário que a articulação entre escola e trabalho seja orientada no sentido de buscar estabelecer um projeto político e pedagógico de superação do capital, em que trabalho, cultura e educação sejam articulados em favor da classe trabalhadora.

Conforme aponta Arroyo (2012), superando os divórcios estabelecidos pelo sistema entre teoria e prática, trabalho manual e trabalho intelectual. Pois a classe dominante fez com que a luta pelo direito a educação do trabalhador “se situasse no reino natural das necessidades elementares – escola elementar –, não mais no reino humano dos fins, dos valores, da produção-formação *humana*” (p.123). A escola para a classe trabalhadora, organizada e determinada pela classe dominante, imprime a tentativa de cada vez mais esvaziar o caráter humanizador do trabalho educativo. Mas, nos mesmos espaços em que o capital opera suas dinâmicas de consenso e coerção, as suas cada vez mais latentes contradições abrem as possibilidades de construção e superação dessa relação de dominação do capital sobre o trabalho.

### **3.1.2 Condições e relações do trabalho terceirizado da limpeza nas universidades públicas**

No que tange às condições e relações do trabalho terceirizado da limpeza nas universidades públicas, elencamos os seguintes códigos para análise: rotatividade, salário, contrato de trabalho, treinamento, equipamento de proteção individual e coletivo, organização e processo de trabalho, ação coletiva e sindical, precarização do trabalho, relações socioprofissionais, jornada de trabalho, invisibilidade/marginalização social.

Sendo assim, as transformações na esfera produtiva têm alterado o perfil da universidade pública, tornando-a cada vez mais heterônoma, como ressalta Sguissard (2004), subordinada as leis de Estado um tipo de neoliberal e do próprio mercado. Essas

transformações têm alterado substancialmente as relações socioprofissionais dentro do âmbito da universidade enquanto local de trabalho, criando duas categorias de trabalhadores dentro do espaço público, sendo o funcionário público estatutário e os prestadores de serviços – trabalhadores terceirizados, atuantes em diversas áreas da universidade tidas como secundárias, acessórias e/ou instrumentais.

Druck (2017) aponta que a terceirização na educação é bastante grave, como é o caso das universidades públicas, devido ao crescente processo de terceirização dos serviços instrumentais como portaria, vigilância, manutenção, limpeza e conservação que têm ocorrido velozmente nos últimos anos nas universidades públicas brasileiras, permitindo a privatização de atividades que antes eram realizadas por trabalhadores e trabalhadoras concursados, assim como os professores e técnicos administrativos entre outros trabalhadores atuantes no ambiente universitário. Como ainda afirma a autora supracitada, as recentes alterações nas Leis que permitem a terceirização total, colocam em risco, à curto e médio prazo a continuidade dos concursos como a forma de inserção no funcionalismo público, bem como coloca em risco a existência do próprio funcionalismo público, como ainda se configura atualmente.

O objetivo na contratação de serviços terceirizados por parte dos órgãos públicos, como é o caso das universidades públicas é a redução de custos com a mão de obra, pois a contratação de uma empresa terceirizada é um processo menos oneroso que a contratação de um servidor público via concurso. Assim, com os frequentes cortes orçamentários realizados no âmbito da educação, acaba obrigando a universidade a seguir às regras do jogo do mercado, devido à falta de orçamento. Ou seja, os cortes de verbas públicas destinadas a educação, ciência e tecnologia possuem um grave projeto político de desmonte do papel da universidade e de sua autonomia.

Muitos são os aspectos que poderiam ser discutidos a respeito das transformações no modo de ser da universidade pública brasileira que temos, em relação a que queremos. Entretanto, essa questão poderá ser discutida e desenvolvida posteriormente em outras pesquisas, visto que o foco da presente pesquisa são as trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da limpeza que atuam nas universidades pública.

Isto posto, no conjunto dos estudos selecionados para nossa revisão bibliográfica, as autoras e autores apresentaram em sua maioria que a terceirização do trabalho gera impactos negativos na vida das trabalhadoras e trabalhadores devido às condições e relações de

trabalho. Souza (2011) ao analisar o trabalho de servente de limpeza constatou que o processo de terceirização da atividade de limpeza resultou na redução dos salários, sendo estes baixíssimos não suprimindo às necessidades das trabalhadoras. A autora também aponta que ocorreu a perda de benefícios como o plano de saúde e o plano de carreira, além da redução da eficácia dos sindicatos. Outra questão relatada foi o descumprimento dos direitos por parte da empresa prestadora de serviço, como atrasos de pagamento, bem como férias atrasadas.

Na pesquisa de Scherer (2018) ao tomar como objeto de pesquisa a luta das trabalhadoras terceirizadas, pôde acompanhar de perto as reivindicações por melhores condições de trabalho e pelo atendimento aos direitos dessas trabalhadoras, que por muitas vezes não estavam sendo cumpridos por parte da empresa responsável. As mobilizações das trabalhadoras ocorriam constantemente, desde meados 2013, os motivos eram diversos como o atraso no pagamento do salário, o não pagamento do décimo terceiro, reivindicação do pagamento integral do vale- alimentação e do vale-transporte.

As reivindicações feitas pelas trabalhadoras eram orientadas pelos problemas práticos da vida imediata que lhes atingiam. Em um dos momentos de mobilizações, uma das trabalhadoras dirigiu a fala ao reitor em nome de todos os terceirizados, solicitando o apoio da universidade nas suas reivindicações por melhores condições de trabalho:

*E por que.... Pensando por que os alunos estão nos apoiando, nessa parte? Se o senhor for pensar que todos nós terceirizados, não só Multiágil, mas RU, vigilância, ETS, todos parassem que nem na ocupação. Nem que fossem só três dias, não digo nem agora, que está com pouco movimento. Abril, que tem bastante movimento de alunos e professores. Em três dias, as lixeiras vão ficar lotadas... quem vai levantar a cancela? Entendeu? Então a gente está aqui hoje, querendo que o senhor nos ouça e leve essa informação pras questões burocráticas para que haja essa mudança. Por que hoje é a Multiágil e amanhã pode ser outra firma. E já que todo mundo sabe que isso acontece, o que a gente quer é uma solução. E uma sugestão de solução é primeiro sair a empresa. Já que demora seis meses pra fazer a licitação, que dentro desses seis meses a PROGESP, que lida com a questão do dinheiro, pelo que nos passaram - e eu posso estar enganada e o senhor pode me corrigir -, que esse órgão passe então a nos pagar diretamente. No quinto dia útil, tá lá o nosso salário. De manhã ou ao meio dia, e não a meia noite como eles dizem, que o quinto dia útil é até a meia noite. E depois disso, a saída da empresa, né? Não quero aqui uma coisa assim surreal: “ah, vamos virar efetivos”. Não, ok. Tem a lei de terceirização, então vamos dentro da lei. A gente quer só nossos direitos, os mínimos direitos, para que aconteça um trabalho ok aqui dentro. Porque, se hoje, tu pode chegar no teu setor, tu vê a menina num canto lá mexendo no celular, a gente não pode ficar nem onde as pessoas nos veem. Então a gente quer mudar isso. E para fazermos o nosso trabalho, ter ânimo de trabalhar, o mínimo é o nosso salário, o nosso VT e o nosso vale alimentação. Um uniforme decente... né. Então o*

*que a gente está pedindo é para agora, para agora, não é para o próximo... Hoje é dia 9 [de dezembro], nós estamos sem a primeira parcela do décimo [terceiro salário]. Provavelmente vai chegar dia 20 de dezembro e a gente não vai ter recebido o décimo, como no ano passado. E os colegas da [limpeza] externa não receberam o salário ainda! Então, uma sugestão, já que todo mundo sabe dos atrasos, ok, porque com certeza lá onde vocês trabalham tem uma menina como nós, tem uma recepcionista, tem um porteiro... então a gente quer só isso, que a gente receba diretamente da UFRGS e depois se repasse o valor pra Multiágil. Só isso, a gente quer uma garantia de pagamento, do salário do VT e passagem. É só isso...(SCHERER, 2018, p. 46).*

No relato da trabalhadora é possível identificar mais de um elemento que aponta a condição de trabalhadora terceirizada como algo precário, a falta do cumprimento de direitos básicos como o pagamento do salário. A razão das pessoas venderem a sua força de trabalho é justamente pelo pagamento do salário, que é a forma das pessoas pertencentes a classe trabalhadora de conseguirem acessar os bens e produtos necessários a manutenção da vida, como alimento, moradia, vestimentas entre outras coisas. Portanto o não pagamento do salário implica em uma série de questões problemáticas na vida das trabalhadoras.

Ainda sobre a fala supracitada, a trabalhadora chama os demais trabalhadores da universidade, os servidores e os estudantes para acompanharem as terceirizadas em sua luta, pois, o serviço que elas prestam é fundamental para a manutenção e funcionamento da universidade e dos papéis exercidos por todos do meio acadêmico. Portanto, a falta no atendimento aos direitos dessas trabalhadoras, deveriam ser uma luta de todos os atores sociais que compõe a universidade. A trabalhadora ainda aponta o problema com os uniformes oferecidos pela empresa, e solicita um uniforme que seja decente para a realização de suas atividades laborais.

Todas essas reivindicações apontadas no relato supracitado são solicitações básicas para as trabalhadoras realizarem o seu trabalho, e nem esse básico estava sendo atendido pela empresa prestadora de serviço. Essas questões apontam a falta de fiscalização do cumprimento dos contratos. E ainda, essas não são solicitações que aparecem apenas neste estudo, mas atravessam o conjunto dos trabalhos selecionados, demonstrando mais uma vez a tese defendida por Druck (2017), Antunes (2020) entre outros pesquisadores de que a terceirização é sinônimo de precarização.

Já o estudo de Diógenes (2013) as trabalhadoras relataram que quando há algum problema, precisam se dirigir aos supervisores da empresa, mas que na maioria das vezes a

comunicação não acontece por falta de alguém para atendê-las e/ou por conta de que precisam se ausentar de suas tarefas laborais para buscarem ajuda, e nem sempre isso é possível, assim, ficando desatendidas em momentos de dificuldades por conta da própria dinâmica da organização do trabalho.

No que tange aos contratos de trabalho e suas respectivas fiscalizações, Mandarinini (2018) expôs que no seu lócus de pesquisa, o tempo de contrato da universidade com a empresa tinha o período máximo de 5 anos. E que no contrato era especificado apenas a área a ser limpa em metros quadrados, assim, ficava a cargo da empresa definir a quantidade de trabalhadores e os equipamentos a serem utilizados.

Já Silva (2021) aponta que há uma falta de fiscalização no cumprimento dos contratos e que a constante troca de empresas acaba favorecendo essa complicação. A autora relatou que muitas vezes, repentinamente as empresas “desapareciam” e ficavam devendo férias, pagamentos aos trabalhadores e trabalhadoras.

A questão dos diferentes tipos de contratos, licitações e falta de uma fiscalização mais atenta deixa claro que, mesmo a terceirização sendo desde os anos 1990 uma prática comum no serviço público, ainda não há uma diretriz e grupos de legislações que façam com que as experiências de terceirização em universidades federais, e demais espaços públicos, seja livre de assédios e desrespeitos com relação aos direitos trabalhistas (SILVA, 2021, p. 46).

Na pesquisa de Severo (2019) uma trabalhadora apresenta o seguinte relato sobre essa questão da rotatividade das empresas e como isso a prejudicou em conseguir tirar às férias pelo período de cinco anos. Visto que às férias deveriam ser tiradas anualmente, cinco anos sem o período necessário de descanso é uma situação degradante para a trabalhadora, ainda mais ao se tratar de uma mulher, que comumente possui uma dupla ou tripla jornada de trabalho.

*Pra tu ter uma ideia, eu fiquei 5 anos sem tirar férias. As empresas ficavam mudando e nunca dava pra tirar férias. Desse jeito fiquei 5 anos trabalhando sem parar. Consegui tirar férias em 2015. Foi muito ruim, tenho filha pequena e ela estava de férias do colégio em casa e eu trabalhando. (SEVERO, 2019, p.47)*

Outra questão que favorece essa acentuada exploração sobre as trabalhadoras terceirizadas da limpeza é a ausência efetiva dos sindicatos, na maioria dos casos não há organizações sindicais que representem os trabalhadores terceirizados em diferentes espaços

de atuação, por conta da heterogeneidade de categorias e tipos de contratos. O que acaba vulnerabilizando os trabalhadores e dificultando qualquer tipo de organização política por parte desses trabalhadores. Ademais, a pulverização dos sindicatos ou as criações do sindicalismo de empresa é uma das finalidades das políticas neoliberais e dos modos de organização flexíveis do trabalho, para assim, desmobilizar e despolitizar os trabalhadores, colaborando com a superexploração do trabalho.

Campoli (2019) ao indagar uma trabalhadora sobre sua relação com o sindicato, desenvolveu o diálogo abaixo, que ilustra a falta de representatividade dos sindicatos, que não atuam em favor dos trabalhadores, mas sim em favor das empresas.

*E: Não, não sou filiada não. Eles mal vem aqui. Só vem quando da algum “bafão” ou quando chega eleição ou alguma coisa, eles vem procurar alguma coisa lá no bandeirão pra saber da gente... se a firma tá bem, se tá tratando bem a gente. Aí a gente faz um monte de denúncia, mas tudo em vão. Eles não fazem nada pra gente.*

*P: E você acha que existem outras formas de vocês pressionarem a empresa pra conseguir melhorar alguma coisa?*

*E: Não. Se pressiona é mandado embora. O sindicato fala “vocês tem que vir aqui” pra gente reclamar, aí cê chega lá pra fazer a reclamação...três pessoas que eu conheço, que eu já vi, que foram lá reclamar, no mês da frente foram tudo mandado embora! (CAMPOLI, 2019, p.118).*

Segundo Antunes (2020, p.202) “a fusão entre neoliberalismo e reestruturação produtiva, dentro de um universo conduzido pelo capitalismo financeiro, gerou profundas transformações no mundo do trabalho, afetando em especial o sindicalismo”. O autor aponta que se faz necessário aos sindicatos abandonar qualquer tipo de corporativismo e/ou o neocorporativismo, que age de modo excludente, fragmentando a classe trabalhadora ao lidar com determinada categoria profissional de maneira isolada do conjunto da classe trabalhadora.

No que tange as relações socioprofissionais das trabalhadoras terceirizadas e seus pares, e/ou com os servidores professores e técnicos das universidades, há uma diversidade de relatos e experiências nos estudos selecionados, entre situações amistosas e de preconceito e assédio. Nas relações entre as prestadoras de serviço e as trabalhadoras, como já foi supracitado, há uma série de queixas relatadas pelas trabalhadoras nos estudos, por conta da falta de cumprimento de direitos, falta de comunicação com as trabalhadoras.

Na pesquisa de Brahm (2021) uma das trabalhadoras entrevistadas, relata situações de discriminações sofridos por ela por parte dos estudantes da universidade. Em sua fala, a

trabalhadora aponta a sua indignação quanto a isso, pois esperava que esse tipo de coisa não deveria acontecer por parte de uma pessoa que está estudando e que supostamente seria “educada”.

*Depois me incomodou foi assim certo elitismo por parte dos alunos. Os alunos às vezes até mais do que os professores mais velhos, pessoal mais antigo trabalhava lá. Era um elitismo por parte dos alunos como se olhassem para a gente de cima para baixos esse tipo de coisa. O que é uma coisa que eu acho horrível e que pessoa que tá estudando é a última pessoa que deveria fazer isso né. Uma pessoa que deveria ter noção, porque aí eu pensava, eu tô trabalhando para mim pagar os meus estudos. Ninguém tá aqui, parou aqui porque é burro, porque a maioria das funcionárias que eu conheci são mais inteligentes que muito aluno. Muitas vezes eles não tem noção assim de coisas básicas, bobinhas assim de dia a dia que essas mulheres tem e sabem fazer muito melhor. É a única coisa nesse sentido de preconceito de classe (Entrevistada 04). (BRAHM, 2021, p. 167).*

Os episódios de preconceito e discriminação ocorrem duplamente com as trabalhadoras terceirizadas, tanto por conta do seu tipo de vínculo empregatício, que é super precarizado e principalmente pela função exercida – a limpeza, que é desvalorizada socialmente. Entretanto, muitas das trabalhadoras e trabalhadores reconhecem que o seu trabalho é importante, pois apesar de não ser valorizada socialmente, as atividades exercidas na universidade ocorreriam de maneira insalubre se não existissem as pessoas responsáveis por cuidarem da conservação e limpeza das salas de aula e dos demais espaços.

Soares (2019) constatou que há um conjunto de diferenças entre os trabalhadores estatutários, que fazem os terceirizados se sentirem inferiores, como: os benefícios recebidos pelos servidores, que não se estendiam aos terceirizados; a constante vigilância que os terceirizados sentiam por parte dos servidores; as possibilidades de flexibilização de horário e as licenças que somente os servidores obtinham; a diretoria especializada em saúde que realizava atendimentos básicos aos servidores no local de trabalho. Esses e outros benefícios que eram limitados apenas aos servidores públicos, deixando os trabalhadores terceirizados à margem de todos esses benefícios, o que gera um sentimento de desvalorização e falta de reconhecimento do trabalho dos terceirizados.

Na pesquisa de França (2017) ao indagar as trabalhadoras e trabalhadores terceirizados sobre as relações socioprofissionais com os servidores da universidade, bem como com os estudantes, fora apontado uma diversidade de opiniões por parte dos trabalhadores, nos quais alguns apresentam ter boas relações, enquanto outros relatam uma percepção distinta, alegando episódios de preconceito e/ou discriminação. Como no seguinte relato: “*Acredito*

*que existe algumas vezes, por parte dos servidores, certo preconceito, não sei se eu posso dizer esse nome, mas tem diferença entre o servidor e o terceirizados (P1, homem, adulto jovem) (FRANÇA, 2017, p.58).* Como ilustrado na fala anterior os trabalhadores terceirizados percebem que há um tratamento diferente em relação a eles, mesmo que não saibam muito bem como denominá-lo ou apresentam certo receio em falar abertamente sobre como se dão as relações por medo de possíveis retaliações. No relato a seguir, a trabalhadora demonstra que há relação que ela possui com os servidores possui um caráter minimamente educado, nada muito além disso.

*Os servidores, eu não posso generalizar, não posso dizer todos, mas com a maioria dos servidores aqui da universidade, o meu relacionamento é: Bom dia! Boa tarde! O básico do básico.” (P4, mulher, adulta meia-idade) (FRANÇA, 2017, p.58).*

Uma questão que é importante ressaltar a respeito da terceirização é a de como ela impacta negativamente nas relações de trabalho, pois a terceirização dificulta a criação de vínculos e laços de solidariedade entre os trabalhadores. Seja na relação entre os próprios trabalhadores terceirizados e/ou entre os terceirizados e servidores, visto que a alta rotatividade das prestadoras de serviço, muitas vezes acaba gerando também a rotatividade dos trabalhadores contratados. Dessa forma, estabelecer vínculos de solidariedade e confiança com os colegas de trabalho se torna mais difícil, devido a constante rotação de trabalhadores nos locais. Este fato é mais um ponto em favor do capital, pois a falta de construção de vínculos entre os trabalhadores, resulta na fragmentação da classe trabalhadora, eliminando as possibilidades de se organizarem coletivamente para buscarem melhorias no trabalho e na vida.

A terceirização acaba resultando em uma subcategoria de trabalhador dentro dos espaços da administração pública, em que de um lado têm-se o trabalhador concursado, geralmente sindicalizado e que possui estabilidade no seu trabalho. De outro, dividindo o mesmo espaço, temos os terceirizados que são tidos como trabalhadores externos à universidade, que possuem dinâmicas de trabalho e de tratamento bem diferentes dos servidores públicos. Como bem pontua Antunes (2020):

Criando trabalhadores e trabalhadoras de “primeiras e segunda categorias”, fatiando-os e diferenciando-os entre contratados diretamente e “terceirizados”, ampliam-se ainda mais as heterogeneizações e fragmentações no corpo produtivo (p.178).

Outra questão importante levantada pelas pesquisas foi a questão das rotinas de trabalho, equipamentos de proteção individual e treinamento para a realização do trabalho. Em muitos casos os profissionais não recebem o material adequado para cumprirem as tarefas necessárias ao seu trabalho, não recebem nenhum tipo de treinamento e orientação para o cumprimento das tarefas. Além de às vezes terem que realizar limpeza em salas muito especializadas, nas quais seriam muito importantes para a própria segurança das trabalhadoras e trabalhadores os equipamentos, treinamentos e orientação adequada. Como explanado no relato a seguir:

*“Ah, que nem, às vezes tem sala de cultura que a gente não pode limpar, tem bactérias né, e eles manda limpar[...]. Às vezes os funcionário vem falar pra gente limpar, mas a gente não ganha...eles ganha periculosidade pra limpar...a gente não ganha insalubridade. E às vezes passa pro chefe, pro supervisor e ele pega e libera pra limpar. Aí eles fica ‘ah, porque não tem nada não’, sendo que eles entram todos equipado lá dentro, e pra nós fala que não tem nada nada a ver”. (Isadora, agente de limpeza) (MANDARINI, 2018)*

Esse tipo de situação coloca as trabalhadoras e trabalhadores terceirizados em riscos, contribuindo significativamente para o aumento de acidentes de trabalho. Diógenes (2013) aponta em seu estudo que os trabalhadores recebem um ‘treinamento’ apenas no momento da contratação, ou seja, provavelmente insuficiente para todas as tarefas que o trabalhador/trabalhadora vai precisar cumprir. Pereira (2013) expôs que nas entrevistas realizadas, as trabalhadoras e trabalhadores ao serem questionados sobre treinamentos e uso de Equipamento de Proteção Individual – EPI, as respostas eram de que nunca tinha recebido nenhum tipo de treinamento e que apenas eram ‘jogados’ para trabalhar. E sobre o uso de EPI, comentaram que eles iam descobrindo o jeito de usar sozinhos e uns aprendiam com os outros.

A ausência de treinamentos, equipamentos e materiais para a realização do trabalho só aponta a condição precária das pessoas que são trabalhadoras terceirizadas, e ainda expõe o fato de que terceirizar não é sinônimo nenhum de eficiência na prestação do serviço, ao se levar em conta as precárias condições de trabalho, terceirizar seria o oposto de eficiência e qualidade. Essa situação vai ao encontro ao que Druck e Franco (2007) apontam ao

destacarem que essa ausência de treinamento e equipamento é um dos elementos de precarização, aumentando as condições de insegurança no trabalho ao não atender as medidas preventivas de proteção ao trabalhador.

Em relação ao processo de trabalho propriamente dito, algumas pesquisas apresentaram que a quantidade de funcionários era totalmente insuficiente para o volume de tarefas a serem realizadas durante a jornada de trabalho. Na pesquisa de Mandarinini (2018), seis trabalhadoras se queixaram sobre essa questão, apontando que o número de tarefas era bastante elevando, o contingente de funcionários era pouco e, que os colegas de trabalho não eram muito solidários no sentido de se ajudarem no cumprimento das demandas de trabalho.

Diógenes (2013) aponta que a jornada de trabalho dos terceirizados de sua pesquisa eram de 44h semanais, sendo 8h diárias e ainda que o trabalho realizado por eles necessitava de um grande dispêndio de força braçal. Entretanto, ao serem questionados se as atividades da rotina eram repetitivas e enfadonhas 46, 4% responderam que não, e que já haviam se acostumado com aquela rotina, e apenas 7,3% responderam que achavam a rotina péssima. É importante destacar que no conjunto das pesquisas, as jornadas das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da limpeza são extensas, a atividade é de caráter braçal e geralmente repetitivo.

Severo (2019) apontou em sua pesquisa que durante os últimos anos quando houve trocas de empresas na universidade por ela investigada, nos contratos entre a universidade e a empresa prestadora de serviço havia sido reduzido substancialmente a quantidade de trabalhadoras, indo de 199 postos para 143. Entretanto, mesmo tendo sido reduzido o quantitativo de trabalhadoras e trabalhadores, o volume de trabalho continuou o mesmo, ou seja, na verdade aumentou a quantidade de trabalho para aquelas que não foram demitidas. Essa é basicamente uma premissa da lógica flexível, produzir mais, reduzindo os custos ao máximo. Neste caso, penalizando diretamente os trabalhadores ao aumentarem o volume de trabalho sem aumentar a remuneração.

### **3.1.3 Inventário de adoecimento psicofísico: notas sobre a corporalidade**

Para este último eixo de análise, elencamos os seguintes códigos: invisibilidade/marginalização social, adoecimento físico e/ou psíquico, assédio moral e/ou sexual, acidentes de trabalho.

Antunes (2020) ao comentar sobre as condições do trabalho terceirizado, aponta que suas características de jornadas de trabalho mais extensas, provocando uma intensificação do trabalho, a alta rotatividade, a redução dos salários e de cursos e treinamentos, acesso limitado às instalações das empresas, situações de assédio, condições de insegurança no trabalho, entre outras coisas que afetam diretamente a vida e a saúde dos homens e mulheres trabalhadores terceirizados. Sendo essas características apresentadas pelo autor, uma realidade presente no conjunto dos estudos por nós selecionados, em que o trabalho terceirizado aparece como um importante indicador de piora nas condições de saúde física e psíquica dos trabalhadores.

Gonçalves (2019) ao investigar os aspectos psicossociais, coletando também dados clínicos e de saúde, e ainda buscando traçar um perfil ocupacional de trabalhadoras terceirizadas da limpeza, na faixa-etária de 50 anos de idade e com jornadas de trabalho de 45h semanais e 9h diárias. Apresentou que os dados clínicos apresentaram que 23% apresentaram hipertensão arterial, e sintomas osteomusculares nos joelhos e nos pés que podem ser decorrentes das intensas atividades laborais. E ainda, em relação aos aspectos psicossociais que indicaram risco para saúde 74% apresentado como consequência do trabalho, 59% de burnout e 52% de estresse. As trabalhadoras apresentaram um baixo rendimento cardiorrespiratório e propensões a doenças cardiovasculares, fato que pode ser agravado pelo constante esforço físico realizado nas atividades laborais, ainda mais ao se levar em conta a faixa-etárias dessas trabalhadoras para o intenso trabalho físico do serviço de limpeza.

Oliveira (2018) ressaltou que nas entrevistas por ela realizada, várias trabalhadoras reataram dores devido aos movimentos repetitivos do trabalho. Outras relataram dores devido aos EPIs fornecidos pela empresa, a trabalhadora associou a dor no pé, com o sapato fornecido pela empresa. Várias trabalhadoras relacionaram seus problemas de saúde ao trabalho e aos materiais de limpeza, como os produtos químicos usados.

O termo invisibilidade social foi bastante recorrente nos trabalhos, sendo este um termo muito utilizando em diversas áreas do conhecimento como a psicologia social, direito, sociologia, entre outros. Costa (2004) em sua pesquisa denominada “homens invisíveis”, conceitua a *invisibilidade* pública como um desaparecimento intersubjetivo de uma *pessoa* no meio de outras *pessoas*. Aponta que a inviabilidade é um fenômeno composto por duas características psicossociais: humilhação social e reificação. O autor conceitua a humilhação social da seguinte maneira:

A humilhação social apresenta-se como um fenômeno histórico, construído e reconstruído ao longo de muitos séculos, e determinante do cotidiano dos indivíduos das classes pobres. É expressão da desigualdade política, indicando a exclusão intersubjetiva de uma classe inteira de *pessoas* do âmbito público da iniciativa e da palavra, do âmbito da ação fundadora e do diálogo, do governo da cidade e do governo do trabalho. Constitui, assim, um problema político. (COSTA, 2004, p.63)

Assim, o autor ainda aponta que essa exclusão política processa sintomas que envolvem os afetos, as ações e o raciocínio das pessoas que são acometidas por esse manto de “invisibilidade” causado pela humilhação social/exclusão política. Isto posto, vários foram os trabalhos que utilizaram esse termo da invisibilidade para caracterizar as condições de humilhação social que as trabalhadoras e trabalhadores terceirizados sofrem no ambiente das universidades públicas, por conta da natureza de seu trabalho prestado: a limpeza, dentre outros elementos que diferenciavam ‘qualitativamente’ essas trabalhadoras e trabalhadores das demais pessoas que compartilhavam com elas o espaço da universidade. É certo que esse tipo de humilhação social, afeta a corporalidade dos sujeitos que a sofrem.

Um elemento que demarca simbolicamente a condição do trabalhador terceirizado é o uso do uniforme. Pois, para os servidores não há a obrigatoriedade/necessidade do uso do uniforme de trabalho, mas, como os terceirizados são funcionários de uma empresa privada precisam fazer o uso. Apesar de que, ao pensarmos a natureza do serviço de limpeza, faz-se necessário o uso de roupas e equipamentos adequados para a realização desse tipo de trabalho. Nas falas de alguns trabalhadores e trabalhadoras, são apontadas algumas questões em relação ao uso do uniforme, como na pesquisa de França (2017) que os terceirizados denominam o uniforme de “farda”, como sendo um marcador simbólico do diferencial entre terceirizados e servidores.

Em um dos relatos de uma trabalhadora entrevistada por Scherer (2018) ao fazer uma fala solicitando melhores uniformes para o trabalho “*Um uniforme decente, né*” (p.46). Na pesquisa de Russo (2019) o autor aponta que o uniforme acaba sendo um elemento não deixa os trabalhadores serem notados, e um entrevistado confirma isso em seu relato:

*Tem pessoas que às vezes passam por um terceirizado assim, nem olham, nem falam bom dia, professor doutorado às vezes, os caras chegavam, passava assim achava que era um — “joão” qualquer [...] isso aí machucava muito eles. Eles reclamavam disso (ENTREVISTADO NÚMERO 12). (RUSSO, 2019, p. 70)*

A pesquisa realizada por Martins et.al (2019) aponta que a invisibilidade perpassa pela divisão social do trabalho e que no caso do serviço de limpeza, o fato de ser um trabalho braçal e que mexe com o ‘sujo’, acaba resultando em uma profissão que é desprestigiada, sofrendo uma certa indiferença social que também recai sobre os trabalhadores. Assim como na pesquisa de Russo (2019), Martins et.al (2019) aponta que o uso do uniforme acaba colaborando com esse processo de invisibilização/marginalização dessas trabalhadoras, sendo um marcador diferencial das terceirizadas do restante das pessoas que transitam naquele ambiente, as trabalhadoras apresentaram o seguinte relato: *“Como somos faxineiras e usamos essa roupa, eles se acham melhor que a gente [ . . . ] as pessoas tratam a gente diferente, acho que nem enxergam para falar a verdade. [L01]”* (MARTINS ET.AL, 2019, p.20). Apontando o uniforme como um fator para o tratamento diferente. *“Nós somos tratadas diferente aqui, ao verem nosso uniforme mudam o jeito. [L06]”* (p. 20).

O trabalho de limpeza é classificado socialmente como uma atividade de menor valor, por ser entendido como um trabalho simples, que não necessita de qualificação da mão-de-obra, e ainda que expõe diretamente os seus trabalhadores à materiais e objetos como o lixo, e a sujeira, de um modo geral à elementos considerados “nojentos”. E por manusearem e trataram justamente desse tipo de trabalho “limpar a sujeira, o lixo”, as pessoas que fazem a limpeza acabam sofrendo uma desqualificação social, como se a sujeira fossem elas próprias. Ademais, que o serviço de limpeza é atrelado diretamente ao espaço doméstico, portanto, trabalho feminino historicamente desvalorizado social e economicamente. Essa condição gera situações de humilhação social, preconceitos, assédios entre outros aspectos negativos sobre a existência desses indivíduos.

As marcas corporais de gênero, raça e classe, somadas aos uniformes de limpeza e conservação, exalam tabu, o que impede as mulheres de usarem o banheiro da instituição, serem atendidas nas lanchonetes para se alimentar ainda com dinheiro nas mãos, passarem o dia sem ser alvos de olhares estranhos e ver lixo atirado no chão, sem serem cumprimentadas por inúmeras/os docentes, discentes e técnicas/os-administrativas/os, etc. Esse quadro evidencia a representação da própria sujeira nelas encarnada, tornando-as seres poluídos, contaminadores e emanadores de repulsa, que se quer longe e se descarta (CAMPOS DE ALMEIDA, 2018, p. 87).

Na pesquisa empreendida por Campos de Almeida (2018) a autora pontuou exatamente esses episódios de humilhação e preconceito para com as trabalhadoras terceirizadas da limpeza, sofrem diversos tipos de violências subliminares. Através dessas

humilhações cotidianas, sendo impedidas até mesmo de utilizarem os espaços que são públicos e de uso coletivo na universidade, como é o caso da lanchonete.

Já na pesquisa de Soares (2019) a autora apontou que não era a invisibilidade que causava sofrimento nos trabalhadores terceirizados, até porque estes tinham consciência de que eram vistos, sendo a falta de reconhecimento, respeito e a desvalorização do trabalho por eles realizados a verdadeira causa do sofrimento.

*Faxineiro 3: A gente sempre é visto, porque se não fossemos vistos, eles não falariam tanto da gente. Mas a gente não é visto com respeito. Vocês só são 134 134 ASGs, limpam merda, limpam banheiro, limpam aquilo, mas nunca sabem o problema da gente. A gente fica ali angustiado. Se a gente não atingir 101 ou 102 é mesmo que nada, continuamos a merda pra eles. (SOARES, 2019, p.133-134)*

Figueredo (2019) em seu estudo também constatou diversos episódios de discriminação, preconceito e assédio com as trabalhadoras terceirizadas da limpeza, não só por parte dos servidores e estudantes. Mas também por parte das encarregadas e supervisores da empresa terceirizada, que fazem proibições absurdas à essas trabalhadoras, como impedi-las de estarem em determinados espaços, e/ou dialogarem com os estudantes e professores, conforme o relato a seguir:

*Elas [as encarregadas] falam assim, “olha, vocês não podem comer junto com os estudantes, eles não gostam, reclamam. Tem que almoçar até meio-dia, se não vai ficar sem comer”...Inclusive, eles que colocam a gente pra dentro, você viu, né? A pessoa da Empresa B fica ali na catraca passando o cartão pra gente entrar, não tem jeito mesmo de vir outra hora, eles não deixam (...). Minha colega também já levou uma reclamação da encarregada por ter conversado com estudantes lá na [nome do instituto omitido pelo pesquisador], eles falam que não é pra conversar, ficar perto de estudante. Mas eu converso, não tô nem aí, menino, eu sou gente, tenho língua é pra falar mesmo. Não sei porque falam isso com a gente, acham que a gente é humilde, não sabe conversar. (“Dona Adalgiza”). (FIGUEREDO, 2019, p. 86).*

O autor conclui que as condições de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados da limpeza são desfavoráveis ao cumprimento das funções previstas em contrato, além de ser um trabalho marcado pela superexploração, baixos salários e marcados por episódios de machismo, racismo, humilhações sociais e assédios sobre essas trabalhadoras e trabalhadores (FIGUEREDO, 2019).

A pesquisa de Becker (2021) apresentou relatos semelhantes no tange as questões de discriminação, racismo, preconceito e situações de humilhações com os trabalhadores e trabalhadoras terceirizados. A questão da invisibilidade também apareceu nos relatos dos trabalhadores, ao não serem cumprimentados ou tratados de maneira minimamente educada: “Às vezes eu cumprimento, mas eles não respondem, né? Alguns, né? É difícil...” (BECKER, 2021, p. 106). O autor aponta essas questões como fatores degradantes para os seres humanos que a sofrem, e ainda pontua que isso se torna algo de maior preocupação quando ocorre no âmbito da universidade, local em que ele esperaria uma maior sensibilidade humana.

Ao observarmos os relatos das trabalhadoras e trabalhadores, bem como, as conclusões a que os outros pesquisadores e pesquisadoras chegaram a respeito das condições das trabalhadoras e trabalhadores da limpeza presentes nas universidades brasileiras, podemos inferir que este é um trabalho marcado pela superexploração e pela subalternidade.

A epidemia da chamada terceirização do trabalho, é fruto das atuais dinâmicas de acumulação do capital. Em que, se por um lado está ocorrendo a ampliação do capitalismo informacional e digital, além do veloz aprimoramento das suas engenharias de dominação e exploração, nos últimos anos a tríade destrutiva do trabalho: terceirização, informalidade e flexibilidade se tornaram partes inseparáveis do léxico da empresa corporativa (ANTUNES, 2020), se tornando uma pragmática que invadiu o mundo do trabalho à nível global. Portanto, se de um lado temos o desenvolvimento de tecnologias inovadoras para manter a produção e reprodução do sociometabolismo do capital em tempos de sua crise estrutural, do outro, temos presentes as formas de exploração do trabalho presentes no século XX, marcados pelo trabalho iminentemente braçal e repetitivo, tal qual no taylorismo-fordismo.

Dito isto, o trabalho terceirizado da limpeza no âmbito das universidades públicas brasileiras é atravessado por dinâmicas que degradam a *personalidade viva* dessas trabalhadoras e trabalhadores. O caráter desse tipo de trabalho marcado pelas tarefas braçais, intensas e repetitivas, atravessando o corpo desses trabalhadores e trabalhadoras com a fadiga, com os adoecimentos físicos e, também psíquicos, por meio das humilhações e violações cotidianas que essas pessoas sofrem, formando e conformando uma corporalidade assujeitada e submissa.

Ademais, lhes sendo negadas às condições mínimas de sobrevivência ao serem obrigadas a lutarem pelo mínimo, pelo salário acordado em contrato, pelos materiais necessários para realizarem o trabalho. Pois, como foi apontado em algumas pesquisas, as

trabalhadoras e trabalhadores resistem e lutam mesmo diante condições de trabalho e de vida degradantes, fisicamente e emocionalmente. Que no interior dessas lutas cotidiana das trabalhadoras e trabalhadores, possa crescer cada vez mais o interesse em construir uma sociedade em que todos possam desfrutar de um trabalho livre e enriquecedor do gênero humano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A precarização do trabalho é o modo de ser do trabalho ao ser transformado em mercadoria. Entretanto, sob as condições de uma crise estrutural do capital, que coloca em xeque a continuidade desse sistema, as formas de aprofundamento da exploração do trabalho têm assumido cada vez mais uma proporção avassaladora. Intensificando a precarização do já precário trabalho assalariado. Assim, “a precarização que ocorre hoje, sob o capitalismo global, seria não apenas a “precarização do trabalho” [...]; mas a “precarização *dos seres humanos* que trabalham”, no sentido de desefetivação do *humano* como ser genérico (ALVES, 2013, p.86),

Nesse atual estágio de centralização e concentração do capital, a tendência posta é a de ampliar a ofensiva contra o trabalho, e consequentemente contra à classe trabalhadora, de modo a evidenciar ainda mais às contradições desse modo de produção. Visto que, de um lado têm-se um enorme avanço das tecnologias da informação e comunicação, que no plano ideológico, é apresentada como um grande salto para a humanidade no sentido de libertá-la das miserabilidades do trabalho físico, braçal...etc., para o reino da ‘liberdade’. Mas, que na prática têm operado apenas no sentido de extrair mais sobretrabalho, além de que não eliminou da cadeia produtiva os tipos de trabalho do século passado, predominantemente braçais, manuais, repetitivos e maçantes.

As condições precárias de trabalho das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados das universidades brasileiras expressam justamente essa fusão contraditória, mas complementar entre as novas e as velhas formas de exploração do trabalho. Essas pessoas trabalhadoras terceirizadas das universidades, apontam uma outra importante contradição do capital, a de que esse sistema não conseguiu cumprir nenhuma de suas promessas civilizatórias (MÉSZÁROS, 2002), e, na verdade muito pelo contrário. Se houve um período dourado durante o século XX, nos países de capitalismo desenvolvido, esta é apenas uma ‘velha’ e curta lembrança do passado, que não alcançou o “novo mundo”, não houve nada além de uma modernização do atraso, nos países subdesenvolvidos como é o caso do Brasil.

Assim, essas pessoas presentes na universidade, nesse tipo de trabalho precário é uma expressão da perda da razão social do trabalho que têm sido operadas atualmente. São trabalhadores, homens e mulheres de distintas idades. Os jovens que já não conseguem emprego decente e que não conseguem acessar o ensino superior, ficam à margem, estando

presentes na universidade apenas enquanto um trabalhador precário, ‘invisibilizado’, sem desfrutar do potencial que a universidade (que mesmo precarizada, ainda fornece) formador. E de uma outra ponta, tem-se as pessoas mais velhas, muitas vezes idosas que já deveriam ter se aposentado, e que muito provavelmente não frequentaram o ensino superior, vão para universidade realizar um trabalho superdesgastante/degradante, como forma de conseguir o mínimo para sobreviver.

Sendo esse tipo de trabalho totalmente desgastante do ponto de vista físico e psíquico, dadas não só as condições do dispêndio de força física, mas as diárias rotinas de humilhação, discriminação e assédios que estes sujeitos sofrem no ambiente universitários. Esse trabalho altamente precarizado, nas condições em que ele foi apresentado nas pesquisas imprimem sobre as trabalhadoras e trabalhadores, dinâmicas de embotamento desses sujeitos, oprimindo e reprimindo seus corpos e suas personalidades – ou seja, a corporalidade dessas pessoas. Apontando que a forma e o conteúdo da pedagogia do corpo no trabalho terceirizado da limpeza nas universidades, ocorrem por meio de constantes processos de humilhações sociais, diretas e indiretas; e a disciplinarização/educação dos corpos se dá também e principalmente por meio dos processos de adoecimento psicofísico dos trabalhadores e trabalhadoras.

Um importante aspecto da pesquisa que acabou não sendo desenvolvido, mas que vale à pena ser discutido em pesquisas posteriores, é a relação entre a crise do capital e os impactos na autonomia/heteronomia da universidade brasileira e as respectivas reverberações na universidade, não só como locus de ensino, mas também em suas relações de trabalho. Visto que esse aspecto tem uma relação direta com o papel da universidade e com as formas de trabalho que têm ocorrido dentro desse espaço, como no caso do serviço da limpeza, agora terceirizado.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Alda Judith. A "revisão da bibliografia" em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cadernos de pesquisa**, n. 81, p. 53-60, 1992.

ALVES, Giovani. Trabalho, corpo e subjetividade: toyotismo e formas de precariedade no capitalismo global. **Trabalho, educação e saúde**, p. 409-428, 2005.

\_\_\_\_\_. Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil – Parte II. **Blog da Boitempo**, 2013a.

\_\_\_\_\_. Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil – Parte III. **Blog da Boitempo**, 2013b.

\_\_\_\_\_. Terceirização e neodesenvolvimentismo no Brasil. **Blog da Boitempo**, 2014.

\_\_\_\_\_. **A nova precariedade salarial: elementos histórico-estruturais da nova condição salarial no século XXI**. In: Navarro, V.L.; Lourenço, E. A. S. (Organizadoras). **O avesso do trabalho IV: terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs) **Pós Neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. **A precarização social do trabalho**. In: DRUCK, G; FRANCO, T et al. **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização como regra. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, v. 79, p. 214-231, 2013.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BATISTA, Eraldo Leme. **Terceirização no Brasil e suas implicações para os trabalhadores**. Pontes, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Câmara de Reforma do Estado (1995) Plano Diretor da reforma do aparelho do Estado. Brasília, MARE.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

CAMPOS, André Gambier. **Impactos da ação sobre a remuneração do trabalho no Brasil: Novas pesquisas para o debate**. Texto para Discussão, 2016.

COSTA, F. B. **Homens invisíveis**: relato de uma humilhação social. Globo Livros, 2004.

DIEESE, Relações e condições de trabalho no Brasil. / DIEESE. - São Paulo: DIEESE, 2007.

DRUCK, G. **Terceirização no serviço público: múltiplas formas de precarização do trabalho**. In: Navarro, V.L; Lourenço, E. A. S. (Organizadoras). **O avesso do trabalho IV: terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

GARCIA, Leila Posenato. Revisão sistemática da literatura e integridade na pesquisa. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 23, p. 7-8, 2014.

GOMES, Isabelle Sena; CAMINHA, Iraquitan de Oliveira. Guia para estudos de revisão sistemática: uma opção metodológica para as Ciências do Movimento Humano. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 20, n. 1, pág. 395-411, 2014.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HELOANI, R. **Modelo de gestão e educação**: gerencialismo e subjetividade. São Paulo: Cortez, 2018.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. 6. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 2002a.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

MANDARINI, Marina Bernardo. Fatores de risco psicossocial, estresse e saúde em agentes de limpeza terceirizados. Dissertação de mestrado. 2018.

MARTINS, Daiane de Lourdes et al. Invisibilidades no Âmbito do Trabalho De Limpeza: Um Estudo Em Uma Instituição Federal De Ensino Superior. **Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 6, n. 17, p. 994-1034, 2019.

MARCOLINO, Adriana Márcia. **Balanço da produção acadêmica brasileira sobre condições e relações de trabalho dos terceirizados**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **Ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris; Manuscritos econômicos-filosóficos**. Trad. José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. 2.Ed. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LÊNIN, Vladímir I. **Manifesto Comunista/Teses de abril**. Boitempo Editorial, 2017.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2009.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Revista Aurora**, v. 3, n. 2, 2010.

OLIVEIRA, Suélem da Silva. A precarização e a invisibilidade na vida de trabalhadoras terceirizadas do setor de limpeza na administração pública: o caso da Universidade Federal de Viçosa/MG. Dissertação de mestrado. 2018.

SANTOS, José Márcio; SOUZA SILVA, Priscila. Perfil dos trabalhadores terceirizados no Brasil1. **Revista da ABET**, v. 19, n. 1, 2020.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. Trad. Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1995.

ROSA, S. V. L.; DIAS JÚNIOR, M. J. Ontologia materialista histórico-dialética e educação: pressupostos para o processo de humanização. In: MASCARENHAS, A. C. B. (Org.). **Sociedade, subjetividade, educação e marxismo**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2017. p. 85 - 98.

RUSSO, João Gustavo Jara et al. Processo de terceirização na Universidade Federal da Grande Dourados Unidade II: um estudo de caso. Dissertação de mestrado. 2019.

SEVERO, Renata Vieira Rodrigues. As relações de trabalho e a terceirização: um estudo com as trabalhadoras do setor de conservação e limpeza em um órgão público. Dissertação de mestrado. 2019.

SCHERER, Fernando Nichterwitz. A luta pela sobrevivência das trabalhadoras terceirizadas pobres na UFRGS e na UFPR: alternativas e desafios encontrados nos processos de articulação de atores sociais. Dissertação de mestrado. 2019.

SILVA, Luciene Amantina da. Experiências laborais no mercado de trabalho terceirizado. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013

WALLON, Henri. Taylorismo, racionalização, selecção, orientação. **Laboreal**. Porto. v. VI, n. 1, p. 45-47, p. 2010. Disponível em: < [http://laboreal.up.pt/files/articles/2010\\_07/pt/45-47.pdf](http://laboreal.up.pt/files/articles/2010_07/pt/45-47.pdf)>. Acesso em: 15 de out. 2018.

## ANEXO I - Trabalhos não inseridos na revisão bibliográfica sistemática

| <b>Tipo</b> | <b>Título</b>                                                                                                                                            | <b>Autor (a)</b>                                | <b>Ano</b> | <b>Motivo da exclusão</b>                           | <b>Base de dados</b>  |
|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|------------|-----------------------------------------------------|-----------------------|
| Dissertação | Prazer-sofrimento de trabalhadores terceirizados da higiene e limpeza de um hospital público                                                             | Liana Bohrer Berni                              | 2013       | Pesquisa realizada em hospital universitário.       | BDTD                  |
| Dissertação | Gestão de resíduos sólidos domiciliares: uma avaliação de desempenho da coleta e transporte nos municípios de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes   | Ana Patrícia de Aguiar Teixeira Macedo          | 2003       | Foge do nosso escopo de pesquisa.                   | BDTD                  |
| Tese        | Deam - oeste - RJ (2006-2016): Feminismos, Violências contra as mulheres e Lei Maria da Penha                                                            | Maria Luiza Oliveira                            | 2018       | Foge do nosso escopo de pesquisa.                   | BDTD                  |
| Dissertação | Indicadores socioambientais como instrumento de gestão na coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos                                                    | Darci Barnech Campani                           | 2012       | Foge do nosso escopo de pesquisa.                   | BDTD                  |
| Dissertação | Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde em instituição de ensino                                                                                  | Nelly de Padua Salles Domingues                 | 2017       | Foge do nosso escopo de pesquisa.                   | BDTD                  |
| Dissertação | Avaliação de políticas públicas: uma análise de experiência de licitações sustentáveis da UNIVASF                                                        | Sileide Dias das Neves                          | 2016       | Foge do nosso escopo de pesquisa/duplicado.         | BDTD/<br>BTD<br>Capes |
| Dissertação | Terceirização de serviços dos trabalhadores de escolas públicas do Distrito Federal: processos de intensificação e precarização do trabalho              | Regina Célia de Barros                          | 2016       | Pesquisa realizada em escolas.                      | BDTD                  |
| Dissertação | O cotidiano de trabalho de cooperativados no serviço de limpeza: um olhar sobre a inserção da comunidade de Manguinhos na Fundação Oswaldo Cruz\RJ       | Roger Elias Bernabé Machado                     | 2004       | Pesquisa realizada em cooperativas.                 | BDTD                  |
| Dissertação | Envelhecimento e capacidade para o trabalho dos trabalhadores do serviço de higiene e limpeza de um hospital universitário                               | Cristiane Batista Andrade                       | 2002       | Pesquisa realizada em hospital universitário.       | BDTD                  |
| Dissertação | As expressões da relação público-privado na Universidade Federal de Goiás 2004-2009                                                                      | Jandira Nascimento de Assis                     | 2012       | Foge do nosso escopo de pesquisa.                   | BDTD                  |
| Dissertação | Gestão estratégica de custos: uma proposta metodológica para empresas prestadoras de serviços de conservação, limpeza e higienização                     | Yuri Yves Garcia Barroso                        | 2020       | Foge do nosso escopo de pesquisa.                   | BDTD                  |
| Dissertação | Trabalhadoras e suas jornadas: reflexões sobre a terceirização em um órgão público federal                                                               | Herika Christina Amador Chagas                  | 2014       | A pesquisa não foi realizada em IES.                | BDTD                  |
| TCC         | O trabalho terceirizado: reconhecimento, valorização e satisfação                                                                                        | Liliane Lykawka                                 | 2013       | TCC de especialização.                              | Google Scholar        |
| Monografia  | Trabalhadoras terceirizadas de limpeza e conservação da UnB: relatos de violências, invisibilidade e precarização                                        | Beatriz Gabriele de Castro Silva Irber          | 2016       | Monografia de conclusão de graduação.               | Google Scholar        |
| Monografia  | A incerteza é sempre uma grande companheira nossa”: terceirização e precarização do trabalho na Creche da UFRGS                                          | Camila Dias Martins                             | 2016       | Monografia de conclusão de graduação.               | Google Scholar        |
| Artigo      | (EN)CENA A PERSPECTIVA DECOLONIAL DA PSICOLOGIA DO TRABALHO                                                                                              | Lêda Gonçalves de Freitas; Liliam Deisy Ghizoni | 2020       | Foge do nosso escopo de pesquisa/ artigo duplicado. | Google Scholar        |
| Dissertação | Racismo e resistência à discriminação: uma contribuição ao estudo das lutas sociais das negras e dos negros da classe trabalhadora                       | Diogo Joaquim dos Santos                        | 2016       | Foge do nosso escopo de pesquisa.                   | Google Scholar        |
| Dissertação | O contexto histórico-social do trabalho dos sujeitos da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Dois Vizinhos-PR                             | Daiane Cristina da Rocha                        | 2020       | Foge do nosso escopo de pesquisa.                   | Google Scholar        |
| Dissertação | Estórias marcadas de resistência: experiências de vida de mulheres militantes na Paraíba                                                                 | Liziane Pinto Correia                           | 2018       | Foge do nosso escopo de pesquisa.                   | Google Scholar        |
| Dissertação | O processo de inovação no método de contratação de empresas terceirizadas pelo setor público: um estudo de multicaso em três instituições governamentais | Rachel Kerber Gonçalves                         | 2017       | A pesquisa não foi realizada em IES.                | Google Scholar        |

|             |                                                                                                                                                                    |                                                |       |                                                                                                            |                |
|-------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|-------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| Dissertação | Contratos administrativos com dedicação exclusiva de mão de obra: uma análise à luz da economia dos custos de transação                                            | Leandro Kobayashi Jin                          | 2021  | Foge do nosso escopo de pesquisa.                                                                          | Google Scholar |
| Dissertação | A terceirização de serviços na administração pública e as condições das relações de trabalho                                                                       | Marisa Barbosa                                 | 2018  | A pesquisa não foi realizada em IES.                                                                       | Google Scholar |
| Dissertação | Análise Econômica do Direito (AED) de repactuação: o impacto das negociações coletivas nos contratos de terceirização de mão-de-obra na UnB                        | Rodrigo Siqueira Garcez                        | 2019  | Foge do nosso escopo de pesquisa.                                                                          | Google Scholar |
| Dissertação | Diagnóstico da terceirização de serviços em uma organização de saúde                                                                                               | Daniela Quadros                                | 2013  | Foge do nosso escopo de pesquisa.                                                                          | Google Scholar |
| Livro       | Invisibilidade: um estudo de caso sobre a terceirização na Universidade Pública                                                                                    | João Gustavo Jara Russo                        | 2021  | Duplicação - livro decorrente de uma pesquisa de dissertação já incluída em nossa pesquisa.                | Google Scholar |
| Artigo      | <u>Desafios de luta e resistência no trabalho terceirizado: um estudo de caso com auxiliares de limpeza</u>                                                        | Lara Borin Campoli                             | ----- | Duplicação - artigo decorrente de uma pesquisa de dissertação já incluída em nossa pesquisa.               | Google Scholar |
| TCC         | Terceirização na Universidade Pública e a precarização do trabalho no Centro Acadêmico do Agreste                                                                  | Evanessa Daniela Oliveira                      | 2019  | Trabalho de conclusão de curso de graduação.                                                               | Google Scholar |
| Dissertação | Projeto de intervenção na gestão e fiscalização dos contratos administrativos de terceirização de mão de obra da UFRN                                              | André Vinícius Gregório Lima                   | 2017  | Foge do nosso escopo de pesquisa/ Trabalho duplicado.                                                      | Google Scholar |
| Dissertação | Terceirização no Serviço Público: estudo de caso na Fundação Universidade Estadual do Ceará - FUNECE                                                               | José Ailton Gondim da Silva                    | 2006  | Não possui arquivo digital.                                                                                | BTD Capes      |
| Dissertação | O Trabalhador de Limpeza Hospitalar e o Acidente por Instrumento Perfurocortante                                                                                   | Caetana Diniz Marinho Taveira                  | 2013  | Foge do nosso escopo de pesquisa.                                                                          | BTD Capes      |
| Tese        | Serviço social e consultoria empresarial: uma possibilidade de intervenção crítica?                                                                                | Marcia Regina Botao Gomes                      | 2015  | Foge do nosso escopo de pesquisa.                                                                          | BTD Capes      |
| Tese        | Qualidade no serviço de manutenção predial terceirizado: um estudo de caso em uma organização pública autárquica                                                   | Ricardo Lopes Pinto                            | 2009  | Foge do nosso escopo de pesquisa.                                                                          | BTD Capes      |
| Dissertação | Trabalho e Terceirização na Saúde Pública Em Goiás: o Modelo de Gestão das Organizações Sociais e a Classe Trabalhadora                                            | Jessica Layanne Aparecida Pinho Moreira Torres | 2017  | Foge do nosso escopo de pesquisa.                                                                          | BTD Capes      |
| Tese        | Terceirização e Realocação em Instituição Pública de Ensino: Estudo de Caso das Nutricionistas                                                                     | Adriana Hocayen de Paula                       | 2020  | Pesquisa realizada apenas com as nutricionistas, portanto, foge do nosso escopo de pesquisa.               | BTD Capes      |
| Dissertação | A terceirização no serviço público: desafios, consequências e regulação                                                                                            | Adrea Dourado Costa                            | 2017  | Foge do nosso escopo de pesquisa.                                                                          | BTD Capes      |
| Dissertação | Os Meandros da Terceirização na Administração Pública: Uma análise aos seus impactos na Universidade Federal do Vale do São Francisco                              | Eliana Goncalves Peixoto                       | 2018  | Pesquisa foi realizada apenas com funcionários administrativos, portanto foge do nosso escopo de pesquisa. | BTD Capes      |
| Dissertação | Gestão por competências: diretrizes para o processo de contratação e acompanhamento do serviço terceirizado de segurança da Universidade Federal De Santa Catarina | Teles Espíndola                                | 2017  | Pesquisa foi realizada apenas com funcionários da segurança, portanto foge do nosso escopo de pesquisa.    | BTD Capes      |
| Dissertação | Desafios na promoção da saúde do trabalhador terceirizado na administração pública – estudo de caso da Fundação Oswaldo Cruz                                       | André Martins Cordeiro                         | 2018  | Arquivo digital não encontrado.                                                                            | BTD Capes      |
| Dissertação | Terceirização versus frota própria: uma análise da função transporte em uma instituição federal de ensino                                                          | Lucas Resende Arão                             | 2016  | Foge do nosso escopo de pesquisa.                                                                          | BTD Capes      |
| Dissertação | Análise da gestão do contrato de terceirização da limpeza da universidade federal de Santa Maria                                                                   | Marinalva Domingues Mendes Veloso              | 2017  | Foge do nosso escopo de pesquisa.                                                                          | Google Scholar |

|             |                                                                                                                                                  |                                       |      |                                                                                                 |                                    |
|-------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|
| Dissertação | Análise da gestão do contrato de terceirização de limpeza da Universidade Federal de Santa Maria                                                 | Sandro Albarello                      | 2016 | Foge do nosso escopo de pesquisa.                                                               | BDTD                               |
| Dissertação | Determinantes de custos na limpeza predial terceirizada: benchmarking em universidades federais                                                  | Franklin Brasil Santos                | 2014 | Foge do nosso escopo de pesquisa.                                                               | BDTD                               |
| Dissertação | Contratação de serviço de limpeza em uma universidade pública federal com foco no resultado: do padrão ao personalizado                          | Leilyanne dos Santos Dias             | 2019 | Foge do nosso escopo de pesquisa.                                                               | BDTD                               |
| Dissertação | IDENTIFICAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA NAS UNIDADES DO IFMT                                                        | Tatiane do Nascimento                 | 2021 | Foge do nosso escopo de pesquisa.                                                               | BTD<br>Capes                       |
| Dissertação | TERCEIRIZAÇÃO NO CAMPUS SEDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA: CONTEXTUALIZAÇÃO E REFLEXOS DE ACIDENTES FATAIS DE TRABALHO NO ÂMBITO FAMILIAR   | Estela da Silva Neto                  | 2019 | Foge do nosso escopo de pesquisa.                                                               | BTD<br>Capes                       |
| Dissertação | A Terceirização no Serviço Público: implicações e desafios para a saúde do trabalhador                                                           | Adriane Caire Castelo Branco          | 2020 | Foge do nosso escopo de pesquisa.                                                               | BTD<br>Capes                       |
| Dissertação | Desafios e perspectivas na gestão do contrato de prestação de serviços terceirizados de limpeza na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | Joice Regina da Costa Santana da Lapa | 2015 | Foge do nosso escopo de pesquisa.                                                               | BDTD                               |
| Dissertação | Histórias e trajetórias da terceirização na UFRGS                                                                                                | Alice Schäffer da Rosa                | 2015 | A pesquisa não foi realizada com trabalhadores/as terceirizados/os. Apenas com gestores da IES. | BTD<br>Capes/<br>Google<br>Scholar |

## ANEXO II - Trabalhos inseridos na revisão bibliográfica sistemática

| <b>Tipo de documento</b> | <b>Título</b>                                                                                                                                                                       | <b>Autor (a)</b>                                                                       | <b>Ano</b> | <b>PPG ou Periódico</b>                                                              | <b>IES</b>                        |
|--------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|------------|--------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|
| Artigo                   | A voz dos trabalhadores e trabalhadoras contratados de forma terceirizada para o serviço de limpeza da UFBA: entre a ficção jurídica e a realidade vivida                           | Renata Queiroz Dutra;<br>Fernanda dos Santos Figueredo;<br>Loyana Araujo Saraiva Matos | 2019       | Revista Laborare                                                                     | Instituto do Trabalho Digno - ITD |
| Artigo                   | Invisibilidades no âmbito do trabalho de limpeza: um estudo em uma instituição federal de ensino superior                                                                           | Daiane de Lourdes Martins et al                                                        | 2019       | Revista Farol                                                                        | UFMG                              |
| Artigo                   | Interseccionalidade de violências, discriminações e resistências: as trabalhadoras terceirizadas da limpeza e conservação                                                           | Tânia Mara Campos de Almeida                                                           | 2018       | Revista CEAM                                                                         | UnB                               |
| Tese                     | Os aspectos psicossociais no trabalho                                                                                                                                               | Josiane Sotrate Gonçalves                                                              | 2019       | PPG em Fisioterapia                                                                  | UFSCar                            |
| Tese                     | A mercadoria de Higéia: crítica a terceirização e superexploração da força de trabalho no setor de limpeza                                                                          | Igor Silva Figueredo                                                                   | 2019       | PPG em Ciências Sociais                                                              | Unicamp                           |
| Tese                     | O Trabalho Feminino Terceirizado de Profissionais Responsáveis Pelo Serviço de Limpeza e Higienização: Um Estudo nas Instituições Federais de Ensino no Estado do Rio Grande do Sul | Maitê de Siqueira Brahm                                                                | 2021       | PPG em Política Social e Direitos Humanos                                            | UCPEL                             |
| Dissertação              | Qualidade de vida no trabalho de funcionários terceirizados: insights para uma gestão pública bottom up                                                                             | Marcela Rebecca Pereira                                                                | 2013       | Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste                        | UFPE                              |
| Dissertação              | Estudo do comprometimento e motivação de funcionários terceirizados como processo de melhoria da gestão institucional na UFC                                                        | Sandra Helena do Areal Barra Diógenes                                                  | 2013       | Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior            | UFC                               |
| Dissertação              | Discussão sobre o absenteísmo laboral dos profissionais de limpeza que prestam serviço no campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco                                       | Manoel Heleno de Castro                                                                | 2016       | Mestrado Profissional em Ergonomia                                                   | UFPE                              |
| Dissertação              | Impactos da terceirização de serviços de conservação e limpeza no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba                                                    | Carlos Roberto de Almeida                                                              | 2018       | Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior | UFPB                              |
| Dissertação              | Condições de saúde, segurança e risco de adoecimento entre trabalhadores terceirizados                                                                                              | Leonardo Faria Martins                                                                 | 2020       | Mestrado Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador                      | UFU                               |
| Dissertação              | Da riqueza à miséria: a terceirização e a rotina do trabalho de mulheres no setor de limpeza na UFG/Regional Catalão                                                                | Laudicéia Lourenço de Araújo                                                           | 2017       | PPG em Geografia                                                                     | UFG/<br>Catalão                   |
| Dissertação              | A precarização e a invisibilidade na vida de trabalhadoras terceirizadas do setor de limpeza na administração pública: o caso da Universidade Federal de Viçosa/MG                  | Suélem da Silva Oliveira                                                               | 2018       | PPG em Economia Doméstica                                                            | UFV                               |
| Dissertação              | As relações de trabalho e a terceirização: um estudo com as trabalhadoras do setor de conservação e limpeza em um órgão público                                                     | Renata Vieira Rodrigues Severo                                                         | 2019       | PPG em Sociologia                                                                    | UFPEl                             |
| Dissertação              | Reflexões sobre a contratação dos serviços terceirizados no Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG Campus Governador Valadares                  | Deise Christian Silva Caldas                                                           | 2019       | PPG em Educação Agrícola                                                             | UFRRJ                             |
| Dissertação              | A luta pela sobrevivência das trabalhadoras terceirizadas pobres na UFRGS e na UFPR: alternativas e desafios encontrados nos processos de articulação de atores sociais             | Fernando Nichterwitz Scherer                                                           | 2019       | PPG em Administração                                                                 | UFRGS                             |

|             |                                                                                                                                                                                      |                                        |      |                                           |       |
|-------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|------|-------------------------------------------|-------|
| Dissertação | Processo de terceirização na Universidade Federal da Grande Dourados Unidade II: um estudo de caso                                                                                   | João Gustavo Jara Russo                | 2019 | PPG em Sociologia                         | UFGD  |
| Dissertação | O trabalho terceirizado das moças da limpeza na Unicamp: um caso particular do possível                                                                                              | Lara Borin Campoli                     | 2019 | PPG em Estudos Culturais                  | USP   |
| Dissertação | Trabalho terceirizado e bem-estar: o caso dos trabalhadores do setor de limpeza da UFV/MG                                                                                            | Marco Aurélio Muniz Corrêa de Carvalho | 2020 | PPG em Economia Doméstica                 | UFV   |
| Dissertação | O trabalho terceirizado no Brasil: uma representação da precarização? Da caracterização geral à especificidade do setor de limpeza em Santa Maria/RS no contexto dos anos 2000       | Rachel Loureiro Andreta                | 2016 | PPG em Ciências Sociais                   | UFSM  |
| Dissertação | Identidade e subalternidade: a construção da identidade de trabalhadores serventes de limpeza                                                                                        | Tatiele Pereira de Souza               | 2011 | PPG em Sociologia                         | UFG   |
| Dissertação | Relações socioprofissionais de trabalhadores terceirizados: um estudo de caso numa universidade pública federal                                                                      | Lúcio Cleber Barbalho de França        | 2017 | PPG em Gestão de Processos Institucionais | UFRN  |
| Dissertação | Fatores de risco psicossocial, estresse e saúde em agentes de limpeza terceirizados                                                                                                  | Marina Bernardo Mandarini              | 2018 | PPG em Psicologia                         | USP   |
| Dissertação | Trajetórias de trabalhadoras terceirizadas da limpeza na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)                                                                                     | Carolina Cardoso Silva                 | 2021 | PPG em História                           | UFPEL |
| Dissertação | Experiências laborais no mercado de trabalho terceirizado                                                                                                                            | Luciene Amantina Silva                 | 2018 | PPG em Sociologia Política                | UFSC  |
| Dissertação | Contradições e precariedades no trabalho terceirizado: o papel da gestão pública federal no enfrentamento aos dilemas da terceirização em uma instituição de ensino superior pública | Marcelo Roberto Becker                 | 2021 | PPG em Gestão de Organizações Públicas    | UFSM  |
| Dissertação | Qualidade de vida no trabalho e terceirização: o olhar dos trabalhadores                                                                                                             | Tâmara Pinto Soares                    | 2019 | PPG em Psicologia                         | UFRN  |